



**FLÁVIA CAROLINE ALVES DE PAULA**

**A CULTURA PATRIARCAL E A REPRESENTATIVIDADE  
FEMININA: Um estudo sobre a inserção das mulheres em cursos de  
agrárias de uma universidade do Sul de Minas**

**LAVRAS-MG  
2020**

**FLÁVIA CAROLINE ALVES DE PAULA**

**A CULTURA PATRIARCAL E A REPRESENTATIVIDADE FEMININA:** Um estudo sobre a inserção das mulheres em cursos de agrárias de uma universidade do Sul de Minas

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para obtenção do título de Mestre.

Professora Dra. Vera Simone Schaefer Kalsing  
Orientadora

**LAVRAS-MG  
2020**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Paula, Flávia Caroline Alves de.

A cultura patriarcal e a representatividade feminina: Um estudo  
sobre a inserção das mulheres em cursos de agrárias de uma  
universidade do Sul de Minas / Flávia Caroline Alves de Paula. -  
2020.

130 p.

Orientador(a): Vera Simone Schaefer Kalsing.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de  
Lavras, 2020.

Bibliografia.

1. Gênero e Patriarcado. 2. Divisão Sexual do Trabalho. 3.  
Ciências Agrárias. I. Kalsing, Vera Simone Schaefer. II. Título.

**FLÁVIA CAROLINE ALVES DE PAULA**

**A CULTURA PATRIARCAL E A REPRESENTATIVIDADE FEMININA:** Um estudo sobre a inserção das mulheres em cursos de agrárias de uma universidade do Sul de Minas

**PATRIARCHAL CULTURE AND FEMALE REPRESENTATIVITY:** A study on the inclusion of women in agrarian courses at a university in the South of Minas

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 11 de março de 2020.

Dra. Maria de Lourdes Souza Oliveira      UFLA

Dra. Helga do Nascimento de Almeida      UNIVASF



Professora Dra. Vera Simone Schaefer Kalsing  
Orientadora

**LAVRAS-MG  
2020**

*A Deus, força necessária para seguir adiante.  
Dedico.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, por nunca me desamparar nos momentos turbulentos, me concebendo paciência e sabedoria quando eu mais precisei.

Aos meus pais, Eduardo e Fátima, por nunca desistirem de sonhar comigo; por oferecer mais que o necessário na conclusão dessa fase; por me motivarem nos momentos de exaustão e frustração; por se doarem inteiramente com amor, palavras, ouvidos e coração e pelo olhar cheio de satisfação em ver/tornar a filha MESTRE, mas, acima de tudo, pelo orgulho em me instruir e fazer compreender que a vida vai muito além de títulos acadêmicos!

À minha querida família “PINTO” pela torcida incansável, vivência e pelas palavras carinhosas.

Ao André, por acreditar no meu potencial e dividir comigo as angústias e objetivos e caminhar ao meu lado sempre.

Aos meus amigos que vibram com cada vitória, que comemoram cada passo e, principalmente, me doam sorriso quando fracasso.

À minha amiga Érica, por sempre me prestar socorro quando preciso, ser referência acadêmica da qual busco sempre me espelhar, por vibrar e torcer por mim.

À minha orientadora, Vera Simone Schaefer Kalsing, por ter escolhido compartilhar essa etapa comigo, me guiando e ajudando a desenvolver esse tema desafiador, prestando cuidadosamente auxílio para a concretização de mais esse sonho.

Às professoras Maroca e Helga que prontamente aceitaram participar da banca, contribuindo com considerações pertinentes ao progresso da pesquisa, por toda troca e colaboração.

Aos colegas da turma PPGDE/2018, por cada partilha, cafezinhos e amizade; em especial à Gabi e à Paula pela amizade que excede o ambiente acadêmico, levo todos no coração.

À Jú, minha irmã que o mestrado proporcionou, por ter dividido comigo meus anseios e medos, ter despertado em mim empatia desde o primeiro dia de aula e compartilhar sua vida comigo. Minha casa, família e eu sempre estaremos aqui para você.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, por possibilitar a ampliação das discussões em torno das questões sociais que incluem o debate de gênero, aos professores do programa por toda a disposição em ensinar, ouvir e dialogar.

Ao Departamento de Administração e Economia da UFLA e seus servidores e servidoras, por me acolherem novamente, me capacitando, fornecendo apoio didático e oportunidades.

À Universidade Federal de Lavras e todos que cooperaram para o êxito da pesquisa, carinhosamente à professora Izabela Oliveira, que cedeu tempo para auxiliar na parte estatística. Finalmente, aos professores/professoras e alunas que participaram como sujeitos de pesquisa.

A todos, minha sincera gratidão!!!!

## RESUMO

Discutir o desenvolvimento sustentável, apenas sob a perspectiva ambiental e econômica dos recursos naturais, deixando de considerar aspectos sociais importantes, quais sejam: relações de equidade social e igualdade de oportunidades, garantias mínimas de acesso às necessidades próprias de todos os seres humanos, se faz superficial perante a proposta de sustentabilidade, democracia e participação. Partindo da relevância de um desenvolvimento que compreenda, sobretudo, as questões socioculturais, com essa pesquisa, busquei como questionamento orientador a seguinte indagação: De que maneiras a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher ocorre nos cursos de ciências agrárias da UFLA? A naturalização dos estereótipos profissionais interfere nas escolhas acadêmicas? Existem relações entre essa naturalização e o sistema patriarcal? Com o estudo, tive como principal finalidade investigar como se dão os processos de naturalização dos espaços de poder masculino e como interferem na inserção e atuação acadêmica das mulheres nos cursos de agrárias da UFLA. Com caráter específico, procurei: examinar o histórico de ingresso das mulheres que compõem a área de agrárias desta universidade, que se inseriram nas graduações de Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos e Zootecnia, entre os anos de 2013 a 2017; evidenciar em quais destes cursos, tais mulheres se encontram em maior/menor representação quantitativa; verificar o que as orientou (as motivações) na escolha desses cursos; identificar os desafios enfrentados por elas no âmbito do ensino, pesquisa, extensão; averiguar e apresentar as estratégias mobilizadas por essas universitárias em prol da atuação acadêmica e posterior acesso ao mercado de trabalho. O percurso metodológico que utilizei se estrutura por meio de uma pesquisa descritiva com caráter misto, junto aos dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Graduação (PRG) da UFLA, entre os anos de 2013 e 2017, a fim de se localizar em quais cursos da grande área de ciências agrárias as mulheres se encontram em maior e menor proporção, considerando também a sua tradição. Sucessivamente, realizei um estudo de caso com entrevistas semiestruturadas com as discentes matriculadas nos três cursos selecionados e que estão inseridas em grupos representativos como núcleos de estudos, pesquisa e extensão; Programa de Educação Tutorial (PET's); empresas juniores, e os respectivos coordenadores/as desses grupos, a fim de se compreender os objetivos propostos. Para isto, busquei delimitar uma amostra por conveniência, abrangendo os cursos selecionados no período temporal preestabelecido.

**Palavras-chave:** Gênero. Dominação masculina. Ciências Agrárias. Naturalização.

## ABSTRACT

Discussing sustainable development, only from the environmental and economic perspective of natural resources, failing to consider important social aspects, namely: relations of social equity and equal opportunities, minimum guarantees of access to the needs of all human beings, it is done superficial with the proposal of sustainability, democracy and participation. Starting from the relevance of a development that mainly comprises socio-cultural issues, with this research, I sought as a guiding question the following question: In what ways does the naturalization of socio-cultural processes of discrimination against women occur in UFLA's agricultural science courses? Does the naturalization of professional stereotypes interfere with academic choices? Are there any relations between this naturalization and the patriarchal system? With the study, I had as main purpose to investigate how the processes of naturalization of spaces of male power take place and how they interfere in the insertion and academic performance of women in the agrarian courses at UFLA. With a specific character, I tried to: examine the history of entry of women who make up the agrarian area of this university, who were inserted in the degrees of Agricultural Engineering, Food Engineering and Zootechnics, between the years 2013 to 2017; evidence in which of these courses, such women are in greater / lesser quantitative representation; verify what guided them (the motivations) in choosing these courses; identify the challenges faced by them in the scope of teaching, research, extension; investigate and present the strategies mobilized by these university students in favor of academic performance and subsequent access to the job market. The methodological path that I used is structured through a mixed descriptive research, together with the data provided by UFLA's Pro-Rectorate of Graduation (PRG), between the years 2013 and 2017, in order to locate in which courses of the large area of agrarian sciences, women are in a greater and lesser proportion, also considering their tradition. Subsequently, I carried out a case study with semi-structured interviews with the students enrolled in the three selected courses and who are inserted in representative groups such as study, research and extension centers; Tutorial Education Program (PET's); junior companies, and the respective coordinators of these groups, in order to understand the proposed objectives. For this, I tried to delimit a sample for convenience, covering the courses selected in the pre-established time period.

**Keywords:** Gender. Male domination. Agrarian Sciences. Naturalization.

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Gráfico 1 – Relação de respondentes cujos pais mantêm algum vínculo com o setor rural. ....	55
Gráfico 2 – Faixa etária de ingresso no ensino superior. ....	58
Gráfico 3 – Data de ingresso na UFPA, especificada por ano, e número de colaboradoras por data.....	59
Gráfico 4 – Proporção de estudantes respondentes, matriculadas por curso.....	62
Gráfico 5 – Relação de graduandas que mudaram ou cogitam mudar de curso superior. ....	64
Gráfico 6 – Proporção de alunas que interromperam os cursos de graduação.....	66
Gráfico 7 – Percentual de alunas versus participação em projetos acadêmicos.....	67
Gráfico 8 – Porcentagem de discentes versus critério na escolha de grupo institucional. ....	68
Gráfico 9 – Sexo de coordenadores dos grupos institucionais das colaboradoras.....	69
Gráfico 10 – Proporção de alunas que não conseguiram inserção em projetos ou grupos. ....	70
Gráfico 11 – Proporção de estudantes com dificuldades em atuar e permanecer nos cursos. ....	71
Gráfico 12 – Relação da percepção de desempenho das alunas comparadas aos colegas – homens – do curso. ....	73
Gráfico 13 – Percentual de professores respondentes distintos por sexo. ....	77
Gráfico 14 – Porcentagem de professores que atribuem ou identificam relação entre o sexo (feminino/masculino) e as atividades acadêmicas executadas pelos graduandos das agrárias.....	81
Gráfico 15 – Proporção de professores que, dependendo das atividades, designa apenas homens ou apenas mulheres. ....	84
Gráfico 16 – Porcentagem de coordenadores versus percepção de disparidade de gênero na universidade.....	86
Gráfico 17 – Proporção de professores(as) que considera a formação/profissão dos familiares como variável que interfere na escolha da carreira dos jovens.....	94
Gráfico 18 – Proporção de alunas que considera a formação/profissão dos pais como variável que interfere nas decisões pessoais da sua carreira profissional.....	95

<b>Gráfico 19 – Proporção de coordenadores versus julgamento quanto à preferência geral dos docentes em orientar/trabalhar com alunos do mesmo sexo que ele. ....</b>	<b>97</b>
<b>Gráfico 20 – Proporção de graduandas versus julgamento quanto à preferência geral dos docentes em orientar/trabalhar com alunos do mesmo sexo que ele. ....</b>	<b>98</b>
<b>Gráfico 21 – Proporção de docentes versus ponderação a respeito da facilidade em trabalhar com pessoas do mesmo sexo. ....</b>	<b>101</b>
<b>Gráfico 22 – Proporção de estudantes versus ponderação a respeito da facilidade em trabalhar com pessoas do mesmo sexo. ....</b>	<b>102</b>
<b>Gráfico 23 – Porcentagem de docentes que presenciou e/ou vivenciou alguma prática de discriminação de gênero e/ou assédio. ....</b>	<b>108</b>
<b>Gráfico 24 – Porcentagem de docentes que presenciou e/ou vivenciou alguma prática de discriminação de gênero e/ou assédio. ....</b>	<b>110</b>

## LISTA DE TABELA

<b>Tabela 1 – Proporção de mulheres matriculadas nos cursos da área de agrárias da UFLA, entre os anos de 2013 e 2017. ....</b>	<b>47</b>
<b>Tabela 2 – Cidade e estado de origem das alunas e número de estudantes por cidade. ..</b>	<b>52</b>
<b>Tabela 3 – Número de alunas versus motivo da pausa no período acadêmico. ....</b>	<b>66</b>
<b>Tabela 4 – Parcela em proporção e número de alunas inseridas, quanto à categoria do projeto.....</b>	<b>68</b>
<b>Tabela 5 – Cursos e área de formação profissional.....</b>	<b>78</b>
<b>Tabela 6 – Número de docentes/coordenadores por modalidade de grupo institucional.</b>	<b>80</b>
<b>Tabela 7 – Critérios utilizados na escolha dos discentes/orientados.....</b>	<b>80</b>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1</b>	<b>Histórico da Instituição .....</b>	<b>22</b>
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1</b>	<b>Interfaces entre o desenvolvimento sustentável e o acesso feminino ao ensino superior – com ênfase na área de agrárias: retomando as implicações de gênero..</b>	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS .....</b>	<b>30</b>
<b>3.1</b>	<b>Gênero e Patriarcado .....</b>	<b>30</b>
<b>3.2</b>	<b>Divisão sexual do trabalho.....</b>	<b>38</b>
<b>3.3</b>	<b><i>Habitus</i>.....</b>	<b>42</b>
<b>4</b>	<b>PERCURSOS METODOLÓGICOS E DELINEAMENTO DE PESQUISA .....</b>	<b>46</b>
<b>4.1</b>	<b>Ambiente de concentração da pesquisa e caracterização da amostra; critérios de escolha dos cursos/sujeitos e do espaço temporal.....</b>	<b>48</b>
<b>4.2</b>	<b>Procedimento de coleta de dados .....</b>	<b>49</b>
<b>4.3</b>	<b>Perspectivas de análise de dados.....</b>	<b>51</b>
<b>5</b>	<b>RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO À LUZ DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS.....</b>	<b>52</b>
<b>5.1</b>	<b>Categoria 1 – Grupo de Alunas .....</b>	<b>52</b>
<b>5.1.1</b>	<b>Naturalidade das alunas, profissão dos pais, relação com o meio rural: trajetória e posição social como condicionantes da escolha individual .....</b>	<b>52</b>
<b>5.1.2</b>	<b>Estímulo ao ingresso no ensino superior, motivação e mudança na escolha do curso, percurso acadêmico – interrupção, desempenho, participação em grupos..</b>	<b>56</b>
<b>5.2</b>	<b>Categoria 2 – Grupo de professoras e professores.....</b>	<b>77</b>
<b>5.2.1</b>	<b>Sexo, formação e motivação para escolha profissional dos voluntários.....</b>	<b>77</b>
<b>5.2.2</b>	<b>Coordenação por modalidade de grupo e critério de escolha dos alunos/orientados .....</b>	<b>80</b>
<b>5.2.3</b>	<b>Relatividades e percepções acerca das relações de gênero na universidade.....</b>	<b>81</b>
<b>5.3</b>	<b>Categoria 3 – grupo de alunas e grupo de professores/as .....</b>	<b>91</b>
<b>5.3.1</b>	<b>Estímulo pessoal despertado em prol da colaboração e participação na pesquisa .</b>	<b>91</b>
<b>5.3.2</b>	<b>Percepções relativas ao âmbito acadêmico e/ou profissional e suas interfaces com o gênero.....</b>	<b>93</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>117</b>

<b>APÊNDICE A – Carta Convite Coordenadores de Núcleo .....</b>	<b>121</b>
<b>APÊNDICE B – Formulário Coordenadores.....</b>	<b>122</b>
<b>APÊNDICE C – Formulário Alunas Graduação .....</b>	<b>124</b>
<b>ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) .....</b>	<b>127</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável emerge a partir do equilíbrio e intersecção econômica, social e ecológica. Quando sua compreensão se faz apenas sob a ótica da conservação ambiental e da economia dos recursos naturais, abre-se mão da apreciação das questões sociais fundamentais para a garantia mínima de acesso às necessidades básicas inerentes a todos os seres humanos, como as relações de equidade, igualdade de oportunidades e justiça social. Tais questões são essenciais para que se consolide uma sociedade sustentável e, quando algum grupo de pessoas é impedido de usufruir destas condições, por quaisquer motivos, para o sustento da vida, percebe-se a opressão de uns sobre outros.

Alguns fatores aliados ao sistema capitalista apoiam uma ideia corrompida sobre o desenvolvimento. De acordo com Capra (2005), a premissa básica do capitalismo selvagem faz com que o acúmulo de capital e a necessidade excessiva de ter e ser possuam mais valor em relação à democracia, aos direitos humanos, à proteção ambiental ou qualquer outra virtude. Nessas condições, somos direcionados à crença de que aqueles que colaboram ativamente para o processo de aquisição de bens e acumulação de capital são os que possuem maior poder de decisão na sociedade.

Os empecilhos para a promoção do desenvolvimento sustentável residem no fato de não haver justiça econômica e social entre as populações, os ganhos individuais ainda se sobrepõem aos coletivos e isso anula a conformidade e o alcance dos objetivos comuns. Tendo como estímulo o entendimento de que uma sociedade sustentável caminha em prol da igualdade de oportunidades, de acesso e de participação; bem como, aporte teórico favorecido pelos estudos realizados no Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Raça (GEPGR) da Universidade Federal de Lavras (UFLA), optei por explicar e trazer a reflexão acerca do debate de como se estabelece a inserção das mulheres na carreira acadêmica de graduação, sobretudo a sua inclusão em determinados cursos superiores da área de agrárias da universidade em questão, assimilando tal alternativa como um instrumento capaz de legitimar a efetiva participação política e a atuação daquelas na sociedade.

Resgatando as discussões sobre a distribuição desigual de poder entre homens e mulheres e destacando a ausência atenuante destas últimas no exercício do poder no âmbito público, privado e político - fato que vem desfavorecendo sua participação e representatividade nas dinâmicas sociais - percebe-se que as mulheres são excluídas e impedidas de atuar nos processos decisórios, reforçando ainda mais a condição de inferioridade a qual são submetidas. A partir desse contexto, é importante ressaltar que a

promoção da igualdade de gênero se tornou um dos objetivos do milênio propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), aparecendo como uma de suas metas.

Segundo Scott (1995), gênero se refere às construções culturais, ou seja, à constituição social de noções sobre papéis apropriados para homens e mulheres, rejeitando nitidamente explicações biológicas. Afirma a autora:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1995, p. 21).

As relações de gênero permeiam todos os âmbitos sociais e estão fortemente acentuadas no mundo do trabalho, onde há perceptível divisão sexual responsável por determinar características e perfis necessários a cada profissão. Nessa conjuntura da divisão sexual do trabalho, em que há a naturalização dos papéis sexuais, as mulheres estão associadas ao espaço privado/doméstico, onde exercem atividades relacionadas ao cuidado, educação e saúde; enquanto os homens estão vinculados ao espaço público, cuja esfera produtiva é mais valorizada, tornando o trabalho digno de maior prestígio (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A busca por qualificação, através da inserção no ensino superior, pode consolidar uma ferramenta para a garantia de maior participação das mulheres no mercado de trabalho, a fim de minimizar os reflexos da desigualdade de gênero e viabilizar o acesso a oportunidades mais igualitárias. O avanço numérico das mulheres nas matrículas desse nível de ensino deve ser problematizado à luz do conceito de divisão sexual do trabalho, pois é perceptível a influência que este exerce na escolha das carreiras, assim como são evidentes e progressivas as mudanças que vêm ocorrendo nesse cenário de segregação das ocupações no ensino superior. Dados apontam para a integração feminina em carreiras antes predominantemente masculinas, porém, o contrário ainda não se efetiva (RICOLDI; ARTES, 2016).

Retomaremos dois princípios que sintetizam o conceito de Divisão Sexual do Trabalho, segundo Hirata e Kergoat (2007), o princípio da separação: onde há a segregação entre o que significa o trabalho de homem e o trabalho de mulher e o princípio da hierarquização: que diz respeito diretamente ao valor (social e monetário) atribuído a cada um deles. Neste sentido, um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher, mesmo quando exercem funções e atividades idênticas. Essa ideia de Divisão Sexual do Trabalho orienta a percepção sobre a predominância de mulheres nas profissões ligadas ao universo

emocional (reprodução) e de homens em áreas afeitas à razão, como aquelas relacionadas ao raciocínio lógico, à produção econômica, que têm maior valor social (produção).

Sabemos que a separação de mulheres e homens em áreas específicas pode ser justificada por vários fatores, dentre eles, a interação entre variáveis como classe e raça que cumprem papel determinante na interface com as dinâmicas de gênero. Saffioti (1987) diz que o patriarcado – sistema de relações sociais que assegura a subordinação da mulher ao homem – não integra o único fundamento estruturador da sociedade brasileira, as divisões de classes sociais, bem como a diferenciação étnico-racial também o constituem. Além desses, o *habitus* que, conforme Bourdieu (2012), é um artefato que instrui e orienta as escolhas individuais nos distintos campos sociais. Referindo-se à inclinação (in)consciente a determinadas opções de acordo com a estrutura social incorporada pelo sujeito, ao mesmo tempo que transcende a simples reprodução de padrões sociais e estruturas de dominação, constituindo uma estrutura estruturada e estruturante, que transforma através de ações e estruturas de poder.

Motta (2018) traz à tona uma reflexão crítica a Bourdieu, no que diz respeito ao equilíbrio entre a noção e entendimento de *habitus*, ressaltando que suas teorias que abarcam essa concepção evidenciam a natureza inconsciente da potência da estrutura atuando sobre o sujeito.

Todavia, embora Bourdieu objetive construir um equilíbrio entre as perspectivas teóricas da coerção social sobre o comportamento dos indivíduos, considerando por outro lado as possibilidades de mudança social, oriundas das escolhas e preferências subjetivas dos indivíduos, a sua teoria acaba por enfatizar o caráter mais inconsciente da força da estrutura agindo sobre o indivíduo, do que a força transformadora do seu agir consciente (MOTTA, 2018, p. 46).

Segundo a autora, adaptando o panorama de Bourdieu à análise do processo de desenvolvimento profissional, poderia inferir que este se arranja de acordo com as diretrizes culturais internalizadas pelo indivíduo, no decorrer dos processos de socialização que experimenta antes de entrar na universidade. Desse modo, mesmo ao se inserir na universidade, ele introduziria os padrões culturais relativos à formação profissional transpassados pelos preceitos e orientações provenientes do seu mundo.

Bourdieu (2008) considera a influência familiar sobre as decisões profissionais dos filhos, salientando as expectativas que permeiam o diploma universitário. Para o autor, na sociedade burguesa contemporânea, o título de conclusão do ensino superior compara-se a um título de nobreza. Para obtê-lo, não satisfaria apenas a posse pela família do capital econômico, mas também, transformar tal capital econômico em capital cultural. Desse modo,

o diploma universitário se estabelece em um meio de conversão do capital econômico em cultural, permitindo a repetição do próprio capital econômico. O sociólogo ainda reitera que as camadas populares também substituiriam o seu capital econômico em cultural, sustentadas na força simbólica proveniente do título universitário, que as tirariam do baixo clero em uma dinâmica de elevação social.

Nesse contexto de influência, reprodução e transformação estrutural da sociedade, emergiu o despertar para as reflexões trazidas em torno da temática contida neste estudo, que se deu em dois momentos distintos, o incipiente foi quando da minha decisão pessoal na escolha do curso de graduação no ano de 2009. Natural de Viçosa-MG, território marcado pelo desenvolvimento de atividades agropecuárias, resolvi prestar o vestibular para a graduação em zootecnia devido à intensa cultura agrária da região. Quando aprovada no curso para a Universidade Federal de Lavras, também tradicional e reconhecida pela excelência na mesma área, me deparei com a naturalização e atribuição de papéis de gênero, onde a discriminação em relação ao desempenho das mulheres nas atividades e afazeres, que futuramente atuariam naquele setor, oferece um descrédito e uma desigualdade de valor no exercício da profissão.

O segundo momento se deu com a possibilidade de expansão das discussões abarcadas na presente pesquisa, favorecidas quando da participação no GEPGR do Departamento de Ciências Humanas (DCH). O qual volta-se para os estudos sobre a interseccionalidade das questões de gênero, raça e classe. O grupo desenvolve uma pesquisa intitulada “Mulheres no ensino superior”, que possui como objetivo principal observar, através de dados quantitativos fornecidos pela Pró-Reitoria de Graduação (PRG), em quais cursos da UFLA as mulheres estão mais representadas; se há prevalências em áreas distintas ou em cursos de maior ou menor prestígio social; bem como, fazer um paralelo em relação ao ingresso dos homens. Somada às contribuições conceituais que busquei nesta dissertação, proponho levantar o debate sobre a inserção das mulheres no ensino superior, especificamente na área de agrárias, por considerar que este espaço, apesar de sofrer recorrentes mudanças, é ainda predominantemente masculino.

Neste sentido, é evidente que a educação superior tem a capacidade de impulsionar, sobretudo as mulheres, para outros níveis de trabalho. As funções oferecidas sem a exigência de uma formação mais qualificada e especializada permite um ofício cujas condições são mais precárias, o acesso ao mercado de trabalho mais valorizado requer um nível maior no que diz respeito ao desenvolvimento intelectual. É nessa perspectiva que o presente estudo visa se

apoiar. Na promoção de um desenvolvimento sustentável que contemple e permita a participação de grupos oprimidos - nesse caso estrito, as mulheres - em todas as esferas sociais, promovendo maior emancipação nas suas condições e configurando novas possibilidades de transformação social, consideravelmente no que diz respeito à equidade de gênero.

Partindo do pressuposto elucidado acima, de que o ensino superior representa uma expectativa de avanço participativo, conseqüente estímulo à inserção e interação de grupos marginalizados das decisões sociais e, posterior acesso igualitário ao mercado de trabalho, optei pela escolha dos sujeitos de pesquisa. Procurei por mulheres inseridas em grupos institucionais da UFLA (núcleos de estudos, pesquisa e extensão; empresas juniores; PET's), matriculadas em três cursos da área de agrárias, quais sejam: Engenharia Agrícola; Engenharia de Alimentos e Zootecnia, por se tratar de cursos tradicionais cuja proporção de mulheres foi analisada em comparação à de ingressantes homens. Além disso, levou-se em conta que o setor das agrárias constitui-se historicamente como um reduto dominado preponderantemente por homens.

Atualmente, como discente do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão (PPGDE) e tendo acesso a um aporte teórico mais aprofundado por meio de leituras sobre diversos assuntos interligados, foi-me dada a possibilidade de resgatar importantes ponderações relativas ao que constitui o desenvolvimento sustentável. A compreensão do desenvolvimento sustentável não se refere unicamente ao equilíbrio e conservação do meio ambiente, mas, sobretudo, ao equilíbrio econômico e social, garantindo a participação em sociedade; a liberdade de escolhas; a equidade e justiça nas relações sociais e econômicas, instituindo um pano de fundo para a promoção e o avanço da democracia. “O desenvolvimento tem a ver, primeiro e, acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas” (VEIGA, 2005, p. 81).

Com o subsídio sobre o desenvolvimento sustentável e o viés social que o permeia, trazemos à tona o debate sobre as relações de inferioridade da qual a mulher é, constantemente, submetida em relação aos homens. Como aludido por Saffioti (1987), o patriarcado perpassa todas as classes sociais e o poder econômico associa-se ao poder político, desse modo, a minoria que detém o poderio, favorecido pela supremacia masculina, controla e impõe regras à maioria. Por vezes, busca-se explicar o fenômeno de subalternidade feminina pela lógica econômica, associando-se ao subdesenvolvimento, o que não se justifica

quando observamos a ocorrência do fenômeno em países capitalistas altamente desenvolvidos. A autora ainda discorre que outro motivo utilizado para explicar a inferioridade da mulher são os preconceitos disseminados por meio da educação formal e informal. Enquanto o “conceito” faz uso de contribuições teóricas para a compreensão de um fenômeno, o “pré-conceito” é uma noção do fenômeno que precede o conceito, surge a partir do jogo de interesses sociais.

Portanto, constituem-se fatos sem aportes científicos, que difundem ideias discriminatórias e ilegítimas, favorecendo posições de autoridade úteis aos dominadores. Uma vez que impedem ou dificultam o acesso de determinados grupos a alguns ambientes específicos, dos quais pretendem manter como propriedade estes espaços culturalmente apropriados. Espaços onde os seres se situam em distintos e dicotômicos polos da correlação entre dominação- exploração. Nesse cenário de dominação, várias contradições podem surgir, por exemplo, nas famílias ditas tradicionais, a figura paterna preserva a autoridade mesmo não sendo responsável pela educação dos filhos. Os estereótipos, que são naturalizados, exercem um papel fundamental no processo de castração do ser, servem como um modelo que, se seu encaixe não for perfeito, a pessoa corre o risco de ser marginalizada das relações “normais”, a normalidade é socialmente instituída por meio da tradição e da ideologia, então, obedecer a um modelo significa vetar qualquer peculiaridade do indivíduo (SAFFIOTI, 1987).

É nessa conjuntura de segregação dos espaços sociais que pretendi introduzir a discussão sobre a inclusão das mulheres na educação superior da UFLA, especificamente em alguns cursos das agrárias. Por eu considerar que este espaço é ainda fortemente marcado pela cultura patriarcal - responsável por exigir características estereotípicas “adequadas” à execução das atividades - resultando em maior resistência na aceitação da exploração feminina nestes e destes ambientes, que por meio do *habitus* se externaliza a reprodução dessas estruturas naturalizadas de dominação masculina. Desse modo, frequentemente, condicionando a inserção nessas esferas a um perfil pré-definido, que reforça as atribuições de características sexuais no desempenho eficiente das funções destinadas àquelas carreiras.

Segundo Motta (2018), por um longo período, a área das agrárias foi delimitada como uma ciência hegemonicamente masculina, obtendo pouca representação e motivação das mulheres. A declaração de que essa esfera não cabia às mulheres tornou sua visibilidade menor frente aos homens. Essa ideia produziu um estereótipo profissional “ideal” e desejável no campo das agrárias, que possuísse a competitividade e a objetividade científica, particularidades conferidas (antes e sempre) ao sexo masculino e que não se empregava ao

sexo feminino. É possível enxergar os dispositivos que agem na reprodução das assimetrias de gênero no campo acadêmico e verificar/examinar a provável existência de “estereótipos profissionais” que desprestigiam ou não legitimam aqueles que não se enquadram ao perfil requerido. Todavia, progressivamente, as mulheres foram se incluindo no campo científico e, conseqüentemente, nas ciências agrárias.

A naturalização dos processos de discriminação em relação às mulheres está incutida na história e no *habitus* familiar e acadêmico. Tanto a cultura patriarcal desempenha significativa influência para o reforço desses atos discriminatórios, quanto a Divisão Sexual do Trabalho, que está mantida no cerne das relações sociais de sexo e são reproduzidas desde o ambiente doméstico até o educacional. Partindo dessas ponderações, surgiu a formulação dos questionamentos que motivaram a realização desta pesquisa: De que maneiras a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher ocorre nos cursos de ciências agrárias da UFLA? A naturalização dos estereótipos profissionais interfere nas escolhas acadêmicas? Existem relações entre essa naturalização e o sistema patriarcal?

Propus objetivos com o intuito de orientar e auxiliar na estruturação e análises das respostas para os problemas de pesquisas definidos, à luz dos referenciais teóricos trazidos para o aprimoramento das discussões. O estudo tem como principal finalidade investigar de que modo se dão os processos de naturalização dos espaços de poder/dominação masculino e como interferem na inserção e atuação acadêmica das mulheres dos cursos de agrárias da UFLA.

Com caráter específico, busquei por meio do estudo:

- Examinar e apresentar o histórico de ingresso das mulheres que compõem a área de agrárias da UFLA, especialmente, que se inseriram nas graduações em Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos e Zootecnia, entre os anos de 2013 e 2017;
- Evidenciar em quais desses cursos tais mulheres se encontram em maior/menor representação quantitativa - proporção;
- Verificar o que as orientou (as motivações) na escolha desses cursos;
- Identificar os desafios, incluindo atitudes discriminatórias e/ou assédio relacionados a questões de gênero e à cultura patriarcal, enfrentados por elas no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Averiguar e apresentar as estratégias mobilizadas por essas universitárias em prol da atuação acadêmica e posterior acesso ao mercado de trabalho.

Frente aos debates promovidos pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão em torno das teorias sobre desenvolvimento que ressaltam o vínculo direto entre a estabilidade ambiental e o equilíbrio social e econômico, sabe-se que o desenvolvimento não pode ser utilizado como meio de justificar a promoção da liberdade de determinados grupos em detrimento da opressão de outros. Segundo Sen (2000), a ampliação da liberdade deve ser o principal meio e fim do desenvolvimento. O autor reitera que na compreensão de desenvolvimento, liberdade se traduz na extinção de tudo aquilo que é capaz de limitar as opções e oportunidades dos indivíduos, cabendo ao progresso industrial e ao desenvolvimento tecnológico auxiliar no processo de expansão da liberdade.

Com o escopo de fortalecer o que fora apontado anteriormente e também corroborando com a ideia de agentes sociais ativos no processo de desenvolvimento, que a participação adquire uma perspectiva essencial. É através do enfoque participativo, dos grupos excluídos, oprimidos e marginalizados das posições políticas e decisórias em todos os níveis sociais, que este trabalho se justifica, pois favorece a reflexão em torno da inserção e inclusão das minorias nos espaços públicos, como meio de garantir o progresso da cidadania e fomentar o diálogo sobre a segregação e a dominação dos espaços por determinados grupos em detrimento de outros, nessa proposta específica, retoma-se inquietações sobre gênero.

Diante de tais aspectos e tendo em vista a interdisciplinaridade da proposta deste Programa de Pós-Graduação, é notória a importância de reportar-se à contemplação da diversidade de conteúdos relacionados ao desenvolvimento. O estudo acerca dos temas desta pesquisa se faz imprescindível para melhor esclarecer e compreender as questões de gênero, particularmente no meio acadêmico, estimulando discussões que diz respeito a essas considerações que permeiam as relações sociais, relacionando-as com a promoção de um desenvolvimento sustentável.

Com a confecção deste trabalho, esperei contribuir com a ampliação e o aprimoramento crítico do debate no tocante às relações de gênero dentro do ambiente acadêmico; bem como, evidenciar o protagonismo que as mulheres vêm vivenciando em espaços, antes, considerados preminentemente masculinos. Ao propor a realização da pesquisa na UFLA, o estudo apoia-se na importância decorrente de sua exclusividade, visto que nenhum ou poucos trabalhos abrangeram esse conteúdo com as mesmas especificidades, sobretudo na área de agrárias. Constituindo-se assim, referência para a elaboração de pesquisas futuras com o mesmo teor exploratório.

Para além, existe o propósito de viabilizar e desenvolver questionamentos e a conscientização – por meio da devolutiva dos resultados levantados em ciclo de palestras e discussões – da comunidade acadêmica sobre as considerações de como as mulheres encontram-se sujeitadas aos preceitos de uma sociedade patriarcal e de classes, convertendo a interação entre essas condições em um grande empecilho, que desfavorece o estabelecimento da equidade e justiça social. Assim, tornando o progresso sustentável uma realidade distante, uma vez que trilhamos na sua contramão, quando coniventes com a naturalização de papéis que acentuam os mecanismos de assimetrias de gênero. Reportando a importância de que, para a instituição de um coletivo sustentável, deve-se colocar em conformidade não apenas fatores ambientais e econômicos, mas acima de tudo, sociais.

Esta dissertação estrutura-se, além dessa introdução, em uma Revisão de Literatura, que traz uma contextualização dos temas abordados, passando de uma percepção macro para uma concepção micro sobre a participação feminina nos ambientes acadêmicos, mais especificamente na área das agrárias, fazendo uma analogia a noções que possam explicar a segregação dos papéis sexuais; bem como, contribui com um aparato conceitual a partir do Referencial Teórico subdividido em: Gênero e Patriarcado, Divisão Sexual do Trabalho e *Habitus*; por fim estruturaram-se os Percursos Metodológicos, expondo os critérios utilizados para o delineamento da pesquisa, coleta e análise de dados; seguido dos Resultados e Discussões, encerrando com as Conclusões e a apresentação das Referências Bibliográficas selecionadas para a elaboração e produção deste estudo.

### **1.1 Histórico da Instituição**

A Universidade Federal de Lavras foi fundada no ano de 1908, por missionários norte-americanos como Escola Agrícola de Lavras. Em 1938, passa a ser denominada Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL), se federalizando no ano de 1963 e transformando-se em Universidade em 1994. Em mais de um século de existência, a UFLA se consolidou como pioneira em atividades de extensão, geração e transferência de tecnologia, resultado de diversas pesquisas científicas, constituindo-se como referência de qualidade em nível superior (BRITO; VON PINHO, 2008).

De acordo com as autoras, Samuel Gammon tinha origem rural e passou a idealizar a criação de uma escola agrícola, a fim de propiciar uma formação diferenciada para os filhos dos agricultores, usufruindo das riquezas naturais provenientes da terra. Em 1907, Gammon trouxe Benjamin Hunnicut dos Estados Unidos, recém formado em Ciências Agrícolas, que o auxiliou com a criação da então Escola Agrícola, cujo primeiro curso a ser instituído foi o de

Agronomia. A percepção de Gammon assinalava para a vocação agrícola do país e indicava que Minas Gerais e estados próximos seguiam a tendência, obtendo nas tarefas agropecuárias a principal fonte de renda. Gammon enxergava a agricultura como uma área abrangente e, por essa razão, o curso oferecido tinha como princípio que a agricultura deveria ser percebida como arte e ciência, abarcando todos os ramos da vida de um fazendeiro. Desde a criação da Escola Agrícola de Lavras, a instituição priorizou cursos de graduação e manteve regular a oferta do curso de Agronomia. Nos anos 1930, as turmas expandiram-se e uma reformulação curricular determinou como objetivo a formação profissional em nível superior, consolidando de vez o curso, caracterizando uma das razões da alteração na antiga nomenclatura para: Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL).

O curso de Zootecnia foi o segundo a ser implementado pela ESAL, seguido pelo de Engenharia Agrícola. Levou-se em conta a localização da Escola, região tradicionalmente pecuarista; como também as instalações disponíveis e profissionais já atuantes na área; além da tradição do ensino nesse ramo específico, o que favoreceu para a estruturação do curso e otimizou a sua fundação. O profissional zootecnista tem como campo preferencial de atuação a produção animal, nos âmbitos da nutrição e alimentação, melhoramento genético, fisiologia da reprodução, manejo da criação, planejamento e difusão de tecnologias zootécnicas. Dessa forma, a ampliação dos cursos foi se estabelecendo gradualmente, até que, no ano de 2002, foi iniciado o curso de Engenharia de Alimentos, sediando o segundo curso do estado de Minas Gerais. A necessidade de um profissional qualificado apto a desenvolver atividades especializadas na indústria alimentícia se tornara uma realidade, sobretudo pelo fato de a cidade de Lavras estar disposta no Sul do estado de Minas Gerais, próxima aos três maiores polos industriais do país (BRITO; VON PINHO, 2008).

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Interfaces entre o desenvolvimento sustentável e o acesso feminino ao ensino**

#### **superior – com ênfase na área de agrárias: retomando as implicações de gênero**

Para Sen (2000), o desenvolvimento extrapola as análises feitas partindo do viés restrito, que o expõem apenas como mero crescimento. A ampliação da liberdade é tida como fim primordial e o principal meio do desenvolvimento. Distinguem-se dois papéis da liberdade no processo de desenvolvimento: constitutivo, diz respeito às liberdades substantivas, que abrangem capacidades básicas, como, por exemplo, ter condições de impedir privações, ter participação política e liberdade de expressão; instrumental, se trata da liberdade que as pessoas detêm para viver do modo que desejam.

O autor propõe ainda que os indivíduos sejam percebidos como agentes econômicos, políticos e sociais e não reduzidos tão somente a destinatários passivos de auxílio governamental. Uma das maiores vantagens em admitir a condição de agente consiste nos direitos das mulheres. Conceder às mulheres educação e emprego, de forma a revigorar sua autonomia, fortalece seu poder de participação e voz dentro/fora da esfera familiar, consentindo sua inserção em um debate que outrora as excluía.

Nessa perspectiva de igualdade de participação, equidade e justiça social, que vamos trazer à tona a discussão sobre o desenvolvimento sustentável. Capra (2005) evidencia que a sociedade deve atender às necessidades humanas e, na mesma medida em que aumenta o potencial de produção, deve garantir a todas as pessoas as mesmas oportunidades, proporcionando a chance de concretizar aspirações de uma vida melhor. É essencial alterar a qualidade do crescimento e o desenvolvimento sustentável excede este último, uma vez que considera principalmente outras variáveis, além da econômica, ampliando a visão das necessidades reais e, sobretudo, do bem estar humano.

Frente a esses aspectos, é importante a valorização dos interesses comuns, pois a compatibilidade dos objetivos fica comprometida quando se busca ganhos individuais, o crescimento econômico puramente é insustentável, favorece a uma determinada classe e não permite que todos vivam nos padrões mínimos de consumo. Por esses e outros motivos, se faz imprescindível a constituição de sistemas políticos que sejam capazes de assegurar a participação cidadã, de modo a fortalecer a democracia (CAPRA, 2005).

Para Saffioti (1987), é perceptível que em nossa sociedade, homens e mulheres não ocupam posições igualitárias. As identidades sociais são concebidas por meio da concessão de diferentes papéis a serem realizados pelas distintas classes de sexo, cabendo à sociedade

determinar o espaço de atuação do homem e da mulher. No entanto, a naturalização por vezes está intrínseca e é um processo que reforça essa imposição de papéis e os reproduzem de uma geração a outra. É fato que cada sociedade constrói significados específicos e diferentes para um mesmo fenômeno e que essas significações contemplam a dimensão sociocultural, por meio da educação e da cultura edificam-se as identidades sociais. Desse modo, as funções naturais sofrem transformações a partir da elaboração social, porém sempre designadas a um papel - específico e bem definido – de gênero.

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros, se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de habitus diferentes, sob a forma de hexis corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino (BOURDIEU, 2012, p. 41).

Consolidando as ideias expostas anteriormente, Pereira et al. (2007) ressalta as convicções equivocadas que permeiam o senso comum, como a naturalização das diferenças que se determinam entre os gêneros, capazes de estabelecer comportamentos, separar o acesso a determinadas profissões e ambientes.

À primeira vista, pode parecer que as escolhas ou os modos de inserção no mundo do trabalho sejam reflexo de preferências naturais, aptidões natas, capacidades e desempenhos distintos entre homens e mulheres. No entanto, se observarmos com atenção, veremos que a distribuição de homens e mulheres no mercado de trabalho e as desigualdades decorrentes podem ser socialmente compreendidas e atribuídas às *assimetrias de gênero* (PEREIRA, et al., 2007, p. 40, grifo dos autores).

Consistem nessa perspectiva, as colaborações do feminismo contemporâneo, que contribuiu para transformar a posição das mulheres, frente à lógica dicotômica. A busca pela inserção nos mais diversos espaços vem como um instrumento favorável à desconstrução do binarismo de gênero, pois promove a problematização das oposições hierárquicas entre estes, em que o masculino é naturalmente tomado como referência.

Frente ao crescente interesse feminino pelo ingresso na educação superior, cabe questionar como esse acontecimento resulta em maior brecha de oportunidade/equidade de acesso para as mulheres. A reflexão em torno dessa possibilidade ganha pertinência na medida em que pode facilitar a ascensão social, em uma conjuntura na qual os papéis sexuais tradicionais são indagados e rearranjados, cuja condição subalterna e de inferioridade econômica e social da mulher já não são tranquilamente aceitas. O ingresso nos cursos

universitários é um importante meio para o alcance de maior igualdade entre os sexos na esfera produtiva, ou seja, no mundo do trabalho (BARROSO; MELLO, 1975).

As autoras fazem ainda ponderações a respeito das barreiras enfrentadas em prol da inserção no ensino superior, cujo obstáculo econômico, proveniente de uma sociedade de classes, prejudica significativamente o acesso. Todavia, para as mulheres, se torna ainda mais complexo. Visto que elas têm que superar o empecilho psicossocial que, quando não permite que curse a universidade/faculdade, demarca carreiras que julgam mais adequadas ao desempenho feminino, baseando simplesmente no modelo do papel social da mulher que, por sua vez, é reproduzido pela família, pelos meios de comunicação de massa e enfatizado pelo próprio sistema educacional. Constantemente, a “segurança” se sobrepõe à prioridade ou, ao real desejo da mulher na escolha do curso superior. O receio de arriscar faz com que considerem mais estável e seguro cursar uma graduação para a qual encontram-se aptas à prática da profissão, mesmo que esta seja pouco prestigiada e remunerada.

De acordo com Barreto (2014), por muitos anos, a participação no ensino superior foi considerada um privilégio exclusivo dos homens, porém no Brasil, é indiscutível que as mulheres estão adentrando expressivamente nestes espaços importantes para o desenvolvimento científico, tecnológico, como também para expandir a noção de cidadania.

A universidade, o ensino e a pesquisa científica têm importante papel educacional e político em diversos âmbitos do projeto de desenvolvimento brasileiro, tanto como estratégia para emancipar mulheres e homens através da formação profissional, quanto na missão de ofertar à sociedade uma reflexão crítica relevante sobre si mesma, de maneira a aprimorar a própria vida social (BARRETO, 2004, p. 9).

A autora comenta que apesar da presença progressiva das mulheres nos cursos de graduação, a marca da desigualdade que configura a divisão sexual do trabalho, designando estereótipos de gênero que moldam os significados conferidos aos ofícios no mercado de trabalho, também influencia nas escolhas universitárias. Pois mesmo que crescente, a presença feminina não se distribui de maneira uniforme pelas diversas “vocações”, apoiando as disparidades estruturais e simbólicas. Vale ressaltar a representatividade das mulheres também no âmbito do ensino a distância, que é preponderante em relação à participação dos homens nessa modalidade.

Para Sorj et al. (2007), uma das suposições que explica essa prevalência reside na teoria da divisão sexual do trabalho, pois mesmo atingindo níveis educacionais superiores em relação aos homens, as mulheres ainda estão sujeitas à conciliação de tarefas/dupla jornada de trabalho, uma vez que são as principais encarregadas das atividades domésticas. Essa

categoria de ensino a distância, constitui uma proposta mais flexível, ao passo que conjuga participação presencial e virtual.

No que tange ao tipo de Instituição de Ensino Superior (IES), pública ou privada, nota-se maior predomínio das mulheres na rede privada. Informação importante no que concerne ao controle das políticas inclusivas, no tocante à equidade de acesso ao sistema público ou privado, uma vez que indica que as mulheres têm maiores vantagens e benefícios em políticas de financiamento do ensino superior privado, e na mesma proporção, reduzido progresso nas políticas de admissão as IES públicas (BARRETO, 2014).

Conforme a mesma autora, é possível concluir, por meio dos dados que dizem respeito ao tipo de curso – bacharelado, licenciatura e tecnólogo – em cada região brasileira no período de 2009 a 2012, que há um predomínio de mulheres matriculadas em todas as regiões, nos cursos de bacharelado, enquanto nas licenciaturas este fato é ainda mais vigoroso. Ocorre o contrário nas titulações de caráter tecnólogo, em que os homens estão em maior número no ingresso, contudo vale ressaltar que o número de mulheres ingressantes está crescendo ao longo dos anos, superando inclusive a proporção dos homens no ano de 2012, em duas regiões, quais sejam: Nordeste e Centro-Oeste.

Quando explorada a distribuição de homens e mulheres nos distintos cursos de graduação, chama a atenção a discrepância em algumas carreiras. “De maneira geral, as mulheres continuam em alta nas áreas que demandam características pessoais socialmente consideradas ‘mais femininas’, como nas carreiras de Educação, Saúde e Bem-Estar Social, Serviços, e Humanidades e Artes” (BARRETO, 2014, p. 26). Notadamente, para a autora, é perceptível que o mesmo ocorre para as dimensões que demandam peculiaridades sociais tidas como masculinas, por exemplo, o predomínio dos homens nas graduações de engenharia, estatística (exatas).

De modo a acrescentar conhecimentos relativos à renda e sustento, em determinado intervalo, quando foram analisadas as áreas da saúde, ciências agrárias e cursos semelhantes, as mulheres, em maioria, afirmaram não ter renda cujos custos eram subsidiados pelas famílias. Complementando as informações sobre renda e sustento, é possível verificar que os cursos de áreas como: ciências exatas; licenciaturas; ciências sociais e humanas, examinados em um período específico, sendo que os anos de 2011 e 2012, exibem os índices mais altos de estudantes que trabalham em escala integral. Ênfase é dada aos cursos de titulação em licenciatura que, conforme exposto, possuem um contingente de mulheres que ultrapassa a metade dos inscritos. Entre os graduandos em licenciatura, uma curiosidade chama a atenção,

mesmo a prevalência sendo feminina, um significativo percentual dessas alunas afirmou não estar trabalhando, contra uma maioria de homens empregados. Nos cursos de ciências sociais e humanas, a situação também evidencia uma parcela maior de homens empregados (BARRETO, 2014).

Segundo a referida autora, entre o grupo de estudantes que possuem renda e com ela providencia seu próprio sustento e/ou de sua família, os homens ainda prevalecem. O grau de escolaridade da mulher não tem assegurado que ela tenha o mesmo reconhecimento profissional e a mesma chance de acesso ao mercado de trabalho, que o dos homens. Outro argumento plausível para o fato descrito acima, pode estar associado à relação existente entre a figura masculina e a inserção no espaço público, bem como seu papel viril de provedor do sustento à família.

É fato que as mulheres transformam-se gradativamente em trabalhadoras “extra” lar. Quando se presume que elas desbravam o universo do trabalho a partir da instituição do capitalismo, se comete grave equívoco, pois é o mesmo que dizer que elas não executavam atividades produtivas em outros regimes. Entretanto, no período que antecede o sistema capitalista, tanto as mulheres quanto os homens exerciam funções em seus domicílios como também nos entornos de suas residências. Além dessas tarefas, podemos nos reportar ao trabalho produtivo agrícola, que na época era desempenhado nas imediações da casa, uma vez que as sociedades de então eram extremamente agrárias (SAFFIOTI, 1987).

Frente a essa perspectiva do trabalho agrícola e da forte dependência econômica em relação à agricultura, segundo Oliveira et al. (2010), a representatividade e atuação feminina nas ciências agrárias tem se tornado uma realidade crescente e sua inserção em todas as bases de ensino - desde o básico à pós-graduação - tem sido majoritária, explorando diversos setores, inclusive aqueles percebidos como redutos masculinos.

Considerando os aspectos conjunturais, esse crescimento pode ser atribuído a uma visão mais científica das ciências agrárias, que tornou a ciência compartimentalizada, atraindo diversos perfis de estudantes, inclusive o feminino, e também a um novo cenário do campo, instituído a partir de 1970, onde a imagem tradicional do profissional agrário toma outra modelagem, preocupando-se não só em produzir toneladas de alimentos, onde o custo-benefício era o mais importante, mas na produção de alimentos aliada ao avanço tecnológico, a maior sustentabilidade ambiental e social, à biotecnologia e ao agrobusiness. Em meio a tantas transformações, a mulher encontra maior oportunidade de inserção na área, destacando-se nesse novo universo (OLIVEIRA et al., 2010, p.1).

Em consonância com Motta (2018), o campo científico das Ciências Agrárias, marcado fortemente pelo estereótipo de gênero e reconhecido por conservar características

predominantemente masculinas, traz à tona a percepção de que é possível enxergar identidades “ideais” que conduzem o processo de composição das identidades profissionais. A identidade “ideal” cria normas referentes à forma como aqueles que a aderem devem agir (vestir, falar, se comportar), vinculando-se a um perfil profissional típico. Os espaços delimitados pelas disparidades de gênero implicam a manipulação de modelos de comportamentos produzidos conforme os estereótipos sexuais de profissionais almejados para cada campo.

A referida autora discorre que a partir de pesquisas a respeito da representação feminina nos cursos de agrárias, é notável que dentro desta grande área esteja presente um “cerne” mais tradicional e resistente. A título de exemplo, trazemos os cursos de Agronomia e Engenharia Agrícola; contornado por outros mais acessíveis quanto à flexibilidade de gênero na profissão, como os cursos de Zootecnia e Engenharia Florestal. Talvez, o vínculo mais direto da carreira de agrônomo e engenheiro agrícola com a produção agrícola, em desvantagem ao zootecnista e engenheiro florestal, mais voltado para a produção animal e a preservação ambiental, possam exercer alguma influência nesta questão. “Isto pode estar relacionado com o que foi apontado na teoria da socialização em que desde a infância os homens são incentivados e motivados mais do que as mulheres a seguirem campos ditos “masculinos” como o das práticas agrícolas” (MOTTA, 2018, p. 88).

Contudo, mesmo que a destoante porcentagem de homens em detrimento das mulheres em alguns cursos, aponte uma construção histórica, é perceptível que esta foi amenizada demasiadamente em relação a décadas passadas, quando a proporção de homens era exageradamente mais elevada que a de mulheres nesse cenário. Os mecanismos que reproduzem essas diferenças de gênero, no âmbito das agrárias, parecem atuar de maneira silenciosa, espontânea e naturalizada (MOTTA, 2018).

### 3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Promovendo um aporte mais eficaz para a análise dos dados da pesquisa, a apresentação dos seguintes referenciais teóricos se faz fundamental e pertinente para um melhor entendimento do assunto abordado. Serão expostos a seguir conceitos como: Gênero, de acordo com a perspectiva da autora Joan Scott e breves contribuições e subsídios teóricos da estudiosa Guacira Louro; bem como a definição de Patriarcado e seus desdobramentos, segundo a visão de Heleieth Saffioti; Divisão Sexual do Trabalho conforme a interpretação das autoras Helena Hirata e Danièle Kergoat; e, por fim, a ideia de *Habitus*, baseada nas concepções do filósofo e sociólogo Pierre Bourdieu e demais autores que o citam, como referência para sustentar discussões sobre esse assunto.

#### 3.1 Gênero e Patriarcado

Para reforçar essas transformações sobre os debates acerca das discussões sobre gênero, de acordo com as circunstâncias e o momento histórico que os envolvem, Kalsing (2008) retrata que, no fim dos anos 1970, os estudos feministas passaram a contemplar mais fortemente o conceito de gênero no lugar da exclusiva categoria mulher. Essencialmente, substituindo o conhecimento das diferenças sexuais fundamentadas pelo determinismo biológico, pela busca da compreensão das relações entre os sexos, utilizando a ideia de gênero, sobretudo para explicar as diferenças como construções socioculturais do masculino e do feminino.

No Brasil, apenas no fim dos anos 1980, feministas utilizaram esse conceito. É pertinente ressaltar que, segundo essa corrente teórica pós-estruturalista, mulheres e homens eram estabelecidos em termos mútuos, não sendo possível a compreensão de um deles estudando-os individualmente, sem atentar-se para as relações existentes entre ambos (KALSING, 2008).

Para Louro (1997a), seja no contexto do senso comum ou mesmo “mascarada” por um vocabulário científico, a diferenciação biológica/sexual vale para compreender, do mesmo modo que acaba por justificar a desigualdade social. A diferença entre os termos sexo e gênero foi útil no intuito de contradizer as perspectivas biologistas, pois a partir das diferenças biológicas, procurava-se explicar e justificar as disparidades entre os sexos, empenhando-se para constatar que a naturalização de muitas características encontradas nas mulheres ou nos homens são, de fato, socialmente construídas. Em contrapartida, favorece acentuada distinção entre essas duas categorias, sexo e gênero, o ideal seria coibir o antagonismo natural e

socialmente constituído, considerando que gênero inclui também o enfoque e a representação biológica.

Conforme menciona Saffioti (2009), o acervo sobre a temática de gênero tem crescido demasiadamente, entretanto, encontramos-nos em um eixo do debate que não se atenuou a multiplicidade de sentidos do seu conceito. Existem poucas convergências, as concordâncias são superficiais, pois, ao passo que se aprofundam as discussões, despontam mais antagonismos, que no geral influem na qualidade de um consenso.

Neste sentido, em outra obra, Saffioti (2004) relembra a construção dessa categoria e, para facilitar o entendimento do uso da terminologia gênero, expõe que sexo e gênero consistem em expressões de teor distinto, sendo que o primeiro relaciona-se à biologia, que irá determinar se os indivíduos são machos ou fêmeas, enquanto gênero se refere à construção social capaz de designar homens e mulheres de acordo com as condutas e ações que manifestam. “Gênero pode ser concebido em várias instâncias [...] Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2004, p. 45). Para a autora, seu conceito é muito vasto e está longe de ser neutro.

Ainda segundo a autora, é de se considerar que a dualidade estabelecida entre as expressões sexo e gênero não salienta as hierarquias entre os indivíduos, uma vez que não existe uma sexualidade fundamentalmente biológica, ou seja, tão somente o corpo não é o único responsável pela orientação da sexualidade, todavia, a sociedade também exerce tal papel. Desta forma, percebe-se que a hierarquia existente entre homens e mulheres se estabelece por meio da hierarquia entre as condutas, tomando estas últimas como femininas ou masculinas. Saffioti (2004) salienta que na história contemporânea, as mulheres estiveram hierarquicamente inferiores aos homens.

Tratar esta realidade exclusivamente em termos de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, ‘neutralizando’ a exploração-dominância masculina. [...] o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas a ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito (SAFFIOTI, 2004, p. 136).

Nessa conjuntura, as oposições binárias sugerem segregações nos espaços sociais, segundo Silva (2000), essas delimitações de fronteiras capazes de separar os indivíduos, entre “nós” e “eles”, além de classificar é o mesmo que presumir; afirmar e confirmar relações de

poder, pois nesse contexto não são apenas categorias gramaticais, revela posições de sujeitos caracterizadas por relações de poder. Kalsing (2008) esclarece que nesse caso, dividir e classificar representa hierarquizar, “Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados. [...]. A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir” (SILVA, 2000, p. 82 *apud* Kalsing, 2008, p.10).

Em consonância aos conceitos e explicações “binárias” envolvendo os papéis dos atores sociais e a hierarquia da superioridade do masculino sobre o feminino, o autor acrescenta que a conformação mais significativa de classificação é aquela cuja configuração se mantém em torno de oposições binárias, quer dizer, de duas classes polarizadas. Neste ponto de vista, o autor vale-se da apreciação de Derrida nesse tocante, para informar:

Para ele [Derrida], as oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. “Nós” e “eles”, por exemplo, constitui uma típica oposição binária: não é preciso dizer qual termo é, aqui, privilegiado. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Questionar a identidade e a diferença como relações de poder significa problematizar os binarismos em torno dos quais elas se organizam (SILVA, 2000, p. 83).

Por vezes, essas distinções socialmente reproduzidas pelo sistema educacional; mídia; Estado; religiões, são capazes de reforçar e intensificar os binarismos. Naturalizando particularidades segundo a “feminilidade e masculinidade”, fomentando a legitimação de relações desiguais entre os sexos e compactuando com a sustentação das estruturas tradicionais de poder. Assim, influem na determinação de quais identidades são mais aceitas socialmente, discriminando aquelas que não condizem com os padrões estabelecidos (KALSING, 2008).

Nessa circunstância, emerge a importância da valorização do conceito de patriarcado como modo de descrever e explicar essa inferioridade social feminina. De acordo com Saffioti (2009), a essência do fenômeno - patriarcado - é a mesma, apesar de exprimir distintos níveis de domínio dos homens sobre (contra) as mulheres, expressa a legitimidade que permite e atribuir sua naturalização. Sobre a natureza do patriarcado, a autora ainda discorre de maneira bem interessante.

O patriarcado, em presença de – na verdade, enovelado com – classes sociais e racismo (Saffioti, 1996), apresenta não apenas uma hierarquia entre as categorias de sexo, trazendo também, em seu bojo, uma contradição de interesses. Isto é, a preservação do *status quo* consulta os interesses dos

homens, ao passo que transformações no sentido da igualdade social entre homens e mulheres respondem às aspirações femininas. Não há, pois, possibilidade de se considerarem os interesses das duas categorias como apenas conflitantes. São, com efeito, contraditórios. Não basta ampliar o campo de atuação das mulheres. Em outras palavras, não basta que uma parte das mulheres ocupe posições econômicas, políticas, religiosas etc., tradicionalmente reservadas aos homens. (SAFFIOTI, 2009, p. 13 e 14).

Como já foi afirmado, independente da profundidade da dominação-exploração das mulheres pelos homens, a essência do patriarcado continua imutável. A solução inexistente para a contradição nesse regime. Ela é susceptível à superação, o que demanda transformações drásticas no sentido de preservação das diferenças e extinção das desigualdades, cuja sociedade é responsável. Em uma ordem não patriarcal de gênero, a contradição não está presente. Divergências e conflitos podem surgir, porém para este tipo de fenômeno existe solução nas relações sociais de gênero destituída de hierarquias, sem alterações cruciais nas relações sociais mais abrangentes (SAFFIOTI, 2009).

Frente a essas perspectivas, é plausível afirmar que se tratando de teorias de gênero, presencia-se um relevante impasse. Mais do que isto, constitui um verdadeiro antagonismo: homens, estudiosos feministas desta temática (JOHNSON, 1997; CASTTELLS, 2000 *apud* Saffioti, 2009), além de assumir a existência do patriarcado, também o julgam veemente; enquanto mulheres, feministas estudiosas do assunto, inclinam-se a adotar o conceito de gênero, conferindo ao patriarcado o título de morto ou combalido. Destaca que, se as mulheres necessitam dos homens feministas para conduzir adiante a batalha por uma sociedade menos díspar, é sensato que inicie prontamente o diálogo entre as categorias sociais de sexo. Nessa construção conjunta de um projeto, a comunicação constante se faz instrumento indispensável a fim de edificar simultaneamente a teoria (orientadora) e a práxis. Tal construção é, além de um feito coletivo, um feito para sucessivas gerações (SAFFIOTI, 2009).

Em seus estudos, Saffioti (1987) pressupõe que o primeiro tipo de dominação humana fora a do homem sobre a mulher, por meio da força física. Nesse prisma, emerge a ideologia da inferioridade feminina em relação ao homem, que é tão intensa ao ponto das próprias mulheres introduzirem a ideia de subalternidade, assumindo-se desse modo mesmo quando se tem maior produtividade, desempenho, entre outros atributos qualificáveis, quando comparadas a eles. Essa crença na inferioridade feminina não possui qualquer fundamentação científica, inclusive essa formulação ideológica está na contramão das evidências naturais, segundo a autora.

Um dos recursos utilizados para impor tal ideologia é amparar-se no discurso de que as mulheres são menos inteligentes em analogia aos homens, constituindo um equívoco, uma vez que a ciência já forneceu bases suficientes que certificam que o potencial de inteligência está diretamente relacionado ao grau de estímulo recebido. Logo, a probabilidade de uma pessoa que frequenta diversos ambientes - vida de homem, que ocupa o espaço público - desenvolver a inteligência, é maior do que daquela associada a apenas um ambiente - vida de mulher, que normalmente está presente exclusivamente no espaço privado - (SAFFIOTI, 1987). Para a autora, o desenvolvimento de habilidades requer oportunidades de acesso e participação em todos os espaços, públicos e privados, para o incentivo de potencialidades inerentes aos sujeitos. Dessa maneira, a igualdade de oportunidades presume sincronicamente o compartilhamento de responsabilidades entre os sexos.

Saffioti (1987) relata que, face ao cenário dessas desigualdades de gênero, surgiu o movimento das mulheres, teve início com a apropriação da consciência de uma submissão específica, evidenciando que relevante parcela do trabalho era/é invisibilizada e/ou executada gratuitamente por elas, suas atribuições são tidas como naturais e por isso passam despercebidas e não têm reconhecimento. Nesse contexto, é injusto e indevido considerar o trabalho feminino “extra” lar como uma singela “ajuda”, na tentativa de camuflar o domínio e a exploração do homem sobre a mulher, visto que é pelo desígnio e consentimento desse caráter de “auxílio”, que se oferece uma remuneração reduzida e atribui-se menor valia e préstimo, mesmo quando realizam encargos equivalentes aos dos homens.

As dicotomias estão frequentemente presentes nas conversas sobre gênero em que se polarizam masculino e feminino e o que diz respeito a cada um, colocando-os em extremos opostos e assimétricos. Tais dualidades e o eloquente pensamento dicotômico podem levar a incorporar uma ideologia que favorece a ordem patriarcal de gênero.

Segundo relatado por Saffioti (2004), há milênios atrás nas sociedades ditas igualitárias, os homens eram responsáveis pela caça, enquanto as mulheres dedicavam-se à coleta, estas proviam expressiva fração alimentícia, pois a caça era incerta e não era uma atividade cotidiana, por esse motivo sobrava bastante tempo ocioso, resultando na articulação masculina para a criação de sistemas simbólicos a fim de destronar as mulheres. No sentido de rebaixar as mulheres, se instituiu o patriarcado, como um sistema social injusto - desigual e opressor - que reforça os papéis de gênero.

Sustentando a discussão em torno da naturalização e reprodução dos papéis sociais de sexo, de acordo com os apontamentos trazidos pela mesma autora (2009), além do patriarcado

impulsionar a guerra entre as mulheres, atua como um mecanismo quase automático, em razão da possibilidade de ser praticável por qualquer um. Esse aparato funciona, inclusive, acionado por mulheres. A propósito, incutidas da ideologia que acoberta o patriarcado, mulheres exercem com maior ou menor regularidade e com mais ou menos rigor, as incumbências do patriarca, disciplinando filhos, crianças e/ou adolescentes, segundo a lei do pai. Embora não sejam coniventes e aliadas desse regime, cooperam para sustentá-lo.

Em conformidade com a leitura de Saffioti (2009), no fim da década de 1960 e maciçamente na década posterior, diversas feministas, em especial as chamadas radicais, prestaram significativas contribuições aos estudos sobre mulher, mesmo nessa conjuntura a autora faz uma ressalva:

[...] Mas há, ainda, um longo caminho a percorrer. E é absolutamente imprescindível que esta trajetória seja descrita para que haja empoderamento, não de determinadas mulheres, mas da categoria social por todas elas constituída. [...] Além de empoderar a categoria mulheres, e não apenas mulheres, o conhecimento de sua história permite a apreensão do caráter histórico do patriarcado (SAFFIOTI, 2009, p. 9).

As teóricas feministas utilizaram-se de uma noção de patriarcado cujo significado quase não mantinha relação com as construções de Weber, muitas delas sequer conheciam o precursor sociólogo - exceto por via dos estudos de Parsons – que mantinha uma intenção política, qual seja a de denunciar a dominação masculina e investigar as relações homem-mulher decorrentes dela. A autora assinala que nada se falava sobre a exploração, e segundo a sua opinião, compõe uma das faces de um mesmo processo: dominação-exploração ou vice-versa (SAFFIOTI, 2009).

A autora expõe que quando estabelece apenas a expressão dominação, pressupõe que a visão da sociedade seja tripartida – política, econômica e social – ou seja, segue a corrente weberiana. É provável que este tenha sido o motivo pelo qual outras feministas atacaram o conceito de patriarcado, atendo-se sempre na vertente weberiana, da qual a conjuntura histórica instigadora foi a sociedade sem Estado. Dizia respeito a um conceito relacionado à economia de *oikos*, ou, à economia doméstica, “Há, sem dúvida, uma economia doméstica, ou domesticamente organizada, que sustenta a ordem patriarcal” (SAFFIOTI, 2009, p.10).

Em relação ao uso generalizado da terminologia “gênero” ou mesmo do uso exclusivo deste último, a estudiosa reivindica a relevância da categoria “patriarcado” (SAFFIOTI, 2004; SAFFIOTI, 2009). Para tanto, a partir da discussão exposta, é realizada uma reflexão acerca da sua acepção, na qual, o patriarcado é interpretado como um arranjo que definiu as mulheres como objeto de contentação sexual dos homens, reprodutoras dos sucessores, da força de

trabalho. Dois elementos contribuíram para a sustentação da estrutura do patriarcado: a produção de excedente econômico, centro do crescimento e aperfeiçoamento da propriedade privada e logo, do domínio e exploração do homem sobre o homem e sobre a mulher, mais intensamente sobre a mulher; o descobrimento da atuação dos homens na reprodução, visto que anteriormente era percebido como um poder divino concedido estritamente às mulheres (SAFFIOTI, 2004).

A autora discorre corroborando que o patriarcado pressupõe uma relação natural de dominação-exploração. “Não há, de um lado, a dominação patriarcal e, de outro, a exploração capitalista. Para começar, não existe um processo de dominação separado de outro de exploração [...] De rigor, não há dois processos, mas duas faces de um mesmo processo” (SAFFIOTI, 2004, p. 130). Ao passo que seria uma dominação política, na qual a participação da mulher é irrisória, enquanto o poder político do homem se instala no direito sexual e nas tomadas de decisões desiguais. E uma exploração econômica sobre as mulheres, que infere - por meio de estudos sobre o trabalho feminino na economia tecnológica - intensa subalternidade, essa exploração é estabelecida simultaneamente ao controle da sexualidade feminina. Essa combinação – dominação/exploração – é percebida como opressão (SAFFIOTI, 2009).

Para a mesma autora (2004), falar em termos de patriarcado e sustentar essa denominação implica, além de outros fatores, dizer que compõe um modelo hierárquico de relações que envolve todos os espaços sociais; bem como simboliza um arranjo de poder que se apoia tanto na violência como na ideologia. A definição de patriarcado, apreendido como contrato sexual/conjugal (que oferece direito sexual aos homens sobre as mulheres), em que se enfatiza o marido, possibilita a observação de um acordo desigual, havendo permuta de obediência por proteção, o vínculo firmado não se faz entre indivíduo-indivíduo e sim entre indivíduo-subordinada. Consolidando esses fundamentos, faz-se referência a uma obra de Carole Pateman, a qual desvela que, o homem, na condição de dominador-explorador, é cônjuge, antes de se tornar genitor. Com efeito, em boa parte dos países, incluindo o Brasil, as mulheres despossavam de direitos civis após o matrimônio (SAFFIOTI, 2009).

Reforçado pela autora (2004), pode-se concluir que o patriarcado satisfaz os interesses das classes dominantes e, é o método mais longo de soberania, todavia não se reporta somente a um sistema de dominação, estereotipado pela ideologia machista, contudo é também um sistema exploratório. Ao passo que a dominação pode, na intenção de análise, ser

fixada nos campos político e ideológico, enquanto a exploração corresponde diretamente ao âmbito econômico.

Bourdieu (1996a) (citado por CAPELLE, 2005) crê que as classes dominantes são favorecidas de poder econômico, social e simbólico incorporado e reproduzido nas instituições e hábitos sociais. Refere-se à teoria da dominação simbólica, que abrange a dominação do sexo masculino sobre o feminino. O poder simbólico reside então “[...] nesse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2001, p. 7-8).

Fortalecendo o debate sobre as dinâmicas do poder, Saffioti (2004) atribui a Joan Scott o valioso aporte de que as relações de gênero estão entrelaçadas às relações de poder, as quais hierarquizam homens e mulheres no percurso histórico. A autora fala em sua obra, que diferente do conceito de dominação em Weber, o poder dispensa o consentimento dos subordinados, podendo ser exercido contra a vontade. Saffioti (2004) menciona que a partir do exposto decorre que se considera equivocado não perceber no patriarcado uma relação, na qual a atuação das duas partes se fazem presentes.

Analisando por essa ótica, o poder e a ideologia podem funcionar como recurso de dominação. Garcia (1988) oportuniza um resgate segundo Marx quanto à definição de ideologia que, se estabelece como agrupamento de ideias e conceitos que governa o espírito humano ou grupo social, sendo possível quando se completa a partilha social do trabalho material e espiritual. Age como mecanismo de dominação de uma classe sobre outra. É produto do hábito social humano e corresponde às ideias dominantes de determinada sociedade e época, apoderando-se dessas ideias e generalizando para todas as classes que constituem o coletivo. Logo, afirma-se que a classe dominante é aquela que detém o poder material.

Dessa maneira, contribuindo com as reflexões relativas à ideologia, Saffioti (2009) assevera que ela se materializa e corporifica-se, integrando de modo intrínseco, o ser social, objeto de estudo das Ciências Sociais. A autora ressalta ainda que a História se assenta no ser social, produzida por seres humanos e, recordando Marx - citado na mesma obra da autora -, não em situações idealizadas por eles, contudo em condições obtidas do passado. Disto, desdobra-se que: “[...] tanto as circunstâncias fazem os homens, como os homens fazem as circunstâncias” (MARX, 1953, p. 30 *apud* SAFFIOTI, 2009).

Na perspectiva patriarcal e de suas relações de poder, o ponto de chegada dessa corporificação e materialização ideológica é a lógica do “sexismo-machista” dominante. É

conveniente lembrar que o patriarcado serve a interesses dos grupos e classes dominantes (SAFFIOTI, 2004). A autora expõe consideráveis raciocínios a esse respeito.

No que tange ao sexismo, o portador de preconceito está, pois, investido de poder, ou seja, habilitado pela sociedade a tratar legitimamente as pessoas sobre quem recai o preconceito da maneira como este as retrata. Em outras palavras, os preconceituosos – e este fenômeno não é individual, mas social – estão autorizados a discriminar categorias sociais, marginalizando-as do convívio social comum, só lhes permitindo uma integração subordinada, seja em certos grupos, seja na sociedade como um todo. Não é esta, porém, a interpretação cotidiana de preconceito e de sexismo, também um preconceito. Mesmo intelectuais de nomeada consideram o machismo uma mera ideologia, admitindo apenas o termo patriarcal, isto é, o adjetivo. Como quase nunca se pensa na dimensão material das idéias, a ideologia é interpretada como pairando acima da matéria. O ponto de vista aqui assumido permite ver a ideologia se corporificando em sentido literal e em sentido figurado. Com efeito, este fenômeno atinge materialmente o corpo de seus portadores e daqueles sobre quem recai (SAFFIOTI, 2009, p. 24 e 25).

Depois da leitura desse arranjo teórico, é necessário partirmos para um horizonte mais específico no qual permeiam as relações de gênero. Desde a instauração do patriarcado, em que a cultura da superioridade e hegemonia masculina imperava, tem-se uma estrutura social completamente dividida pelas categorias de sexo, incluindo as relações de trabalho. Promovendo um debate mais rigoroso, a posteriori, serão apresentados alguns estudos mais específicos sobre essas dinâmicas.

### **3.2 Divisão sexual do trabalho**

Conforme referenciado por Hirata e Kergoat (2007), a expressão “divisão sexual do trabalho” é utilizada na França a partir de duas compreensões de ideias diferentes. Uma face se dá em torno do entendimento sociográfico, que se preocupa em estudar a distinta disposição de homens e mulheres no mercado de trabalho, nas funções e profissões, e suas alterações no tempo e no espaço, averiguando como essa divisão se associa à distribuição desigual do trabalho doméstico entre ambos os sexos.

Contudo, discutir em termos da divisão sexual do trabalho deveria possibilitar explorar adiante da singela confirmação de desigualdades. Nessa esfera é que surge a outra face do termo divisão sexual do trabalho: expor que essas discrepâncias são sistemáticas; organizar o relato da realidade como uma ponderação sobre os métodos pelos quais a sociedade emprega essa separação/discriminação com vistas a hierarquizar as tarefas e, conseqüentemente, os sexos, em síntese, com intuito de estabelecer um sistema de gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007).

[...] desde o nascimento do conceito há cerca de trinta anos, se observa uma tensão entre, de um lado, análises que pensam mais em termos de constatação de desigualdades entre homens e mulheres, e de acúmulo, de soma dessas desigualdades (cf. a noção atual de conciliação de tarefas) e, de outro lado, análises que procuram remontar à nascente dessas desigualdades e, portanto, compreender a natureza do sistema que dá origem a elas (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Segundo as autoras, o projeto coletivo precursor da temática em voga na França tinha o interesse de exceder as denúncias de desigualdades e correspondia ao fato de repensar o trabalho. A questão que embasava esse interesse era a concepção de que o trabalho doméstico era de fato um trabalho.

Pouco a pouco, as análises passaram a abordar o trabalho doméstico como atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional. Isso permitiu considerar “simultaneamente” as atividades desenvolvidas na esfera doméstica e na esfera profissional, o que abriu caminho para se pensar em termos de “divisão sexual do trabalho” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 597-598, grifos das autoras).

As autoras relatam ainda que a divisão sexual do trabalho era articulada em dois âmbitos (público e doméstico) que, por sua vez, se apresentou diminuta, trazendo à tona outro patamar de análise, a definição da relação social frequente e habitual entre os grupos dos homens e das mulheres, é o surgimento da chamada “relações sociais de sexo”.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Esse sistema traz como particularidades a escolha prioritária dos homens para ocuparem os espaços produtivos e as mulheres os reprodutivos, concomitantemente, o apoderamento pelos homens de atribuições com valor social acrescido bem superior. Esse tipo de divisão permite dois princípios construtivos: o da separação - existem os papéis e trabalhos de homens e os de mulheres claramente definidos; o hierárquico - desproporcionalidade das atividades, ou seja, um trabalho de homem tem mais préstimo que um de mulher. Essas convicções são utilizadas por meio de um recurso de legitimação, a ideologia naturalista. “Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). Para as autoras, a divisão sexual do trabalho está em constante mudança, a estabilidade consiste na desigualdade entre os grupos e não nas situações, que comumente se alteram. É indiscutível

que a situação das mulheres obteve melhoras, todavia a igualdade em relação aos homens ainda está bastante distante.

Paulilo (1987) reforça as noções aludidas anteriormente, fazendo um paralelo entre o “peso” dos trabalhos, ressalta que nos afazeres em que a força física não oferece rendimento elevado, a presença masculina se faz dispensável. Referindo-se aos papéis desempenhados de acordo com o sexo, historicamente é função do homem suprir o sustento da casa, enquanto a mulher que participa do espaço público exercendo trabalho “extra” lar, oferece “apenas um auxílio”, caracterizando a valorização social masculina.

Frente ao exposto, observa-se que verdadeiramente o trabalho é qualificado em conformidade com quem o desempenha, sendo o “leve” para as mulheres e o “pesado” para os homens. Vale evidenciar que essa categorização se relaciona com diferentes salários, proporcional ao seu “peso”, mesmo quando exercido em um mesmo período de tempo por ambos, ou em contrapartida à força física requerida por um, o outro despenda habilidade, paciência e outras qualidades. De maneira sucinta, “A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar” (PAULILO, 1987, p. 7).

Portanto, é apropriado ressaltar que a divisão sexual do trabalho é sempre indissociável das interações sociais entre homens e mulheres, que por sua vez desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas (HIRATA, 2002). Toda essa dinâmica da divisão sexual do trabalho reflete em todos os ambientes, inclusive no meio acadêmico. Conforme Saffioti (2009), após o que foi colocado, é relevante acrescentar sobre o tradicional acesso irrisório das mulheres à educação adequada para a conquista de uma posição de trabalho prestigiosa, valorizada e bem remunerada. Este fenômeno excluiu as mulheres de muitos postos no mercado de trabalho. Embora atualmente, o grau de escolaridade delas tenha excedido consideravelmente o deles, a exploração atinge o ponto da remuneração média das trabalhadoras fixarem entre 60% e 64% (IBGE) dos salários médios dos trabalhadores.

Como constatado, as mulheres se inserem gradativamente em níveis de escolarização mais altos comparadas aos homens. Contudo, a escolha e distribuição das carreiras, inclusive a opção por cursos superiores que antecede as futuras profissões, acompanha a direção imposta pela divisão sexual do trabalho.

Mas uma das mudanças mais importantes na condição das mulheres e um dos fatores mais decisivos da transformação dessa condição é, sem sombra de dúvida, o aumento do acesso das jovens ao ensino secundário e superior que, [...] levou a uma modificação realmente importante da posição das mulheres na divisão do trabalho: observa-se, assim, um forte aumento da

representação de mulheres nas profissões intelectuais ou na administração e nas diferentes formas de venda de serviços simbólicos (jornalismo, televisão, cinema, rádio, relações públicas, publicidade, decoração) e também uma intensificação de sua participação nas profissões mais próximas da definição tradicional de atividades femininas (ensino, assistência social, atividades paramédicas) (BOURDIEU, 2012, p. 108).

Em nossos espaços, muitas vezes reproduzimos ideias tradicionais referentes às diferenças entre os sexos e aos seus binarismos. Muitas construções socioculturais são internalizadas e ajudam a construir “falsas verdades” sobre as relações sociais de sexo que, muitas vezes, são reproduzidas sem serem questionadas.

[...] Esses binarismos é que são reforçados e re/produzidos pela mídia – e pela publicidade – [ainda, escola, Estado, religiões...] nas formas de representar mulheres, homens e/ou crianças, quase sempre a partir da distinção entre os sexos. De novo, o que importa não é negar as diferenças de corpo, mas sim questionar que tipos de relações são construídos a partir de tal distinção (SABAT, 1999b, p. 246).

Partindo dos fundamentos da divisão sexual do trabalho, coloco a importância do entendimento de suas manifestações na escolha das carreiras profissionais pelos diferentes sexos. Kalsing (2019) afirma, em entrevista à TV Universitária (TVU), divulgada no Portal UFLA-notícias, que pesquisas atuais corroboram o fato de que o número de mulheres que se matriculam no ensino superior público é maior que o de homens, mas é necessário atentar-nos para as áreas em que elas se inserem. A partir dos dados da pesquisa intitulada, “Mulheres no Ensino Superior”, que são investigadas as diferenças no ingresso de mulheres e homens nos cursos de graduação ofertados pela UFLA. A pesquisadora afirma que é possível observar a relação dos cursos escolhidos pelas mulheres com as atividades historicamente vinculadas à atuação feminina na sociedade. Percebe-se que, em cursos com uma tendência mais associada ao cuidado e à educação, há um predomínio maior de mulheres inscritas, e em relação às graduações da área de exatas e engenharias, o número de homens continua mais expressivo.

A condição histórica em que as mulheres foram submetidas, qual seja, a sua designação ao mundo privado/doméstico, como também a divisão sexual do trabalho, influencia nas escolhas das carreiras no espaço público - estas comumente menos valorizadas na hierarquia social das profissões. Góis (2008) faz uma ressalva sobre esse prestígio e valor referente às profissões, que se iniciam a partir da escolha dos cursos superiores.

A definição de cursos mais valorizados pode ser feita a partir de dois critérios. O primeiro deles pode ser chamado de “mérito natural” e está associado ao modo como certas carreiras são percebidas no imaginário social: possuidoras de uma função intrinsecamente relevante e merecedoras de melhores condições de trabalho e assalariamento. [...] Outro critério para

atribuição de valor social a um curso é a sua demanda contemporânea e a consequente dificuldade de acesso a ele em função da relação candidato/vaga no vestibular (GÓIS, 2008, p. 746-747).

Diversos estudos apontam que o caminho das pessoas é resultante de suas preferências pessoais, de atributos das dimensões sociais, dos quais, elas se movem e de aspectos subjetivos que, ao ajustarem-se esses componentes, dispõem motivações intrínsecas capazes de limitar ou ampliar expectativas, projetos e investimentos (BOURDIEU, 2008). Em concordância com as ideias do autor, agrega-se outras considerações pertinentes a respeito.

Por um lado, tem-se o indivíduo que escolhe a partir de seus gostos e preferências, de suas expectativas e projetos de vida, e de um conjunto mais ou menos claro de informações ou representações sobre o sistema universitário, os diversos cursos e o mercado de trabalho. Por outro lado, sabe-se que a escolha desse indivíduo está condicionada por sua trajetória passada e por sua posição atual nas estruturas sociais. Como visto, as pesquisas mostram que a opção por um determinado curso está relacionada ao perfil socioeconômico, à trajetória escolar, ao gênero, à idade e, em certos casos, à etnia dos candidatos (NOGUEIRA, 2012, p. 22).

Segundo Góis (2008), é isso que ocorre quando da escolha por um curso superior, a demanda é moldada segundo vários elementos próprios ao indivíduo, somados à condições definidas de inserção e permanência nas instituições. Para as mulheres, esses fatores se tornam mais complexos, pois tradicionalmente é responsabilidade delas o desempenho de atividades do lar, fazendo com que tenham que organizar estudo, trabalho profissional e doméstico. Neste sentido, muitas vezes optam levando em conta possibilidades de conciliação.

Portanto, a predisposição está associada às opções e escolhas de cada pessoa, além de ser reforçada pela divisão sexual do trabalho e pelo contexto no qual estão introduzidos, que naturalizam – internalizam – reproduzem os papéis de gênero, influenciando nas decisões profissionais de acordo com funções executadas segundo características julgadas femininas ou masculinas.

Foi nesse contexto que pretendo entender como as escolhas das carreiras são condicionadas pelas influências tradicionais e históricas (sociais, culturais e econômicas) ao longo das trajetórias. Para auxiliar nesse entendimento, utilizaremos os conceitos sobre o *habitus*.

### **3.3 *Habitus***

Segundo Bourdieu (2008), a definição de *habitus* é conhecida também como capital cultural incorporado, relaciona-se à capacidade de determinada estrutura social ser introduzida

pelos sujeitos por meio de propensões para o seu modo de ser, sentir, pensar e agir, um artifício orientador das escolhas. É a fusão da estrutura e da ação, em que, ao mesmo tempo em que se interioriza a estrutura, exterioriza-se sua reprodução nas práxis individuais (na maioria das vezes de modo inconsciente). É, portanto, a tendência que a estrutura tem de orientar as condutas, visto que estas estão estreitamente relacionadas, as opções são predispostas meramente na ordem do que é possível e viável.

As maneiras como a dominação entre os gêneros se estabelecem surgem através dos *habitus*, como uma forma de introdução de disposições perdurável das estruturas que sistematizam as práticas e representações individuais. O *habitus* se revela como uma predisposição para o sujeito operar, baseando-se em opiniões e orientações transmitidas no senso comum. A tendência da ação pessoal estaria diretamente relacionada, estruturalmente, ao posto que ocupa em um campo social. Vale expor que a posição do indivíduo dentro de um sistema, possivelmente pode ser reproduzida pela “trajetória social”, oriunda de gerações, ou seja, a colocação do sujeito seria determinada com fundamento no “itinerário iniciado por seus precedentes” (BOURDIEU, 2012).

Para Setton (2002), o conceito de *habitus*, apesar de ser observado como um sistema que foi criado no passado e conduzindo para ações no presente, opera como mecanismo teórico que facilita refletir a conexão, a mediação entre os condicionamentos sociais extrínsecos e a subjetividade (particularidade) dos indivíduos. A autora relata ainda que Bourdieu procurou organizar a teoria do *habitus*, sua definição nasce da premência prática de assimilar as relações de compatibilidade entre o comportamento dos sujeitos, as estruturas e os condicionamentos sociais, que é entendido como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as *experiências passadas*, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (Bourdieu, p. 65, 1983b citado por SETTON, 2002, p. 62, grifo da autora).

Conforme Araújo e Oliveira (2014), o interesse em compreender de que modo as condições objetivas que definem a posição do indivíduo na estrutura social originam um sistema específico de (pré)disposições para a ação, acrescidos do esforço em entender a relação entre as circunstâncias materiais de existência (capital econômico); a estrutura socioinstitucional e a individualidade, levam a compreensão do *habitus* como ferramenta interpretativa da realidade. O *habitus* engloba tanto as representações sobre si e sobre a

realidade, como também o conjunto de práticas em que os sujeitos se incluem, os valores e crenças que apresenta suas aspirações, identificações, etc.

Nesse sentido, almejo com esta dissertação reportar a importância da influência do *habitus* na reprodução e conservação das estruturas de dominação, por exemplo, o patriarcado. Simultaneamente a esse caráter, o *habitus* extrapola esse fato tendo uma potência geradora significativa, que busca dissociar tais estruturas de poder, configurando novos arcabouços. Dessa maneira, Bourdieu (2007) revela que o *habitus* consiste em um “Sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 2007, p. 191).

Em suma, de forma resumida pode simplificar, para melhor compreender tudo o que fora mencionado sobre tal conceituação:

O *habitus* é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós ‘reproduzamos’ as condições sociais de nossa própria produção, mas de uma maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos (BOURDIEU, 2003, p. 105).

Tal conceito conecta a práxis que é herdada da capacidade criativa do indivíduo, não consolidando uma teoria estática ou meramente reprodutivista, mas permite ao mesmo tempo, a repetição das relações sociais e também a criação do novo, “[...] Os ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades da adaptação às situações novas e imprevistas, podem determinar transformações duráveis do *habitus* [...]” (BOURDIEU, 2003, p. 106).

O conceito de *habitus* é a ponte, a mediação entre as dimensões objetiva e subjetiva do mundo social ou simplesmente entre a estrutura e a prática (SETTON, 2002). É por meio do *habitus* que se procura interpretar o fundamento transgressor que perpassa as estruturas, no sentido de romper com os preceitos constituídos coletivamente que vigoram na sociedade; no caso em específico, a transgressão das barreiras de gênero na escolha e acesso ao ensino superior. Conforme Duru-Bellat (1995), citado por Setton (2002), ao analisar a proposta de futuro dos estudantes, é possível perceber como o campo das escolhas possíveis circunscreve-se, no caso das estudantes, a partir da introdução/interiorização de uma representação tradicional das aptidões e vocações femininas e do papel da mulher no ambiente doméstico e familiar.

Representações que podem reconhecer a divisão sexual do trabalho dentro da academia, mesmo dentro de uma mesma área, os subcampos também são marcados pela segregação exercida pela divisão do trabalho sexuado. A exemplo, tem-se a esfera das agrárias (ambiente predominantemente masculino), na qual, as mulheres que desbravam, acabam por identificar dentro do próprio campo, aquelas áreas mais afeitas aos arcabouços que internalizados sobre feminilidades.

Dando seguimento, Setton (2002) diz que é complexo explorar o padrão de interpretação dos fenômenos pedagógicos desenvolvidos por Bourdieu, desconsiderando as preocupações conceituais e epistemológicas mais vastas que orientam a obra do teórico. Assim, conclui o autor:

Sinteticamente, a questão fundamental de Bourdieu é como entender o caráter estruturado das práticas sociais sem cair na concepção subjetivista, segundo a qual essas práticas seriam organizadas de forma autônoma, consciente e deliberada, pelos atores sociais, sem cair na perspectiva objetivista que as reduziria à execução mecânica de estruturas externas e reificadas (SETTON, 2002, p. 15).

O autor ainda explica, a justificativa de Bourdieu é a de que a organização das práticas sociais não é um processo involuntário do exterior para o interior, conforme com as condições objetivas existentes em um espaço ou situação social. Nem é, por outro lado, um processo guiado de maneira independente, consciente e ponderado pelos atores individuais. As práticas sociais seriam estruturas que, expressariam traços típicos da disposição social de quem as produz, uma vez que a exclusiva subjetividade do sujeito, bem como a sua forma de assimilar e contemplar o mundo, predileções e gostos, aspirações, estruturar-se-iam previamente em relação ao momento da ação.

Ela resultaria da incorporação pelos sujeitos, de um *habitus* objetivamente adequado às condições sociais nas quais o ator foi socializado. O ajustamento ocorreria sempre que as condições nas quais o ator age, correspondessem aproximadamente àquelas nas quais ele foi socializado. Nesses casos, a ação dos atores individuais apresentaria um sentido estratégico, uma adequação em relação às condições objetivas que ultrapassaria o sentido conscientemente atribuído pelos sujeitos às suas próprias ações. Os sujeitos tenderiam, em primeiro lugar, a selecionar objetivos considerados razoáveis, adequados às possibilidades objetivas de realização (SETTON, 2002, p. 16).

É o que o autor chama de “causalidade do provável”, o desprezo pelo impossível e o anseio pelo provável. Desse modo, os sujeitos inclinam-se a desfrutar dos meios disponíveis para a ação – recursos materiais e simbólicos –, da maneira objetivamente mais devida em função do seu arranjo e posição social.

#### **4 PERCURSOS METODOLÓGICOS E DELINEAMENTO DE PESQUISA**

Como relatado anteriormente, o objetivo geral desta pesquisa consiste na investigação de como se estabelecem os processos de naturalização dos espaços de poder masculinos e como interferem na inserção e atuação acadêmica das mulheres nos cursos de agrárias da UFLA, propondo intrinsecamente a concepção de desenvolvimento sustentável e sua estreita relação com a equidade de gênero e oportunidades, com anseio de fortalecer o contexto social, base fundamental do tripé da sustentabilidade.

Considerando a formação acadêmica como uma perspectiva para a promoção social e consequente benefício a favor de maior participação no mercado de trabalho, compreendemos pelos estudos desenvolvidos até o momento, que a divisão sexual do trabalho ainda fomenta a atuação das mulheres em profissões que não lhes asseguram condições satisfatórias de vida. Procuramos, através desta proposta de pesquisa, verificar a hipótese formulada de que a naturalização dos estereótipos de gênero na área acadêmica se concretiza por meio de espaços dissociados (ocupados assimetricamente por homens e mulheres) e, de que modo fatores como o patriarcado exercem influência nos vieses de gênero, contribuindo para essa hierarquização e segregação; analisando as relações existentes entre a escolha do curso pelas estudantes, especificamente do estrato das agrárias, e a divisão sexual do trabalho.

Este estudo caracteriza-se quanto aos seus objetivos como descritivo-explicativo, procurando perceber a frequência com que os eventos ocorrem, tendo como objetivo essencial descrever as particularidades de determinada população ou fenômeno, como também observar fatos, analisá-los, classifica-los e interpretá-los. Levantar opiniões acerca de determinadas perspectivas; buscando-se mais respostas, propiciando um caráter mais conclusivo aos resultados. Pesquisas que procuram descobrir e/ou identificar as relações entre as variáveis são consideradas descritivas. Há possibilidade de alguns trabalhos descritivos excederem esse fato (descobrir a existência de associação entre as variáveis), propondo estabelecer a natureza dessas relações; neste sentido tem-se um estudo descritivo que se aproxima do explicativo. Por sua vez, as pesquisas explicativas têm como fim reconhecer os fatores que definem ou colaboram para a ocorrência dos fenômenos, esclarecendo a razão destes (GIL, 2008).

De acordo com o tipo de abordagem, a pesquisa classifica-se como mista. No primeiro momento, foram explorados dados quantitativos coletados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas

em Gênero e Raça (GEPGR) junto à Pró Reitoria de Graduação (PRG), relativos ao número de graduandas ingressantes na esfera das agrárias da UFLA, matriculadas entre os anos de 2013 e 2017. Conforme definido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPEs, a grande área classificada como agrárias, abrange nessa universidade os cursos de: Agronomia; Engenharia Agrícola; Engenharia de Alimentos; Engenharia Ambiental; Engenharia Florestal; Medicina Veterinária e Zootecnia.

Consecutivamente, será exibida uma tabela com a organização dos dados quantitativos obtidos durante a execução do trabalho, de acordo com a proporção de mulheres matriculadas nos sete cursos do setor das agrárias. Cabe fazer a ressalva, de que os cursos que compreendem uma proporção de mulheres superior a 50% aparecem na tabela em grifo do tipo negrito, para uma visualização mais eficaz.

Tabela 1 – Proporção de mulheres matriculadas nos cursos da área de agrárias da UFLA, entre os anos de 2013 e 2017.

CURSOS	% ANO				
	2013	2014	2015	2016	2017
AGRONOMIA	34%	33%	30%	32%	32%
ZOOTECNIA	50%	<b>67%</b>	<b>59%</b>	<b>60%</b>	<b>60%</b>
ENG. AGRÍCOLA	16%	35%	26%	25%	17%
ENG. FLORESTAL	43%	47%	39%	41%	<b>53%</b>
VETERINÁRIA	<b>62%</b>	<b>72%</b>	<b>71%</b>	<b>71%</b>	<b>71%</b>
ENG. ALIMENTOS	<b>74%</b>	<b>74%</b>	<b>61%</b>	<b>57%</b>	<b>66%</b>
ENG. AMBIENTAL	45%	<b>57%</b>	<b>55%</b>	<b>53%</b>	<b>52%</b>

Fonte: Da autora (2020).

Foram selecionados apenas três cursos dessa grande área – considerando-se alguns enfoques pertinentes para esta pesquisa - sendo eles: Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos e Zootecnia. Procura-se ressaltar a identificação, dentre os cursos, daqueles com maior, menor e equivalente representação de mulheres e, posteriormente, foi proposta uma abordagem de análise qualitativa dos dados. Segundo Vergara (2005), define-se qualitativa no sentido em que a percepção se dá por meio de explicações ou da compreensão das relações entre variáveis, perguntando aos entrevistados sobre o seu comportamento diante de um determinado fato e de seus estados subjetivos. Foi selecionada uma amostra por acessibilidade ou conveniência, que deve possuir características semelhantes a do universo pesquisado, no que concerne às variáveis das quais se deseja estudar.

Constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão (GIL, 2008, p. 94).

Quanto aos procedimentos adotados, caracteriza-se como estudo de caso. Como ocorre na maioria das pesquisas, esse tipo de delineamento parte do levantamento bibliográfico. De acordo com Gil (2008), permite conhecimento amplo e minucioso mediante estudo detalhado de um ou alguns objetos, os estudos de caso viabilizam uma investigação mais aprofundada das questões propostas do que a simples disposição das características da população segundo dimensões específicas – analisando processos, além de resultados – com a pretensão de explicar as variáveis causais dos fenômenos em situações mais complexas.

#### **4.1 Ambiente de concentração da pesquisa e caracterização da amostra; critérios de escolha dos cursos/sujeitos e do espaço temporal**

No caso específico desta proposta de pesquisa, foram designados como população de pesquisa, as mulheres matriculadas nos cursos de Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos e Zootecnia da UFLA, no período que incluiu os anos de 2013 a 2017, e que são membros de grupos institucionais como: núcleos de estudos, pesquisa, extensão; PET's; empresas juniores, bem como professores coordenadores das respectivas categorias de núcleos. Estes últimos serão abordados a fim de suscitar informações sobre uma perspectiva mais institucional, no que tange às questões de gênero no meio acadêmico. Realizou-se um levantamento junto à Pró Reitoria de Pesquisa (PRP) e Pró Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) de todos os grupos institucionais pertencentes aos departamentos correspondentes aos cursos escolhidos, como também dos professores responsáveis por coordená-los.

Conforme reportado na seção, a amostra abarcou um total de 31 sujeitos partícipes da pesquisa, distintos em dois grupos discriminados a posteriori. Participaram apenas aqueles que sentiram-se instigados pelo convite disponibilizado nos meios de comunicação, como redes sociais vinculadas à universidade e/ou alternativas.

Os critérios utilizados para a triagem dos três cursos se deu conforme alguns aspectos relevantes, quais sejam, a proporção de mulheres inscritas em relação à proporção de homens e a tradição das graduações; visto que Engenharia Agrícola e Zootecnia estão entre os cursos mais antigos da instituição, enquanto o curso de Engenharia de Alimentos foi o segundo a ser implantado no estado de Minas Gerais. O curso de Zootecnia foi selecionado por manter o

ingresso de mulheres maior em relação ao de homens nos últimos anos; Engenharia Agrícola, justamente por ocorrer o contrário, se preservar a maioria homens e menor incidência de inscrição das mulheres e, por fim, o curso de Engenharia de Alimentos, sua escolha justificase pelo fato das características do curso estarem mais vinculadas à nutrição, segurança alimentar e ao cuidado, papel atribuído socialmente à prática feminina, exibindo um consequente declínio na admissão de homens.

Foi delimitado esse espaço temporal, pois além da viabilidade de acesso a esses dados quantitativos obtidos por meio do GEPGR, parte-se da proposição que alunas matriculadas no ano de 2013 estão mais próximas da data de conclusão do curso, oferecendo uma perspectiva diferenciada, devido ao tempo percorrido, comparativamente àquelas que ingressaram há menos tempo. Além de um dos objetivos propostos ter o intuito de analisar a trajetória acadêmica dessas mulheres, sobretudo os desafios, verificando a (im)possibilidade de relação entre assédio, atitudes discriminatórias e a atuação/desempenho em atividades que compõem o tripé ensino-pesquisa-extensão na UFLA.

Parte-se da premissa de que os cursos das Ciências Agrárias são predominantemente ocupados por homens, devido ao fato das profissões e atividades correlatas a este ramo serem comum e historicamente designadas a eles e, na universidade escolhida para a realização da pesquisa, percebe-se que vem ocorrendo o contrário, tendo em vista a quantidade expressiva de mulheres que se inscrevem nos cursos de graduação deste âmbito.

#### **4.2 Procedimento de coleta de dados**

Algumas ressalvas foram feitas com o intuito de esclarecer quaisquer incertezas a respeito da procedência da coleta de dados, quais sejam: é imprescindível mencionar que a condição para avançar com o preenchimento das perguntas, foi de que todos os respondentes assinalassem a opção em concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), anexo junto ao questionário; bem como não foram solicitados os nomes aos colaboradores, a fim de preservá-los em relação a algum tipo de constrangimento e evitar a ruptura de anonimato, assegurando a confidencialidade dos voluntários quando da investigação do conteúdo de suas contribuições. Nesse caso, foram atribuídas identificações numéricas, no decorrer da transcrição – que foi posta em itálico no texto –, para alunas e professores, a exemplo: ALUNA 1 / PROFESSOR 1.

Visando ao levantamento e à apuração das informações de cunho qualitativo, foram utilizados questionário (via *Google Forms*) para as discentes; e entrevista para os coordenadores, ambos semiestruturados, como ferramenta de coleta de dados. Dividiram-se

em duas etapas: um bloco contendo questões referentes aos elementos de domínio da carreira acadêmica, e outro bloco articulando aspectos do âmbito da vida pessoal de cada sujeito pesquisado. Gil (2008) define entrevista como o método flexível e por isso é adotada como técnica fundamental de investigação, principalmente no campo das ciências sociais, em que o investigador se posiciona frente ao investigado e lhe formula perguntas com o objetivo de lograr dados relevantes à investigação. O demasiado uso desse método na pesquisa social se dá por uma série de motivos, dentre os quais, cabe ponderar: é um recurso muito eficiente para o alcance de dados em profundidade acerca do comportamento humano; os dados levantados são passíveis de classificação bem como de quantificação.

O mesmo autor menciona que as entrevistas variam em nível de estruturação, sendo estruturada aquela que pré-estabelece em maior grau as respostas alcançadas, enquanto as informais ou menos estruturadas se desenvolvem de maneira mais espontânea. Neste sentido, optamos pela elaboração e utilização de um questionário misto, contendo 24 perguntas abertas e fechadas; e de uma entrevista mista, abrangendo 14 perguntas abertas e fechadas, na qual as questões abertas são guiadas por pautas de interesse da entrevistadora, apresentando algum nível de estruturação, porém permitindo que os respondentes se sintam à vontade para colocarem livremente suas opiniões acerca do conteúdo, resultando em uma análise dos fatos com maior profundidade. Para as questões objetivas, propôs-se uma lista pré-fixada de indagações que podiam ou não se desdobrar em outras perguntas, viabilizando a análise quantitativa dos dados, uma vez que as respostas eram padronizadas.

Esta lista de perguntas é freqüentemente chamada de questionário ou de formulário. Este último título é preferível, visto que questionário expressa melhor o procedimento auto-administrado, em que o pesquisado responde por escrito as perguntas que lhe são feitas. Quando a entrevista é totalmente estruturada, com alternativas de resposta previamente estabelecidas, aproxima-se do questionário. Alguns autores preferem designar este procedimento como questionário por contato direto. Outros autores (Goode e Hatt, 1969; Nogueira, 1968; Trujillo Ferrari, 1970), por sua vez, vêem neste procedimento uma técnica distinta do questionário e da entrevista, e o designam como formulário (GIL, 2008, p. 113).

O convite para a participação da pesquisa, contendo explanações preliminares a respeito, foi disponibilizado por meio digital nos endereços eletrônicos dos coordenadores de núcleos, que encaminharam para as discentes matriculadas nos respectivos cursos especificados anteriormente e membros dos grupos institucionais. Essa interação foi proposta com vistas a estabelecer um contato inicial e um respaldo dos sujeitos, criando uma atmosfera favorável de confiança e cordialidade. Por conseguinte, remeteu-se às graduandas

via meios de comunicação alternativos, como redes sociais *online*, o *link* para acesso ao questionário.

Do mesmo modo, foi agendada uma entrevista, em data estabelecida e acordada entre a pesquisadora e coordenadores colaboradores; com o desígnio de averiguar por meio de perguntas discursivas e objetivas (múltipla-escolha), quais estratégias empregam no meio acadêmico para minimizar resquícios das dicotomias existentes entre masculino e feminino nos cursos de graduação em agrárias e profissões da área, como também questionamentos que dizem respeito à temática de gênero e à divisão sexual do trabalho.

### **4.3 Perspectivas de análise de dados**

A partir da escolha desses critérios de coleta, a análise e interpretação dos dados foram realizadas e dispostas por tabelas e gráficos que permitam a visualização dos elementos quantitativos, enquanto as informações qualitativas foram apresentadas por meio da cópia fidedigna de trechos das falas obtidos por intermédio dos questionários e entrevistas, em que o sujeito tem a oportunidade de manifestar-se de forma dissertativa e mais abrangente; nesse caso, adotamos a análise de conteúdo que garante maior objetividade e clareza, além da sistematização das falas dos/as respondentes (BARDIN, 1995).

Deste modo, auxiliando na apreensão e entendimento do questionamento estabelecido sob o prisma do referencial teórico abordado, a fim de compreender de que modo à inter-relação entre a cultura patriarcal e os espaços de dominação interferem na escolha, representação e permanência das mulheres nos cursos de agrárias, outrossim, como algumas dimensões relacionadas à tônica de gênero e divisão sexual do trabalho influem na atuação e protagonismo das mulheres durante a etapa universitária, especificamente nessa área.

## 5 RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO À LUZ DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS

Foram estabelecidas interrogações particulares nos dois roteiros como também questões compartilhadas em ambos, conforme os objetivos previamente determinados neste trabalho. Isto posto, aspirando maior especificação e clareza na assimilação dos elementos, optamos por dividir a amostra em categorias, apresentadas adiante.

### 5.1 Categoria 1 – Grupo de Alunas

A população da pesquisa é constituída, parcialmente, por alunas matriculadas entre os anos de 2013 e 2017, nos cursos de Engenharia Agrícola; Engenharia de Alimentos e Zootecnia que estejam inseridas em grupos institucionais da UFLA. A amostra estudada foi composta por 23 voluntárias que responderam à entrevista online via *Google Forms*, no período de 28 de outubro a 30 de dezembro de 2019.

#### 5.1.1 Naturalidade das alunas, profissão dos pais, relação com o meio rural: trajetória e posição social como condicionantes da escolha individual

As estudantes foram interpeladas sobre a cidade e estado de origem, por meio dessa pergunta, buscou-se, intrinsecamente, comprovar a (im)possibilidade de associação entre a região de origem das alunas e o setor agropecuário/agrário. Com a finalidade de averiguar se essa (im)possibilidade relacional é capaz de influenciar a escolha por tais cursos de graduação, decorrente de uma afinidade com o contexto e/ou vislumbrando oportunidade de trabalho em atividades da área. Apresento a seguir a tabela 2, com o local de naturalidade das colaboradoras, atentando-se para a frequência que aparecem os estado de Minas Gerais e São Paulo.

Tabela 2 – Cidade e estado de origem das alunas e número de estudantes por cidade.

Cidade – Estado	Nº de estudantes
Aparecida do Taboado – MS	1
Belo Horizonte – MG	2
Cabo Verde – MG	1
Campinas – SP	1
Cristais – MG	1
Lavras – MG	8
Madre de Deus – MG	1
Mogi Mirim – SP	1
Paulínia – SP	1
Perdões – MG	1
Pompéu – MG	1
Porto Ferreira – SP	1

<b>Cidade – Estado</b>	<b>Nº de estudantes</b>
São Luiz – MA	1
Silvianópolis – MG	1
Varginha – MG	1
<b>Total</b>	<b>23</b>

Fonte: Da autora (2020).

Após apreciação da tabela acima, esta permite inferir que, 74% das alunas tem Minas Gerais como estado de origem, enquanto o estado de São Paulo abrange 17% das discentes. É sabido que no período da República Oligárquica (política do Café com Leite), cuja alternância de poder se mantinha entre esses estados, as oligarquias rurais dominavam o cenário político brasileiro, como mencionado por Motta (2018), nessa época prevalecia à soberania da elite agrária do Brasil.

Assim, somado a possibilidade da influência regional agrária e industrial, tem também o fato da maioria das alunas serem oriundas da cidade onde a universidade esta situada ou de estados próximos, como é o caso de São Paulo, o que viabiliza e favorece a permanência das estudantes.

Portanto, apoiado nessa assertiva, podemos reconhecer que a estrutura da qual as estudantes se agregam pode interferir em suas preferências profissionais, por serem perpassadas por condicionantes socioculturais (costumes, valores). Seja por estarem inseridas em um espaço, seja por representação de sujeitos próximos que, compartilham uma trajetória social relacionada às atividades do campo, a agricultura, entre outras. Prevalece uma estreita correlação entre a origem social delas e a camada do ensino superior na qual elegem para matricularem-se.

Validando essa ideia, podemos destacar as teorias bourdieianas sobre o *habitus*. Segundo Pierre Bourdieu (2012), o *habitus* se revela como uma inclinação para que o indivíduo aja baseado em orientações difundidas no senso comum. Dessa maneira, a experiência dóxica - conjunto de ideias; juízos de valor; crenças, elaborados pela sociedade que - por ser compartilhada pela maioria, naturaliza o assimilado, fixando-o nas estruturas cognitivas do sujeito. Assim, a tendência da ação individual se relaciona estruturalmente, à posição que ocupa em um campo social. A posição do indivíduo em um sistema pode ser reproduzida pelo “percurso social” oriundo de gerações. O posto do sujeito seria estabelecido fundamentado no “trajeto começado por seus antepassados”.

Dando continuidade às questões formuladas com o intento de levantar prováveis influências socioculturais e familiares nas escolhas acadêmicas das participantes, considera-

se oportuno retomar novamente, elementos da literatura de *habitus* do sociólogo Bourdieu, por meio da óptica da autora Maria da Graça Setton.

[...] o processo de construção dos *habitus* individuais passa a ser mediado pela coexistência de distintas instâncias produtoras de valores culturais e referências identitárias. Proponho considerar a família, a escola e a mídia no mundo contemporâneo como instâncias socializadoras que coexistem numa intensa relação de interdependência (SETTON, 2002, p. 60).

O *habitus* é concebido como instrumento de mediação entre os condicionantes sociais externos e as subjetividades individuais. Um sistema criado e produzido no passado, conduzindo para ação no presente, ainda em contínua reestruturação. Um sistema de orientação (in)consciente, que funciona como base cultural capaz de predispor os sujeitos a fazerem suas opções (SETTON, 2002). Nessa conjuntura, estabelecemos o questionamento quanto à profissão dos pais das respondentes; com o propósito de identificar a relação de ruptura ou continuidade das filhas em relação ao trabalho dos seus genitores.

Aqui, um número insignificante de apenas duas, responderam que os pais ocupam-se de profissão vinculada à agricultura ou atividades do campo/rural.

“*Produtores rurais*” (ALUNA 1).

“*Agricultores*” (ALUNA 8).

Favorecendo o fortalecimento dos conceitos da divisão sexual do trabalho, quando reveladas as profissões, fica explícita a natural associação da mulher a tarefas que remetem ao espaço privado, ou estão diretamente executadas no ambiente doméstico; enquanto ocorre o contrário com o homem, sendo este vinculado à esfera pública, na qual, exerce papéis que demandam particularidades relacionadas à masculinidade como: virilidade, força, entre outros predicados.

Sete respondentes compartilham da mesma função desempenhada pela figura materna, qual seja a de dona de casa/do lar.

“*Pedreiro e dona de casa*” (ALUNA 5).

“*Corretor de imóveis e dona de casa*” (ALUNA 22).

“*Professor universitário e doméstica*” (ALUNA 14).

Outras cinco relataram que as mães seguiram a carreira vinculada ao magistério, atuando como professoras.

“*Professora e Operador de Máquinas*” (ALUNA 2).

“*Professores universitários*” (ALUNA 3).

“*Professora e pedreiro*” (ALUNA 20).

Conforme Louro (1997b), o magistério emergiu como um ofício que não subvertia as atribuições interpretadas naturalmente como feminina, espontaneamente remetidas às mulheres.

[...] o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la (LOURO, 1997b, p. 450, grifo da autora).

Admite-se, recorrentemente, o trabalho da mulher como complementar ao do homem, o patriarca deve se comprometer com o sustento da família, por isso sua renda deve ser maior (SAFFIOTI, 2004). Neste aspecto, as mulheres permanecem em carreiras assistenciais, de assessoria e auxílio, posicionando-se com frequência como coadjuvantes no processo produtivo. Aparecem, em meio às profissões dos pais, algumas, capazes de exemplificar o que fora supramencionado.

*“Mãe: costureira; Pai: militar reformado” (ALUNA 11).*

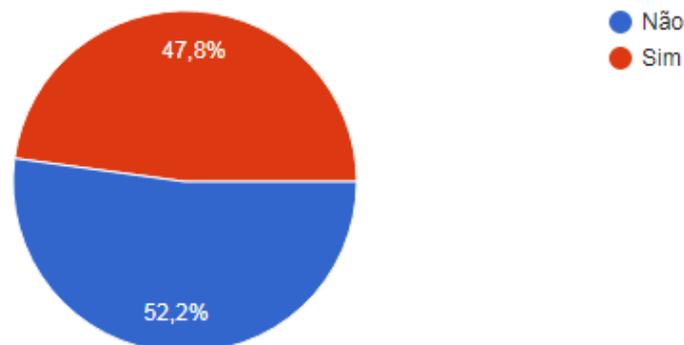
*“Desempregado e Enfermeira” (ALUNA 12).*

*“Secretária e autônomo” (ALUNA 17).*

*“Mãe: enfermeira” (ALUNA 23).*

Julgando insuficientes as informações e buscando um caráter complementar, indagou-se sobre a existência de vínculo dos pais com o meio rural - mesmo que de maneira informal, ou seja, não estabelecido como fonte de renda primária ou principal; bem como a natureza do vínculo, caso este seja mantido. Posteriormente, segue o gráfico contendo as respostas condizentes à existência ou não de relação com o espaço agrícola/agrário.

Gráfico 1 – Relação de respondentes cujos pais mantêm algum vínculo com o setor rural.  
23 respostas



Fonte: Da autora (2020).

É perceptível que boa parte, totalizando 11 respondentes, mantém algum vínculo com o meio rural, o que propicia deduzir que mesmo aqueles que não realizam trabalho agrícola formal, preservam alguma relação com a ruralidade. Quando interrogadas a respeito do tipo do vínculo, obteve-se retorno que remete à agricultura diversificada; produção para subsistência; pecuária e outras tarefas.

*“Produtor rural”* (ALUNA 1).

*“Setor leiteiro”* (ALUNA 2).

*“Possuem fazenda”* (ALUNA 3).

*“Temos sítio onde plantamos verduras e frutas para subsistência”* (ALUNA 4).

*“Produzem café e tiram leite”* (ALUNA 5).

*“Meu pai também é apicultor, mas um pequeno produtor caseiro”* (ALUNA 6).

*“Produção de café”* (ALUNA 7).

*“Possuímos uma roça com criações”* (ALUNA 8).

*“Possui plantações de café”* (ALUNA 9).

Mesmo não sofrendo uma influência direta na formação acadêmica pela profissão dos pais, um número expressivo de respondentes tem ou teve contato com o espaço rural. Essa casualidade pode elucidar a sua escolha pelo curso universitário e/ou a afinidade por atividades relacionadas ao âmbito agrário, visto que as pessoas são tendenciosas a optar por carreiras inerentes a suas condições sociais (incluindo gênero), econômicas e culturais.

### **5.1.2 Estímulo ao ingresso no ensino superior, motivação e mudança na escolha do curso, percurso acadêmico – interrupção, desempenho, participação em grupos**

Quando interrogadas acerca do estímulo para o ingresso no ensino superior, as respostas que foram manifestadas com maior frequência se referiram respectivamente, à possibilidade de estabilidade e independência financeira; ascensão pessoal e profissional, e agregação de novos conhecimentos.

*“Futura estabilidade financeira e independência”* (ALUNA 1).

*“Um emprego com salário bom”* (ALUNA 2).

*“Emprego com bom salário e na área que gosto”* (ALUNA 7).

*“Seguir uma carreira em que eu possa construir sucesso”* (ALUNA 8).

*“Me formar e dar uma vida melhor para meus pais fazendo o que eu gosto”* (ALUNA 10).

*“Crescer profissionalmente”* (ALUNA 11).

*“melhores condições de vida, maior sabedoria”* (ALUNA 12).

*“Ter um futuro melhor”* (ALUNA 13).

*“Ser bem sucedida”* (ALUNA 15).

*“Possibilidade de estabilidade financeira”* (ALUNA 16).

*“Obter conhecimento e garantir um futuro que eu possa aproveitar a vida e trabalhar”* (ALUNA 18).

*“Conseguir uma vida melhor”* (ALUNA 19).

*“Ingressar em empresas referências na minha área”* (ALUNA 22).

*“Estabilidade financeira, busca por conhecimento”* (ALUNA 23).

É interessante observar que a maioria das mulheres colaboradoras da pesquisa tem em suas concepções - em função de estarem cursando a universidade e atingindo um grau mais elevado de estudos - expectativas otimistas em relação à melhoria da sua condição de vida. Neste sentido, referindo tanto ao quesito capital econômico – mais intensificado, conseqüente das melhores condições trabalho e maior valorização/remuneração; quanto na possibilidade de (e também por meio desse precedente – capital econômico) investir em capital cultural – elevando a oportunidade de potencializá-lo; através de algumas falas, nota-se o anseio dessas “garantias” provenientes das implicações em cursar o ensino superior.

Suscito a definição pioneira de capital cultural, elaborada por Bourdieu (1998). O autor retrata que capital é tudo o que dispõe valor de troca, seja por bens simbólicos ou materiais. Ao passo que, capital cultural consiste como um “valor” conquistado pelos indivíduos, por meio da aquisição de bens culturais no decorrer de suas vidas, permitindo assegurar-lhes saberes e instruções necessárias à obtenção de novos conhecimentos.

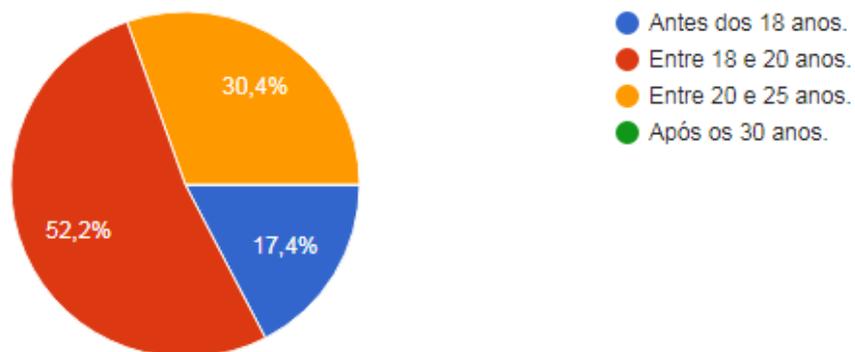
O capital cultural pode aparecer sob três estados: incorporado, supõe a interiorização nos marcos do processo de ensino e aprendizagem, é parte integrante da pessoa, não podendo ser compartilhado instantaneamente, por estar vinculado à subjetividade até mesmo biológica do sujeito; objetivado, contrário ao anterior, é materialmente transferível por meio de um aparato físico, pode ser apoderado, tanto materialmente (capital econômico), quanto simbolicamente (obra de arte, capital cultural); e, por fim, o institucionalizado, faz alusão à objetivação do ‘capital cultural incorporado’ sob a forma de títulos que estão garantidos e reconhecidos legalmente. Por meio do título escolar ou acadêmico, consente admitir institucionalmente o ‘capital cultural’ possuído por determinada pessoa (BOURDIEU, 1998).

A possibilidade de auxiliar os pais financeiramente ou acrescentando no ambiente de trabalho destes e a chance de inserção no mercado de trabalho e/ou em empresas referências aparece em segundo plano para as alunas.

É necessário captar e compreender as desigualdades nas oportunidades e nos rumos educacionais experienciados por distintos conjuntos de estudantes dentro do ensino superior (NOGUEIRA, 2012). Neste sentido, foi direcionada a questão que contempla a idade em que as alunas obtiveram acesso à universidade pública, a fim de observar se a faixa etária é capaz de demonstrar alguma dificuldade/obstáculo enfrentados por estudantes do sexo feminino que adentraram no ensino superior. A seguir, apresento o gráfico com as idades em que as alunas introduziram-se no ensino superior.

Gráfico 2 – Faixa etária de ingresso no ensino superior.

23 respostas



Fonte: Da autora (2020).

Após sua visualização, é razoável afirmar que 16 participantes ingressaram dentro de um período regular, considerado como ideal, visto que, usufruindo de condições normais de aprendizagem, presume-se que o ciclo básico de escolarização - compreendido do ensino primário até o ensino Médio - se conclua entre os 17/18 anos de idade. Neste sentido, partindo da análise minuciosa do gráfico que apresenta as idades de ingresso das alunas, observa-se que a maioria se inseriu - a nível de ensino superior - na faixa etária dita adequada.

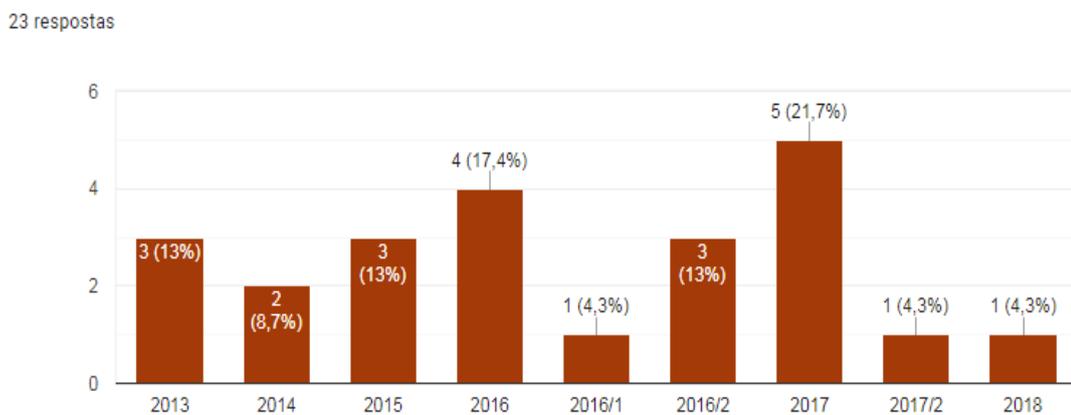
Característica que vai na contramão das expectativas relativas ao “universo das mulheres” determinado pela divisão sexual do trabalho, que assegura que, boa parte delas integra os espaços públicos tardiamente, devido à dedicação - quase restrita - aos afazeres rotineiros que competem ao ambiente doméstico. Mesmo diante de um cenário em constantes

alterações, as mulheres continuam sendo as principais encarregadas pelos ofícios domésticos, que englobam o cuidado e a educação dos seus dependentes (crianças), submetendo-se à dupla jornada de trabalho (SORJ et al., 2007). De acordo com os dados de 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), citados por Barreto (2014), o expediente médio das mulheres nas tarefas domésticas ultrapassa o dobro da jornada masculina.

Em consonância com as ideias trazidas acima, é habitual defrontar-nos com o acesso extemporâneo de mulheres no ambiente acadêmico, pois muitas delas ainda são responsáveis por prover os cuidados cotidianos com o lar, não gozando da chance de desbravar a fase universitária no momento mais oportuno, carecendo adiar tal fase da vida em detrimento daquelas tidas como obrigação própria da mulher.

As educandas foram indagadas a respeito do período em que efetuaram suas matrículas na universidade. Segue adiante, o gráfico indicando a data do ano de ingresso na UFLA, das alunas que se dispuseram em responder o questionário.

Gráfico 3 – Data de ingresso na UFLA, especificada por ano, e número de colaboradoras por data.



Fonte: Da autora (2020).

Podemos observar por meio da análise do gráfico, que 21,7%, das colaboradoras ingressaram no ano de 2017, enquanto 69,7% das alunas se matricularam anteriormente à data de 2017, resultando em um número irrisório de estudantes matriculadas em época recente e próxima ao estudo. Essa circunstância, tempo maior de percurso acadêmico, possibilita uma visão mais madura e experiente em relação ao itinerário acadêmico, bem como uma visualização mais sistemática e nítida no que tange à carreira profissional pós etapa universitária.

Foi colocada a questão sobre a motivação das alunas na escolha dos cursos de graduação. Os papéis culturalmente tradicionais e historicamente conferidos às mulheres

ainda interferem nas escolhas pelos cursos de graduação, nos quais elas estão inseridas. Haja vista, no caso específico deste trabalho, o caráter de transgressão ligado ao conformismo e naturalização de papéis é instigante. Apesar de não existir entraves jurídicos ou institucionais para a atuação de mulheres em espaços denominados masculinos, persiste o estabelecimento de mecanismos informais capazes de reafirmar que estes espaços são para os homens, dificultando e impedindo a participação das mulheres (BARROS, 2016).

Embora as ciências agrárias ainda sejam mantidas como espaço que preserva e valoriza características masculinas, as mulheres estão predominando os cursos dessa área na UFLA, o que demonstra o caráter de rompimento das estruturas impostas pelo patriarcado; trazendo à tona, novamente, a pertinência da apreensão do conceito de *habitus*.

*Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. [...] Dessa forma, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista que as conjunturas de um campo o estimulam (SETTON, 2002, p. 63).

O *habitus* abrange tanto as representações sobre si e sobre a realidade, como também o sistema de práticas em que a pessoa está inserida, valores e crenças que veicula, suas aspirações, identificações. O *habitus* atua na incorporação de disposições que conduzem o indivíduo a agir de forma coerente com o histórico de sua classe ou grupo social, ou de modo a transformá-lo, e essas disposições introduzidas se refletem nas práticas objetivadas dos sujeitos. Nas palavras de Bourdieu (2007, p. 191), o *habitus* constitui um “sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”.

Nessa conjuntura, quando as colaboradoras responderam a respeito de suas motivações na preferência/escolha pelo curso, uma resposta particularmente, chamou a atenção especificamente para essa discussão sobre o *habitus* e seus processos de interiorização dos arcabouços socioculturais.

“*Minhas origens*” (ALUNA 21).

Entretanto, a explanação mais repetida se deu em torno do amor e/ou gosto pelos animais e o meio rural;

*“Sempre amei a zona rural”* (ALUNA 6).

*“Amo animais e não me vejo trabalhando em outra área”* (ALUNA 7).

*“Gostar do meio rural, gostar de exatas e ser um curso amplo”* (ALUNA 11).

*“A paixão pelo meio Rural”* (ALUNA 15).

Em seguida, respostas frequentes apareceram acerca da afinidade e interesse pela área de atuação;

*“Área de interesse”* (ALUNA 3).

*“Interesse em trabalhar na área agrícola”* (ALUNA 13).

*“Afinidade pela área de engenharia e gosto pela área alimentícia”* (ALUNA 19).

Por fim, surgiram explicações no que tange à oportunidade de trabalho e ressalva sobre a área ser promissora; bem como, outros motivos mais específicos e particulares.

*“Os amplos setores de possibilidade de emprego”* (ALUNA 5).

*“Oportunidade de trabalho no setor agrícola”* (ALUNA 12).

*“Família e amigos dizerem que é um curso promissor, com muita oportunidade de trabalho pro futuro. Familiaridade com química e biologia”* (ALUNA 14).

*“sempre quis engenharia, só não sabia qual, descobri a de alimentos e me apaixonei”* (ALUNA 23).

Nogueira (2012) menciona que a definição dos estudos universitários, consiste exatamente no ponto de ligação entre as dissimilaridades experimentadas pelos estudantes até o ensino médio e as novas desigualdades a serem vivenciadas no ensino superior. É custoso captar sociologicamente o método de escolha dos estudos superiores.

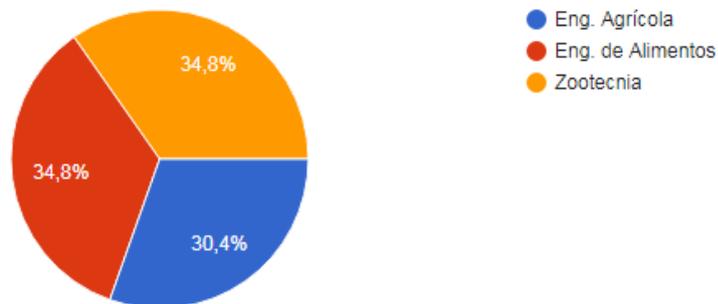
Caso se parta de uma abordagem macrosociológica, é possível descrever uma série de condicionantes do ato de escolha individual: 1) a posição social objetiva dos sujeitos que escolhem (volume e peso relativo dos seus capitais cultural, econômico e social); 2) a estrutura de oportunidades do sistema universitário (cursos e faculdades definidos em termos do grau de prestígio acadêmico, localização, custos financeiros envolvidos, horário das aulas, natureza e grau de dificuldade dos cursos e de seu processo seletivo); 3) as características do mercado de trabalho (natureza das profissões, grau de prestígio e retorno financeiro médio). Caso se parta, ao contrário, do próprio indivíduo que escolhe, é possível analiticamente caracterizá-lo como possuidor: 1) de determinados gostos ou preferências relativos às áreas do conhecimento e aos campos profissionais a elas associados; 2) de um conjunto de aspirações, expectativas e projetos de vida (de curto, médio e longo prazos) que o faz priorizar, conforme o caso, a estabilidade, o retorno financeiro, o prestígio ou o tipo de sociabilidade supostamente associados a cada curso ou profissão; 3) de um conjunto de representações sobre si mesmo, relativas não apenas à sua capacidade intelectual, mas às suas habilidades em geral; 4) de um conjunto mais ou menos amplo, preciso e confiável de informações sobre o sistema universitário, os diversos cursos e as futuras profissões (NOGUEIRA, 2012, p. 2-3).

Em resumo, é plausível afirmar que os trabalhos em torno da escolha dos cursos superiores concluem duas premissas basilares. A primeira refere-se ao fato de que o perfil dos estudantes altera vigorosamente conforme o curso frequentado; os sujeitos não se distribuem casualmente entre os diversos cursos em função de hipotéticas predileções ou interesses de natureza idiossincrática, ou seja, particular/característica. De maneira antagônica, essa divisão se liga estatisticamente a atributos sociais, ao perfil acadêmico, a raça, gênero e idade do estudante. A segunda, de que há um considerável sistema de autosseleção na opção pelo curso universitário.

Quando da apuração do acesso (inscrição) por curso, a distribuição das 23 participantes da pesquisa, nas três graduações manteve-se bastante equiparada. Na sequência, apresento o gráfico correspondente ao número de estudantes colaboradoras no estudo, matriculadas por curso.

Gráfico 4 – Proporção de estudantes respondentes, matriculadas por curso.

23 respostas



Fonte: Da autora (2020).

Especificamente no caso da UFLA, por se referir a uma universidade fortemente tradicional nos cursos da área das Ciências Agrárias (RODRIGUES, 2013), e este ainda ser um espaço de dominação masculina, é possível observar a segregação dos polos, feminino e masculino, dentro dos próprios cursos do campo de agrárias, resultando no binarismo.

Todavia, a partir de então tornou-se perceptível nos cursos de graduação a divisão sexual de áreas ditas femininas e masculinas. [...] Mas se já é notória a persistência de áreas segregadas nas Ciências, seja do ponto de vista da classe social, da cor, como do sexo, pouco ainda se tem investigado acerca dos mecanismos que as sustentam (MOTTA, p. 69, 2018).

A título de exemplo de tal separação, recomendo a observação da primeira tabela exibida no percurso metodológico do trabalho. Múltiplos aspectos afetam as escolhas

acadêmicas, “A definição dos estudos superiores mostra-se relacionada ao perfil social e escolar, à idade, ao gênero e, em certos casos, à etnia dos candidatos” (NOGUEIRA, p. 3, 2012).

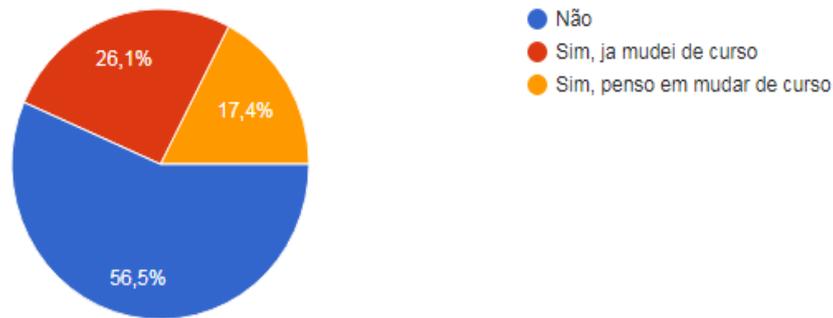
Dentre os três cursos selecionados no período restringido para esse estudo, é notável que Engenharia Agrícola manifesta um número ínfimo de mulheres inscritas, completamente discrepante, quando comparado com o curso de Engenharia de Alimentos. A vinculação da mulher ao espaço privado acontece de maneira tão naturalizada que sua inserção no ambiente acadêmico e futuro mercado de trabalho a conduz ao desempenho de funções assinaladas como típicas à sua condição de gênero. Assim, as mulheres tem maior predisposição em se concentrar em carreiras ligadas ao cuidado, higiene/segurança alimentar e nutricional, à saúde e à educação (BARRETO, 2014; HIRATA; KERGOAT, 2007), sustentando e perpetuando a Divisão Sexual do Trabalho, que permeia variadas estruturas sociais, inclusive o próprio sistema de ensino - dentro do ambiente acadêmico - que, sutilmente “exige” subjetividades conectadas diretamente ao quesito masculinidade e feminilidade do indivíduo.

Os resultados alertam que a questão da desigualdade de gênero não parece ser um problema da “sociedade”, entendida como um “outro” que está em torno, mas distante, de quem fala; a desigualdade de gênero está enraizada na própria academia, em suas esferas mais qualificadas (BARRETO, 2014, p. 4).

Essas asserções respaldam a concentração das mulheres no curso de Engenharia de Alimentos em detrimento ao de Engenharia Agrícola que, além de estar vinculado às atividades relativas à agricultura e mecanização rural, também envolve a área de exatas referente à grade curricular de engenharia, ou seja, abarca campos do conhecimento que popularmente são responsáveis por preservar atributos tidos como masculinos. Em síntese, abrange dois âmbitos comumente explorados por homens.

Seguindo a mesma diretriz de inquirição, qual seja - o percurso acadêmico, as alunas foram interrogadas sobre mudança de curso, se já alteraram ou pensam em trocar; para os casos afirmativos, qual foi/será a redefinição do curso. Essa proposição se fez apropriada, pois foi estabelecida com a intenção de verificar se há uma migração, de ou para, os cursos que são tradicionalmente reconhecidos pela demanda feminina, por associarem o papel e o desempenho a suas características, segundo a divisão sexual do trabalho que se fixa naturalmente em todos os espaços de interação social. A seguir, será estabelecida a representação gráfica contendo as respostas para esta indagação.

Gráfico 5 – Relação de graduandas que mudaram ou cogitam mudar de curso superior.  
23 respostas



Fonte: Da autora (2020).

Apesar da proporção bem equiparada, a maior parte das respostas foi negativa, resultando em 13 alunas que afirmaram não ter trocado ou não ter interesse em mudar de curso. Do total de 10 assertivas positivas, seis se referem a discentes que efetuaram troca de curso universitário. A mudança de curso pode ser uma alternativa considerável para as estudantes que não ingressaram nos cursos desejados por meio dos processos seletivos, pois matriculando-se em cursos similares e menos concorridos, com a grade curricular semelhante, podem requerer transferência interna ao longo do tempo. Outro estímulo bastante recorrente no incentivo à mudança de curso, relaciona-se à não identificação com os conteúdos ministrados ou com as perspectivas futuras de atuação no mercado de trabalho do ramo.

*“Química para a Zootecnia, não agradei do anterior”* (ALUNA 6).

*“Saí da Agronomia para a Agrícola. Gosto da parte de exatas (engenharia) e a agronomia não me propiciava isso”* (ALUNA 11).

*“Sai da Estatística em Ouro Preto e vim para Eng. Agrícola. Além de ser mais próximo de casa, é o curso que sempre quis”* (ALUNA 15).

*“Mudei de Química para Engenharia de Alimentos”* (ALUNA 19).

Outras quatro colaboradoras manifestaram vontade de seguir outra carreira profissional distinta da que estão inseridas no momento. Todavia, vale a ressalva de que, mesmo almejando a mudança de curso e carreira, as discentes vislumbram permanecer no mesmo segmento, o ramo das agrárias. O que permite deduzir que não levam em conta, pelo menos categoricamente, a opção de curso/área de atuação com as desigualdades impostas divisão sexual do trabalho e estereótipos de gênero, que por vezes estabelecem “masculinidades” requeridas para o desempenho de determinadas ocupações. Então, apesar

de haver um progresso gradativo, ainda nos deparamos com as assimetrias de gênero no universo acadêmico. Como expresso no estudo de Cabral e Bazzo (2005), as Ciências Agrárias também consistem em um campo de representação masculina.

Somente uma das estudantes apresentou motivações para migrar de área, alegando que preza pela interação com as pessoas em detrimento da atuação em indústrias. É interessante o fato de que, na formação atual, a colaboradora 14 demonstra dúvidas em relação ao exercício de sua profissão e expõe seu anseio em atuar como professora, como condição para seguir a carreira. “[...] ainda que o hiato de gênero tenha se revertido, quando analisamos os cursos da graduação, percebemos que há áreas femininas e masculinas” (BARROS, 2016, p. 16). Essa condição e escolha podem estar estritamente relacionadas à naturalização dos papéis sociais de sexo, que de tão espontânea, emerge muitas vezes de forma instintiva e inconsciente; fazendo com que as mulheres se sintam mais confortáveis e confiantes em exercer ofícios dos quais já tenham alguma familiaridade com as tarefas, mesmo que tal afinidade se estabeleça em sua rotina doméstica.

*“Agronomia, pelo foco em plantio e manejo”* (ALUNA 13).

*“Acabei de me formar. Mas não sei se vou atuar na área. Se atuar quero ser professora. Caso não, pretendo ir para área da saúde, pois gosto mais da interação com pessoas do que com a indústria”* (ALUNA 14).

São cognoscíveis os indícios de que a divisão sexual do trabalho “ecoa” no cenário acadêmico, pois, ainda que as universidades possuam percentual mais elevado de matrículas de mulheres do que de homens, existem resquícios de desigualdade em áreas específicas. Conseqüentemente, acaba refletindo no desejo das estudantes de atuar em determinadas áreas, por exemplo, na educação ou na saúde.

As pesquisas apontam que os sujeitos também se auto selecionam apoiados em condições de gênero e etnia. Baseado no primeiro desses aspectos, a literatura é unânime em indicar a propensão das mulheres em se abster dos cursos da área de Exatas. As exatas e engenharias, por exemplo, ainda são esferas mais resistentes no que tange à participação das mulheres, como apontado por Nogueira (2012) e Barreto (2014), o que pode justificar maior procura e dispersão para cursos mais afeitos e “adequados” ao exercício feminino.

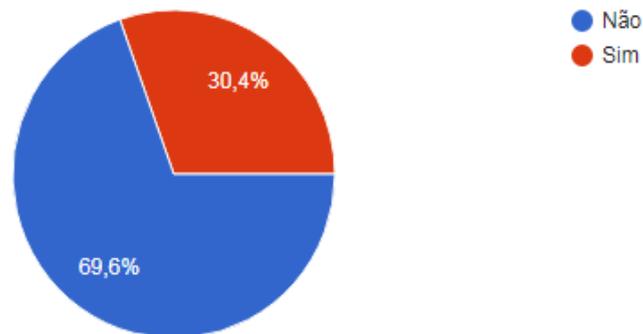
Nesse contexto de segregação das áreas, as diferentes atribuições e posições ocupadas no interior de um grupo acabam sendo respaldadas pelas hierarquias sociais preservadas através dos estereótipos. Os estereótipos que perpassam o processo de socialização e educação asseguram a sub-representatividade das mulheres (MOTTA, 2018). Podemos

salientar que a naturalização dos papéis sociais e estereótipos funciona como um dos dispositivos informais de reprodução e sustentação das assimetrias de gênero no espaço acadêmico.

Foi questionado a respeito da intermitência do período acadêmico, como também sobre as razões que as levaram a interromperem o ciclo universitário. A seguir, o gráfico será exibido com a relação das alunas que suspenderam ou não suas atividades acadêmicas.

Gráfico 6 – Proporção de alunas que interromperam os cursos de graduação.

23 respostas



Fonte: Da autora (2020).

A partir das 23 respostas obtidas pelo questionário, apenas 30,4% (sete) das alunas tiveram a fase universitária paralisada, por motivos pré-estabelecidos no roteiro, que serão imediatamente explicitados na tabela adiante. Destaca-se a importância de esclarecer a respeito da possibilidade das colaboradoras em assinalar mais de uma opção. Apresento a seguir a tabela de respostas quando indagadas sobre as circunstâncias que resultaram na descontinuação momentânea dos estudos superiores.

Tabela 3 – Número de alunas versus motivo da pausa no período acadêmico.

Causa da interrupção temporária do ciclo acadêmico	Nº de alunas
Questões de saúde: depressão; ansiedade; falta de motivação	3
Trabalho	1
Filhos	1
Outro	1
Trabalho e questões de saúde: depressão; ansiedade; falta de motivação	1
<b>Total</b>	<b>7</b>

Fonte: Da autora (2020).

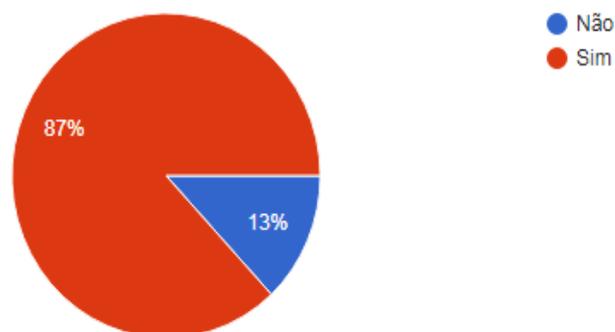
Fica evidente que o predomínio das causas do afastamento provisório das discentes fixa-se em torno de adversidades e transtornos concernentes à saúde, sobretudo, emocional e psíquica. Um número insignificante relacionou a trégua nos estudos com questões que podem ser justificadas pelo enfoque do gênero.

Nessa perspectiva, Góis (2008) destaca que a rotina daquelas discentes que possuem companheiros e/ou dependentes torna-se ainda mais consumida e desgastante, visto que, historicamente compete a elas a realização de tarefas no/do lar, fazendo com que elaborem estratégias de articulação do estudo com a carreira profissional, somados ao trabalho doméstico. A necessidade de conciliação das diversas obrigações cabíveis ao exercício “feminino” pode comprometer o desempenho acadêmico dessas estudantes.

Com a finalidade de observar o trajeto acadêmico das colaboradoras, bem como os artifícios dos quais se apoderam em benefício de obter uma boa “performance” universitária, questionamos sobre a atuação em projetos, bem como a modalidade dos mesmos. Em seguida disponho o gráfico para análise das respostas, onde um número vultoso apresentou participação em projetos durante o ensino superior.

Gráfico 7 – Percentual de alunas versus participação em projetos acadêmicos.

23 respostas



Fonte: Da autora (2020).

De forma bastante expressiva, o gráfico inclui 20 respondentes que afirmam participar dos projetos acadêmicos na universidade. Comumente, os projetos são vinculados a bolsas de estudos, que pode se tornar uma estratégia mobilizada pelas estudantes para favorecer a permanência na universidade. Visando a identificar se as graduandas possuem maior inserção em projetos de extensão, onde a atuação prática ou em campo é mais assídua; ou elas se incluem mais notadamente em projetos de pesquisa, nos quais se debruçam mais fortemente em atividades de laboratórios e desenvolvimento de estudos. Em seguida, será

esboçada a tabela fornecendo dados referentes à proporção de colaboradoras por modalidade de projetos, dos quais fazem parte da instituição de nível superior, lócus desta pesquisa.

Tabela 4 – Parcela em proporção e número de alunas inseridas, quanto à categoria do projeto.

Caráter / modalidade do projeto	Percentual %	Nº de alunas
Extensão	38,1%	8
Pesquisa	47,6%	10
Outro	14,3%	2
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>20</b>

Fonte: Da autora (2020).

A partir da visualização da tabela acima, legitima-se os estudos realizados por Motta (2018), que declara que as mulheres apresentam maior dispêndio do seu tempo, quando confrontadas com os homens, em atividades laboratoriais.

Busquei a percepção dos critérios orientadores, na escolha dos grupos institucionais dos quais são membros, que serão exibidos no gráfico que segue. Para isso, propusemos uma indagação com alternativas para seleção de uma alegação.

Gráfico 8 – Porcentagem de discentes versus critério na escolha de grupo institucional.

23 respostas



Fonte: Da autora (2020).

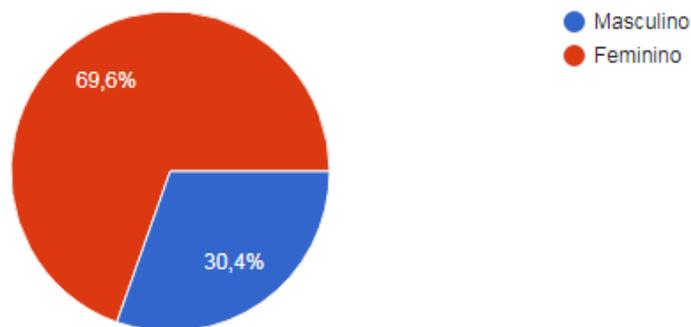
Do total da amostra, 14 alunas representando um percentual de 60,9%, consideram a afinidade pela temática o maior estímulo no momento da escolha do grupo institucional. Apenas uma estudante assinalou a opção “outro”, representada no gráfico acima pela cor azul, afirmando que sua incitação na opção pelo grupo se deu em função da experiência na área empresarial.

As atividades extracurriculares como estágios; núcleos de estudos-pesquisa-extensão; empresas juniores; programa de educação tutorial (PET), entre outros, são a oportunidade dos (as) alunos (as) decidirem sobre a possibilidade de integração nas mais diversas subáreas

que consolida as agrárias, logrando a chance de optar por aquelas que mantêm maior afinidade, ou que compartilham de alguma vivência/experiência fora da universidade. Além de todos esses fatores, essas tarefas extracurriculares proporcionam um leque de conhecimentos aliado à prática, e, sobretudo, operam como *networking* potencializando e facilitando a futura entrada no mercado de trabalho formal.

O gráfico a seguir foi exposto com a intenção de verificar/identificar a presença de alguma associação entre afinidade de gênero, perguntamos a respeito do sexo do coordenador (a) do grupo. O objetivo foi averiguar se o índice de professora é maior, menor ou igual ao índice de professor, no trajeto de orientação dessas alunas, e se há alguma relação entre variáveis.

Gráfico 9 – Sexo de coordenadores dos grupos institucionais das colaboradoras.  
23 respostas



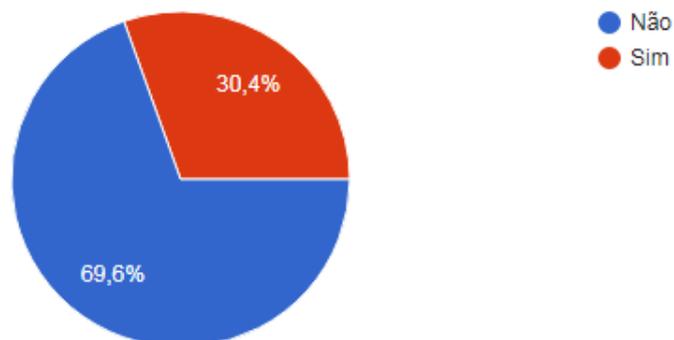
Fonte: Da autora (2020).

O sexo feminino se destaca no que tange à coordenação dos grupos institucionais, a taxa abrange 69,6% ou 16 professoras responsáveis por conduzir os grupos na universidade. Curiosamente, esse número pode representar a afinidade pelo trabalho conjunto com pessoas do mesmo sexo ou gênero; o que nem sempre se refere à competência em si, mas, a partilha de experiências semelhantes - como mulheres - e a amplitude da compreensão trazer maior empatia, facilitando o cumprimento das atividades e sinergia dentro dos grupos institucionais de trabalho. Nesse cenário - referindo-se aqui às ciências agrárias, espaço acadêmico predominantemente masculino - a atuação da mulher pode ser obscurecida ou impedida em uma via de mão dupla, tanto para as professoras que lidam nesse contexto quanto para as alunas. Podendo emergir, conseqüentemente, várias barreiras propícias à abdicação de suas capacidades e aptidões, como por exemplo, a discriminação e o assédio, assunto que será abordado mais à diante.

Frente a esses impasses e resistência, com base na literatura Barros (2016), as condições de trabalho implicam grandes desafios para a desenvoltura e permanência das mulheres nessas esferas, seja para acadêmicas ou profissionais. Lombardi (2006) argumenta que melhorar essas condições, converteriam tais ramos viáveis tanto para homens como para mulheres. Contudo, a recusa em modificar ou adequar o espaço de trabalho é um modo de relutância à entrada das mulheres nesses setores, mantendo a “soberania” masculina.

As colaboradoras foram inquiridas sobre a recusa na inserção em algum projeto ou grupo institucional, e a que elas atribuem o insucesso, vide gráfico 10 a seguir.

Gráfico 10 – Proporção de alunas que não conseguiram inserção em projetos ou grupos.  
23 respostas



Fonte: Da autora (2020).

Sete discentes (30,4%) alegam ter sido recusadas ou reprovadas em processos para inserção em projeto ou grupos institucionais. Na percepção das estudantes, nenhuma rejeição se deu por motivos de discriminação de gênero, se referem à falta de conhecimento ou experiência na linha de pesquisa/trabalho; mau desempenho nas dinâmicas e nervosismo, como pode ser constatado através das falas das próprias alunas.

*“Falta de conhecimento meu”* (ALUNA 7).

*“Tentei um grupo de estudos em café, não passei mas não sei exatamente porquê. Acredito que foi a minha falta de experiência na área”* (ALUNA 12).

*“Eu não me esforcei o suficiente e não era qualificada para área naquele atual momento”* (ALUNA 16).

*“Nervosismo”* (ALUNA 19).

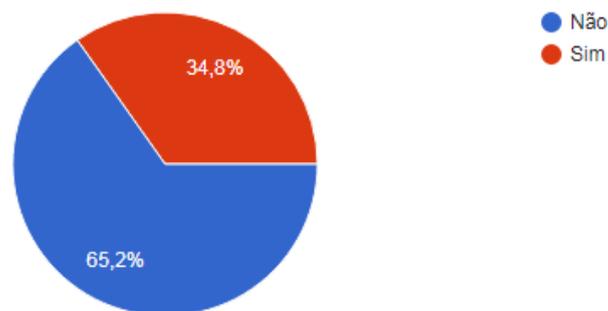
É comum que muitas dessas mulheres tenham tido contato com a área das agrárias somente quando se inseriram nos cursos os quais escolheram e, somado ao fato do mercado de trabalho nesse âmbito não ser muito receptivo à mão-de-obra feminina, estes podem ter se

constituído em empecilhos que resultaram no fracasso e insucesso das discentes ao concorrerem a vagas em grupos e/ou projetos.

Para um melhor entendimento sobre as dificuldades e condições de permanência das estudantes, nos cursos de agrárias da UFLA, é indispensável à análise dos dados em que as colaboradoras apresentaram os mecanismos com que operam, durante o processo de estudos na universidade, ou seja, as variáveis que contribuem ou não, para que elas obtenham os títulos acadêmicos. Foram interpeladas a respeito das dificuldades em atuar e permanecer no curso. As respostas serão dispostas no gráfico adiante e, posteriormente, foi explorado e descrito o teor dessas dificuldades.

Gráfico 11 – Proporção de estudantes com dificuldades em atuar e permanecer nos cursos.

23 respostas



Fonte: Da autora (2020).

Das oito alunas que declaram dificuldades para atuar e permanecer no curso, quatro relatam que os entraves para permanecer e atuar na graduação são relativos à ansiedade; identificação e vocação para o curso; questões burocráticas, entre outros. As demais informam que seus problemas estão relacionados a questões de gênero.

Para Bourdieu (2012), os atores do campo científico apoderam-se de diferentes capitais utilizados nos diversos subcampos, em estratos distintos dentro da academia. As discrepâncias relativas ao acúmulo dos diversos tipos de capitais se exprimem na divisão de funções na universidade, que por sua vez marginalizam as mulheres.

*“Financeira. Pois sempre trabalhei para me sustentar e atualmente vivo em Lavras com a ajuda da minha irmã” (ALUNA 12).*

*“Tenho que trabalhar ao mesmo tempo que estudo para ajudar em casa, e mesmo assim nunca sou boa o suficiente quanto os colegas do sexo masculino que nem estudam e apenas trabalham. Assim meu rendimento não é tão bom quanto queria” (ALUNA 15).*

“*Não vejo as mesmas oportunidades pras mulheres que os homens têm*” (ALUNA 20).

Para entender as desigualdades no acesso às oportunidades acadêmicas, é importante retomar a algumas reflexões. A configuração da divisão sexual do trabalho estabelece posições hierárquicas para os sexos, gerando dicotomias: homem-mulher; superior-inferior, dominador-dominado. A polaridade parece ser indispensável à construção de gêneros. Conforme Louro (1997a), o plano de desconstrução funciona contra a lógica das oposições binárias, promovendo a percepção de que o antagonismo é construído e não fixo. “A desconstrução sugere que se busquem os processos e as condições que estabeleceram os termos da polaridade. Supõe que se historicize a polaridade e a hierarquia nela implícita” (LOURO, 1997a, p. 32). Bem como, se considere “o contexto, a forma pela qual opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real ou autoevidente, ou como fazendo parte da natureza das coisas” (SCOTT, 1995, p. 84).

Existe uma segregação de papéis e espaços ocupados por homens e mulheres na esfera privada que repercute no tempo e na energia gastos por ambos no meio acadêmico. Sob esse prisma, a conformação das assimetrias de gênero no campo científico pode se ligar ao princípio da separação, expressão usada por Hirata e Kergoat (2007).

Esta concepção segrega os espaços, dito que o âmbito privado é destinado à mulher e o âmbito público ao homem. Portanto, a atribuição do tempo ocupado por ambos na vida profissional está ligada, conseqüentemente, ao tempo ocupado na vida pessoal. Por sua vez, o homem passa a limitar mais o tempo em cada espaço, diferentemente das mulheres que buscam equilibrar e conciliar este tempo para fazer as atividades domésticas, como o cuidado da casa e da família com as atividades profissionais (MOTTA, 2018, p. 83).

Nessa configuração – incluindo a formação acadêmica nas atividades profissionais – as mulheres são as maiores prejudicadas, visto que são as principais responsáveis pelo ambiente privado, essa conciliação de responsabilidades acadêmicas e trabalho doméstico coloca em xeque o rendimento das alunas e o conseqüente progresso no curso; uma vez que tem menos tempo para se dedicar aos estudos.

A conciliação para equilibrar os papéis da vida profissional e familiar sobrecarregam as mulheres e as levam, regularmente, a uma sub-representação nas carreiras, pois sua jornada acaba exigindo um maior tempo em tarefas extraprofissionais ou aquelas conhecidas por pertencerem ao mundo privado (MOTTA, 2018). Essa sub-representação nas carreiras é iniciada dentro do universo de formação profissional, no interior das universidades, sobretudo

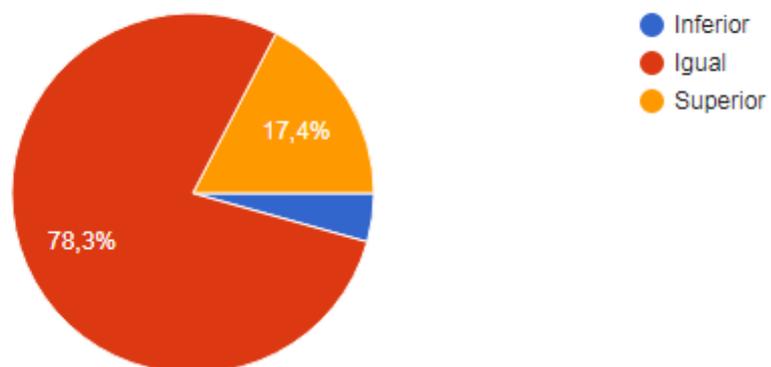
quando as mulheres estão presentes nas áreas ditas “masculinas”. Muitos privilégios e um maior prestígio são outorgados aos homens nessas carreiras, simplesmente por serem os soberanos nesses redutos, estruturando uma rede de oportunidades desiguais para as diferentes categorias de sexo.

No caso de muitas mulheres, ainda há a conciliação ou articulação de uma jornada tripla de trabalho, onde devem se desdobrar para cumprir seus ofícios em três espaços distintos. Harmonizando sua rotina entre, trabalho remunerado; estudos e formação profissional e trabalho doméstico, para que consigam realizar tudo o que é de sua “obrigação”.

A partir dos relatos sobre os impedimentos na permanência e atuação das discentes, e compreendendo que o desempenho tem muito haver com os diversos papéis exercidos pelas mulheres, buscamos examinar esse enfoque, como expresso no gráfico seguinte. Quando perguntadas sobre seus desempenhos acadêmicos, comparadas aos colegas de curso, matriculados no mesmo período e do sexo oposto; tem-se uma maioria que afirma ser igual, conforme apresentado na imagem a seguir.

Gráfico 12 – Relação da percepção de desempenho das alunas comparadas aos colegas – homens – do curso.

23 respostas



Fonte: Da autora (2020).

Das respondentes, 18 mulheres consideraram que têm um desempenho análogo ao dos colegas do sexo masculino que estão no mesmo período de curso e, geralmente atribuem esse fator às médias obtidas nos semestres, ao esforço pessoal e às aprovações.

*“Pelos notas nas provas”* (ALUNA 1).

*“Todos estamos com o mesmo desempenho”* (ALUNA 6; ALUNA 20)

*“Não vejo muita diferença no desempenho em geral, todos têm dificuldades nas mesmas matérias” (ALUNA 23).*

Uma alegação chama a atenção para a presença acanhada de homens no curso de Engenharia de Alimentos. A aluna julga “igual” (pela alternativa marcada) o desempenho, afirmando que a maioria dos discentes é bastante empenhada nas tarefas extracurriculares e, muitos daqueles de conhecimento dela que concluíram a graduação, estão bem empregados. De forma contraditória a opção assinalada, ela frisa antes do desfecho o enunciado: “apesar de terem notas menores”, e conclui apegada na crença de que o “perfil masculino” é demandado por qualquer indústria. Evidentemente, constatamos mais uma fala que inclui naturalmente os estereótipos de gênero, pontuando a superioridade masculina como um “perfil” ideal e por isso desejado em todas as indústrias – ressaltando que são espaços costumeiramente ditados pela divisão sexual do trabalho, mais ocupados por homens.

*Dos poucos homens que fazem engenharia de alimentos, quase todos são muito envolvidos com atividades extracurriculares e **quase todos que vi formarem estão empregados em empresas boas. Apesar de terem notas menores. Acredito que o “perfil masculino” é procurado em qualquer indústria** (ALUNA 14, grifo meu).*

As quatro estudantes que julgaram seus desempenhos acadêmicos como superiores afirmaram que as notas e o desempenho de seus colegas são inferiores às suas; que estão bem acima da média; alegam uma dedicação demasiada para que possam concluir, entre outros.

*“Pois eu estudo mais e tenho um CR acima da média mais desvio. Não digo que essa situação acontece para pessoas necessariamente do sexo oposto, mas estar acima da média significa ter um rendimento melhor que pelo menos 50% dos outros alunos” (ALUNA 12).*

*“Porque comparando de forma bem pragmática meu desempenho acadêmico (pesquisa e extensão), meu currículo é melhor” (ALUNA 11).*

*“Me parece que professores, principalmente os mais velhos dão bem mais facilidades para homens no nosso curso, muitas vezes jogam na cara das mulheres que não vão chegar a lugar nenhum” (ALUNA 15).*

A fala da aluna 15 remete à questão de algumas carreiras serem mais “adequadas” ao desempenho masculino, e por isso as mulheres ficam às margens, tendo que lidar com o preconceito e comentários depreciativos em função da sua atuação. É nessa conjuntura que, muitas vezes, as mulheres oferecem um dispêndio maior de esforço, com objetivo de expressar o seu protagonismo e seu afinco nos espaços de dominação masculina. Carvalho (2007) conclui que as estudantes enfatizam que deviam incessantemente provar o seu

conhecimento e domínio da área, em benefício de auto afirmação como habilitadas, qualificadas e capazes diante dos rapazes.

Somente uma estudante afirmou que seu desempenho é inferior, por causa do progresso no curso, certamente associado às notas e à habilidade científica/intelectual.

*“Quando se trata de progresso de curso, pois eles conseguiram avançar e estão formando. Mas em relação à parte profissional, eu acredito que somos iguais”* (ALUNA 16).

Após o exposto, que envolvem contratempos na dinâmica educacional/acadêmica para as estudantes; elas foram indagadas quanto aos recursos que empreendem, na condição de universitárias, que possam favorecer sua entrada no mercado de trabalho na área escolhida para atuar.

As respostas englobam fatores como inserção em programas de estágio, grupos de pesquisa e de extensão, busca por conhecimentos, participação em eventos, comunicação e *networking*, etc. Todos esses artifícios e esforços, além da capacitação pelas aulas e disciplinas, são empregues na busca de uma boa formação; aquisição de conhecimento e experiência no ramo e subáreas cuja afinidade e potencial estão em desenvolvimento, com o propósito maior de se tornarem profissionais de excelência e, por conseguinte, minimizar todos os obstáculos que podem surgir advindos das discriminações de gênero.

Com o intuito de consolidar todas as aceções e discussões sobre a trajetória acadêmica das estudantes, elas foram solicitadas a opinar sobre suas expectativas relacionadas ao mercado de trabalho para o profissional das agrárias. A maior parte delas tem perspectivas positivas em relação ao futuro da carreira que escolheram para atuar. Poucas manifestaram expectativa negativa, mas culpam o cenário político e econômico atual por essa desesperança. Algumas consideram ruins ou ainda que considerem boas as expectativas, reconhecem e preveem alguns impasses que podem provir da sua condição de sexo.

*Como engenharia de alimentos é um curso onde a sua maioria que o faz é do sexo feminino, acredito que no mercado de trabalho não teria motivos para me preocupar. Porém como sou mulher, formarei um pouco mais velha, pois ingressei na faculdade um pouco mais tarde, tenho medo de ser discriminizada e descartada por conta da idade* (ALUNA 2).

*“É mais complicado para mulheres, mas não impossível”* (ALUNA 6).

*“Existem muitos produtores velhos e com a mente fechada, mas acredito que se continuarmos nos unindo e mostrando nosso potencial vamos conseguir superar essa geração”* (ALUNA 7).

*“Difícil, pois é uma área onde muitas pessoas acham que só homem sabe lidar”* (ALUNA 9).

*“Existem possibilidades sim, mas em empresas que não tem preconceito de gênero, e infelizmente a maioria tem”* (ALUNA 15).

*“O mercado de trabalho é bem amplo, mas ainda sinto um pouco de discriminação com as mulheres”* (ALUNA 19).

*“Não é fácil, mas devemos nos esforçar e mostrar a capacidade que temos”* (ALUNA 21).

*“Apesar das mulheres estarem ganhando cada vez mais espaço, o agronegócio ainda é um meio muito machista”* (ALUNA 22).

Após essas explanações sobre as expectativas futuras dessas alunas, é propício colocar a fala de Saffioti (2009), para compreendermos melhor essas relações contidas no mercado de trabalho, onde as mulheres ganham espaço discretamente.

Via de regra, as mulheres falam baixo ou se calam em discussões de grupos sexualmente mistos. Nas reuniões festivas, o comum é se formarem dois grupos: o da Luluzinha e o do Bolinha. Como este último está empoderado e, portanto, dita as regras, o primeiro sujeita-se ao jogo socialmente estabelecido. A ideologia sexista corporifica-se nos agentes sociais tanto de um pólo quanto de outro da relação de dominação-subordinação. O sentido figurado da corporificação das ideologias em geral e da sexista em especial reside no vínculo arbitrariamente estabelecido entre fenômenos: voz grave significa poder, ainda que a pessoa fale baixo. O porquê disto encontra-se na posição social dos homens como categoria social face à das mulheres. A voz grave do assalariado não o empodera face a seu patrão, pois o código na estrutura de classes é outro (SAFFIOTI, 2009, p. 24 e 25).

Ainda que a sociedade e a universidade estejam, progressivamente, incluindo e instigando as discussões sobre as dinâmicas de gênero, as mudanças são diminutas quando se observa a divisão sexual e hierárquica do trabalho, pois pluralidade de estudos trata das barreiras imperceptíveis de ascensão profissional da mulher no ambiente de formação profissional e ambiente de trabalho. Com isso, Kalsing (2008) concede seu aval.

Trabalhar com a perspectiva de gênero implica problematizar e desconstruir formas tradicionais de pensamento e é importante para demonstrar o quanto as mais variadas instituições sociais e também os indivíduos, de modo particular, ajudam a perpetuar “modelos ideais” de homem e de mulher, atribuindo estatuto de verdade e naturalizando características e papéis social e historicamente delimitadas/os (KALSING, 2008, p. 11, grifos da autora).

Seguiremos com as análises e discussões de resultados a partir das informações obtidas pelo grupo de docentes/coordenadores dos grupos institucionais da UFLA.

## 5.2 Categoria 2 – Grupo de professoras e professores

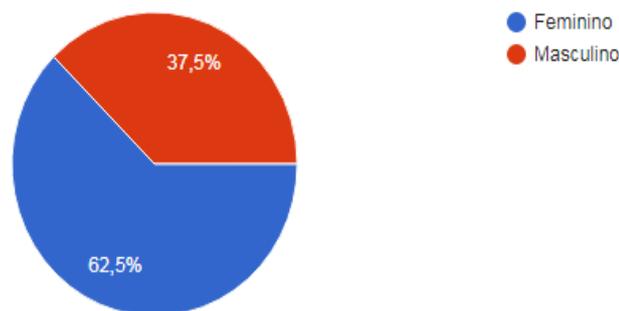
A população da pesquisa é constituída, parcialmente, por professores e professoras responsáveis por coordenar os grupos institucionais que integram os cursos de Engenharia Agrícola; Engenharia de Alimentos e Zootecnia da UFLA. Fizeram parte da amostra analisada oito coordenadores, sendo cinco do sexo feminino (62,5%) e três do sexo masculino (37,5%), que se manifestaram em participar pessoalmente da entrevista e/ou respondê-la online via Google Forms, no período de 28 de outubro a 30 de dezembro de 2019.

### 5.2.1 Sexo, formação e motivação para escolha profissional dos voluntários

Com a finalidade de levantar algumas informações pessoais e profissionais dos docentes, como também, observar a natureza da relação entre essas informações, dispus de questionamentos pertinentes às análises. Sucessivamente, é projetado o gráfico 13, incluindo informes sobre o percentual dos colaboradores por sexo.

Gráfico 13 – Percentual de professores respondentes distintos por sexo.

8 respostas



Fonte: Da autora (2020).

É notória que a adesão de professoras do sexo feminino ao participar das entrevistas ultrapassa mais da metade da proporção de homens interessados em colaborar. Esse acontecimento pode ser justificado pela ponderação de que as discussões sobre gênero ainda serem mais convenientes para as mulheres. Um número extenso de homens não leva em consideração que, deliberar sobre gênero inclui uma pluralidade de eventos, envolvendo diversos elementos. Como reportado por Kalsing (2008), mulheres e homens são estabelecidos em disposições recíprocas, e nenhuma percepção separada de um deles seria provável a partir de um estudo individual das categorias, ou seja, para além do estudo das diferenças sexuais, é instruir-se e tomar conhecimento sobre as relações entre os sexos.

Os voluntários foram indagados sobre suas formações. Dos oito colaboradores, apenas dois, sendo uma mulher e um homem, não têm formação – considerando o mesmo critério utilizado pela UFLA na divisão por áreas – no campo das agrárias, como pode ser observado na tabela a seguir.

Tabela 5 – Cursos e área de formação profissional.

<b>Formação</b>	<b>Nº de docentes</b>	<b>Área Profissional</b>
Agronomia	1	Agrárias
Engenharia Agrícola	1	Agrárias
Engenharia Química	1	Engenharia/Exata
Medicina Veterinária	1	Agrárias
Química	1	Licenciatura/Bacharelado
Zootecnia	3	Agrárias
<b>total</b>	<b>8</b>	<b>-</b>

Fonte: Da autora (2020).

Na mesma perspectiva de aprofundar o diálogo acerca da formação profissional, foi proposta a interrogação sobre as motivações pessoais que os/as orientaram na escolha da carreira de trabalho. É consensual que muitos fatores influem nas opções pelas carreiras profissionais, desde a vertente cultural e econômica, até predicados como habilidade e aptidão para o exercício da profissão.

*“Aptidão”* (PROFESSOR 1).

*“Eu sempre gostei de animais, mas nunca gostei de doenças, então eu sabia que não queria veterinária, mas queria trabalhar com animais”* (PROFESSORA 3).

*“Sempre tive objetivo de atuar como docente universitária, quando conclui a graduação, eu não queria trabalhar exatamente com química, busquei o mestrado na engenharia, e atualmente trabalho nessa área. Queria ter uma visão mais macro”* (PROFESSORA 5).

*“Gosto pela profissão”* (PROFESSOR 6).

*“Amar os animais e por meu pai possuir fazenda”* (PROFESSORA 2).

*“Olha, na minha época foi por falta de opção mesmo, eu queria engenharia civil e, como aqui em Lavras não tinha, eu optei por engenharia agrícola, eu sou natural de Lavras mesmo, e tenho afinidade com engenharia”* (PROFESSORA 4).

*“Parentes que já faziam o curso. Proximidade com minha casa. Falta de outras opções na época”* (PROFESSORA 7).

“Opção de curso de graduação em uma universidade pública localizada no local de residência” (PROFESSOR 8).

Foram citadas algumas razões que implicaram as escolhas profissionais dos docentes, dentre elas, destaque, a posição social em termos de classe, bem como a experiência social dos atores (SETTON, 2002). Alguns mencionaram sobre a escolha entre os cursos que estavam acessíveis e disponíveis em um perímetro próximo ao local de residência. Permitindo a dedução de que, não tinham condições monetárias para cursar uma graduação em que tivessem que despender esforços financeiros muito significativos, portanto o leque de opções se restringira às ofertas das universidades locais. Neste sentido e, dentro do possível, alguns fizeram suas escolhas baseados no aspecto de afinidade, aptidão para aquelas áreas de interesse.

De acordo com Setton (2002, p. 11), “os atores não escolhem a partir do conjunto de alternativas objetivamente oferecidas pelo sistema de ensino, mas a partir do campo das possibilidades efetivamente reconhecidas como tais no interior de um dado meio social.”.

Outro fator determinante no processo de escolha do indivíduo é a influência sociocultural que se configura no cerne do ambiente familiar e perpassa todas as estruturas de interação social, inclusive o ambiente educacional. Que por meio das experiências, percepções e outros fatores internalizados, tendem a predispor o sujeito a determinadas escolhas. Essa premissa de (re)produção, incorporada nos sujeitos, é o que Bourdieu denomina de *habitus*, compreendido como um sistema de disposições duráveis, estruturadas de acordo com o meio social dos sujeitos e que seriam “predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações” (1983, p. 61).

Para reforçar essas ideias e aproximando a noção de contexto acadêmico, é válido salientar o debate trazido por Setton (2002, p. 15).

Aplicado ao campo da educação, o conceito de *habitus* permite a Bourdieu, em primeiro lugar, evitar os inconvenientes do subjetivismo. Uma abordagem subjetivista do ato de escolha educacional consistiria, por um lado, em tomar as preferências, as aspirações e as representações de si mesmo e da situação envolvidas nesse ato como elementos definidos de maneira mais ou menos autônoma pelos atores individuais. Consistiria, além disso, em acentuar a capacidade desses mesmos atores de calcular com distanciamento e objetividade, as vantagens e desvantagens de cada uma das suas alternativas de ação. Por meio do conceito de *habitus*, Bourdieu acentua exatamente o contrário: as percepções, o gosto, as preferências seriam formados a partir das condições sociais de existência no interior das quais o sujeito foi socializado. Da mesma forma, a intensidade e a qualidade

do investimento escolar do sujeito dependeria da sua posição social de origem.

Em síntese, a inclinação para seguir uma formação que faça parte da estrutura social na qual o indivíduo está imerso, é mais comum em relação às escolhas completamente aleatórias. Acrescidos a isso, tem-se também o círculo social que envolve toda a vivência do sujeito, podendo influenciar por meio de estímulo e aprimoramento de habilidades, e por meio da inspiração.

### 5.2.2 Coordenação por modalidade de grupo e critério de escolha dos alunos/orientados

Os docentes colaboradores deste estudo são responsáveis pela coordenação de, um ou mais, grupos institucionais da UFLA; executando a gestão desses núcleos ativos na universidade. Sucessivamente será colocada uma tabela com a relação dos professorxs e as modalidades dos grupos dirigidos.

Tabela 6 – Número de docentes/coordenadores por modalidade de grupo institucional.

Modalidade do(s) grupo(s)	Nº de professores	Sexo
Pesquisa e Extensão	1	M
Pesquisa	4	2M/2F
Pesquisa e PET	1	F
Empresa Júnior	2	2F
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>8</b>

Fonte: Da autora (2020).

A representação de docentes do sexo feminino foi maior no âmbito desta pesquisa, todavia, por meio da tabela disposta anteriormente, percebi que a distribuição das categorias de sexo por modalidade de grupo, ficou equiparada.

Partindo para questões específicas sobre a atuação dos voluntários na condição de professorxs/coordenadorxs de grupos institucionais, perguntei quais critérios utilizam na seleção de alunos para orientação. Podendo assinalar mais de uma alternativa. As respostas podem ser observadas em seguida, através da tabela 7.

Tabela 7 – Critérios utilizados na escolha dos discentes/orientados.

Critério(s) de escolha	Nº de docentes
Afinidade	0
Desempenho no curso	0
Linha de pesquisa	2
Características estereotípicas adequadas ao desempenho das funções	0
Desempenho no curso e Linha de pesquisa	1
Desempenho no curso e Afinidade	2
Outros	3
<b>Total</b>	<b>8</b>

Fonte: Da autora (2020).

Após apreciação da tabela acima, todos os docentes determinam suas opções fundamentados em habilidades intelectuais/atitudinais dos discentes, quais sejam: compatibilidade na linha de pesquisa; desempenho no curso e afinidade; currículo; conhecimento do assunto; desenvoltura na entrevista e durante o processo de *trainee*.

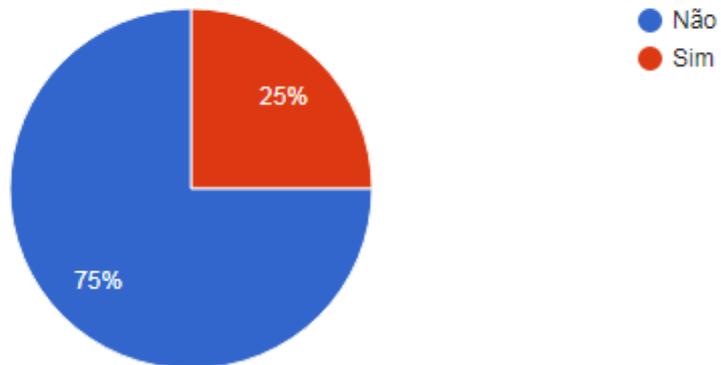
Fica evidente que nenhum docente-coordenador ampara suas escolhas quanto à orientação de alunos, exclusivamente em características estereotípicas favoráveis ao desempenho das funções. Esse fato não implica assegurar que, no momento da divisão e atribuição de tarefas dentro do núcleo, desconsiderem totalmente esse aspecto. Para isso, formulei outras questões sob esse prisma.

### 5.2.3 Relatividades e percepções acerca das relações de gênero na universidade

Os coordenadores foram questionados se atribuem ou identificam alguma associação entre o sexo (masculino/feminino) e as atividades acadêmicas desempenhadas pelos graduandos de agrárias. Após responderem objetivamente, solicitei que explicassem de que modo ocorre ou como observam. A seguir, o gráfico 14, expõe o percentual de respostas assinaladas.

Gráfico 14 – Porcentagem de professores que atribuem ou identificam relação entre o sexo (feminino/masculino) e as atividades acadêmicas executadas pelos graduandos das agrárias.

8 respostas



Fonte: Da autora (2020).

As respostas negativas foram justificadas pela não distinção das categorias de sexo no cumprimento e realização eficiente das atividades fixadas, cujos determinantes, avaliados nessa dinâmica, normalmente são vinculados ao desempenho e à qualidade.

*“o desempenho é semelhante”* (PROFESSOR 1).

*“Sexo não define qualidade e nem desempenho. Existem bons e ruins em ambos os sexos”* (PROFESSOR 6).

*“Quando fiz agronomia, **fazíamos tudo o que os meninos faziam** e penso que nada mudou nesse sentido. Tenho amigos e amigas trabalhando na extensão, na docência e na pesquisa”* (PROFESSORA 7, grifo meu).

Na última locução narrada, nota-se uma disposição - talvez inconsciente - da fala indicando que, tem-se como referência para comparação “os meninos”, ou seja, situando o homem em posição hierárquica e superior. Nessa conjuntura, cabe ressaltar a naturalidade em que sexo masculino e suas incumbências são tidos como “padrão” que reporta a um parâmetro “ideal” com vistas a estabelecer a igualdade. No caso exposto, a conclusão de que não há discriminação ou associação das tarefas acadêmicas executadas pelos/as graduandos/as de agrárias conforme a categoria de sexo, se dá porque tudo que os meninos faziam as meninas também faziam, utilizou de exemplos pessoais da sua experiência, e reitera o pensamento de que nada alterou nesse quesito.

Esses indícios constituem o que Saffioti (1987) chama de construção social da superioridade, que inclui categoricamente o homem e seus atributos.

Logo, a *construção social da supremacia masculina* exige a *construção social da subordinação feminina*. Mulher dócil é a contrapartida de homem *macho*. Mulher frágil é a contraparte de *macho forte*. Mulher emotiva é a outra metade de homem racional. Mulher inferior é a outra face da moeda do *macho superior* (SAFFIOTI, 1987, p. 29, grifo da autora).

As dinâmicas sociais observadas através da “vitrine” androcêntrica, distanciam e polarizam a mulher de outro lado, em uma esfera menosprezada, onde ela não chega perto de palpar a posição de destaque. Por isso Saffioti (1987) expõe a importância de estudar a mulher sem deixar de lado o homem. “Se cada um destes seres situa-se, socialmente, em diferentes polos da relação de dominação-exploração, não se pode abordar um, esquecendo o outro. É a relação que importa, na análise dos fenômenos sociais.” (SAFFIOTI, 1987, p. 29).

*Porém, algumas vezes temos atividades noturnas, de observação em campo, os alunos se organizam em duplas ou trios (entre eles) para montar as escalas, e não permitimos que nesses grupos (duplas ou trios) fiquem somente mulheres, foi acordado com as estudantes e os vigilantes da universidade, utilizamos esse critério para evitar quaisquer problemas relativos a diversos tipos de violência, visto que a universidade não tem total controle sobre entrada e saída de indivíduos (PROFESSOR 8).*

Aos homens, são concedidas às particularidades que abarcam a virilidade em sua mais ampla dimensão, “[...] no caso, tudo que diz respeito à virilidade, inscreve na definição universal do ser humano propriedades históricas do homem viril, construído em oposição às mulheres.” (BOURDIEU, 2012, p. 78). Consoante com o mesmo autor, partindo da compreensão de que, por meio dessa lógica, a respectiva proteção “cavalheiresca”, além de conduzir ao “confinamento” feminino ou funcionar para legitimá-lo, pode concorrer para preservar as mulheres afastadas do contato com todos os elementos da vida real, aqueles para os quais elas “não” foram feitas porque não foram preparados para elas.

Apenas dois, isto é, 25% dos voluntários, ambas do sexo feminino, manifestaram de maneira afirmativa quanto à indagação colocada.

*Alguns professores consideram sim, eu não considero porque na área que eu trabalho o sexo é irrelevante, mas alguns professores que trabalham com pesquisa e precisam de uma mão de obra mais robusta (ex: bater ração etc), eu já vivenciei isso, a preferência por homens, eles atribuem que seja mais fácil pra um homem fazer determinadas atividades. No meu círculo eu não faço essa distinção porque não tem diferença. Mas já vi muito, inclusive professores deixarem de escolher mulher com notas melhores porque julgam que homens são mais adequados ao desempenho de algumas funções (PROFESSORA 3).*

*“Eu acredito que tem, existe, mas eu não diferencio não. Até na linha de pesquisa que eu trabalho é historicamente o predomínio de homens” (PROFESSORA 5).*

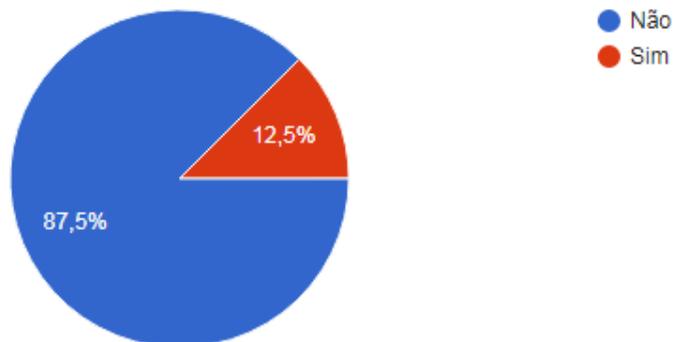
Novamente nos defrontamos com casos em que atributos físicos, vinculados ao estereótipo másculo, são mais valorizados em prejuízo da escolha pela desenvoltura feminina. Tudo isso, posteriormente, reflete no mercado de trabalho. Essa “garantia” de

participação nas atividades acadêmicas pode gerar certa segurança para os homens que confiam verdadeiramente na reserva de sua posição no mercado profissional, simplesmente pelo privilégio de serem homens. Barros (2016) conclui após analisar algumas pesquisas que, “[...] alguns estudantes do sexo masculino, apesar de apresentarem notas inferiores às das estudantes, consideravam-se assegurados no mercado de trabalho devido ao seu sexo” (BARROS, 2016, p. 17 e 18).

Sob uma perspectiva mais individual e com caráter peremptório, foi interpelado se, dependendo das atividades acadêmicas, o colaborador designa somente homens ou somente mulheres e por que. Segue a posteriori o gráfico 15 com as exposições fornecidas pelos colaboradores.

Gráfico 15 – Proporção de professores que, dependendo das atividades, designa apenas homens ou apenas mulheres.

8 respostas



Fonte: Da autora (2020).

Sete voluntários responderam que não discriminam por sexo a divisão das atividades. Como retratado ao longo das discussões dos resultados desta pesquisa, a maioria dos docentes mantiveram suas justificativas quanto aos seus parâmetros de escolhas discentes para trabalhar nas equipes que coordenam e são responsáveis. Justificativas estas, que levam em conta características atitudinais que compreendem a eficiência.

*“Não há distinção”* (PROFESSOR 1).

*“Vejo homens e mulheres no dia a dia da universidade desenvolvendo as mesmas atividades. Tenho parentes mulheres trabalhando em pesquisas de campo na agronomia”* (PROFESSORA 7).

*“Mulheres têm a mesma capacidade de trabalho que homens. Obviamente que atividades físicas (curral) podem ser diferentes (mas tem muita mulher melhor que muito*

*homem, mesmo no físico). Mas sempre haverá uma atividade plausível de ser realizada”* (PROFESSOR 6).

Especificamente, na fala do professor 6, percebe-se que isenta as mulheres, julgando-as pelo seu biotipo, de atividades que demandam atributos como preparo físico, robustez. O docente declarou (exemplificando e fazendo ressalvas) como propõe estabelecer - adequando e adaptando - diferentes tarefas que sejam coerentes com o porte físico de cada um.

Uma declaração é interessante, um professor diz não considerar o sexo quando da divisão das funções, porém percebe diferença na performance e cumprimento dos trabalhos desempenhados pelos distintos sexos.

*“Não vejo necessidade, porém percebo diferença entre os trabalhos desempenhados pelos diferentes sexos, por exemplo, no que diz respeito à sensibilidade (percebo que mulher tem maior capacidade de gerenciar conflitos, ou sensibilidade para detectar erros)”* (PROFESSOR 8).

As mulheres são atreladas a profissões “próprias às suas condições”, pois os estereótipos femininos (estereótipos evidentes), instituídos sócio-historicamente, já foram internalizados e naturalizados na medida em que apreendeu-se o significado dessa construção de papéis sociais de sexo. Para Louro (1997b), o destino primordial da mulher era a maternidade. Na condição de reprodutora e mãe, a mulher é reconhecida por aprimorar qualidades natas ligadas ao cuidado e cautela, por isso, muitas vezes são vinculadas a relações mais ternas, sensibilidade mais aguçada; se contrapondo a virilidade e vigor masculino.

Corroborando com os conceitos que envolvem essas dicotomias, Sabat (1999a) promove grandes subsídios teóricos.

O lugar social das mulheres sempre foi determinado em oposição ao lugar social dos homens. Força, autoridade, virilidade, foram estabelecidas como símbolos culturais dominantes em oposição à fragilidade, à fraqueza, à sensibilidade, características consideradas femininas. A partir desses binarismos, criaram-se códigos sociais e legislações, estabeleceram-se regimes políticos, formaram-se sistemas de significados que, [...], contribuíram para legitimar relações desiguais entre os sexos (SABAT, 1999a, p. 85 e 86).

Somente um voluntário (12,5%), manifestou preferência quanto à categoria de sexo, como critério de distribuição das atividades acadêmicas.

*“Pois existem atividades que precisam de muita força e algumas mulheres não dão conta”* (PROFESSORA 2).

As possibilidades de estágio em alguns setores - notadamente em situações predominantemente práticas (CARVALHO, 2007; LOMBARDI, 2006), como é o caso no campo - são limitadas e resultam até mesmo na exclusão das estudantes, como fora exposto no depoimento pregresso. É sabido que a capacidade e resistência física, da maioria dos homens, é mais elevada quando comparada com as mulheres, todavia, não é sensato generalizar e tomar tal fato como regra.

Na fala da professora 2, percebe-se certo conformismo na afirmação que as “mulheres não dão conta” da execução de determinados trabalhos. A fim de romper com quaisquer naturalizações históricas e com o conformismo forçado pelos arranjos sociais; o espaço acadêmico deve ser uma esfera de aprendizados e oportunidades para todos, independente de estereótipos. A universidade pública, como instituição social de educação, deve promover a chance da participação e inserção igualitárias, ao invés de se tornar mais um aparato de reprodução e perpetuação da divisão dos papéis sociais de sexo.

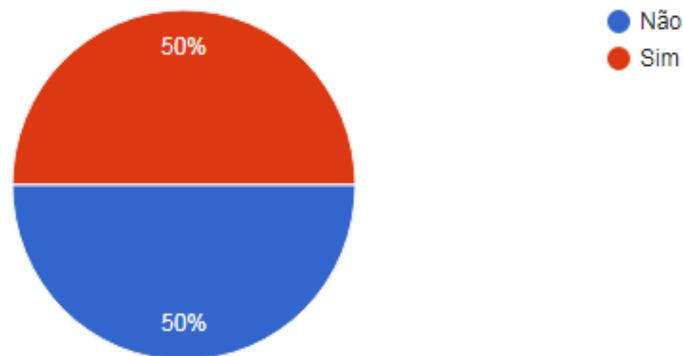
Contemplando algumas minúcias sobre a pauta de estereótipo, se faz pertinente os apontamentos trazidos por Bourdieu (2012, p. 80-81).

[...] essas propriedades corporais são apreendidas através de esquemas de percepção cujo uso nos atos de avaliação depende da posição ocupada no espaço social: as taxinomias em vigor tendem a contrapor, hierarquizando-as, as propriedades mais freqüentes entre os dominantes e as que são mais frequentes entre os dominados (magro/gordo, grande/pequeno, elegante/grosseiro, leve/pesado etc.). A representação social do próprio corpo é, assim, obtida através da aplicação de uma taxinomia social, cujo princípio é idêntico ao dos corpos aos quais se aplica.

Em uma sociedade múltipla, permeada por desigualdades diversas, as relações sociais se tornam cada vez mais (in)sustentáveis. Frente ao exposto sobre discriminação de gênero e todos os assuntos que estão retidos em sua essência, questionei sobre a percepção de desigualdade de gênero no ambiente acadêmico e o modo como se revela. O gráfico seguinte traz as respostas correspondentes.

Gráfico 16 – Porcentagem de coordenadores versus percepção de disparidade de gênero na universidade.

8 respostas



Fonte: Da autora (2020).

O percentual é correspondente, quatro alegam que percebem desigualdade de gênero no âmbito da universidade, e outros quatro dizem o contrário.

É válido salientar algumas respostas negativas, mas que expuseram comentários pertinentes.

*“Não percebo, porém minha convivência com as pessoas do campus é limitada. Fico mais na minha sala, no laboratório e no meu departamento. Talvez aconteça, mas eu não tenho acesso aos fatos”* (PROFESSORA 7).

*“Eu não enxergo, sou pouco observadora, acho que existe preferência. Por exemplo, homens têm preferência por cargos administrativos”* (PROFESSORA 5).

Amiúde, a discriminação de gênero aparece sutilmente ou, é tão corriqueira, que pode passar despercebida aos olhos daqueles que enxergam a segregação sexual de forma tão naturalizada. A fala de uma das professoras retrata a preferência dos homens por cargos administrativos; os postos que normalmente são de chefia e controle, mesmo em escala menor como a departamental, é um recurso do qual se utilizam para reafirmar sua autoridade e dominação sobre todos. Bourdieu (2012) garante que os homens permanecem dominando o espaço público e a área de poder, as mulheres ocupam sempre posições menos favorecidas, embora estejam progressivamente representadas em funções públicas, são as de baixo prestígio e inferiores que lhe são destinadas. O autor ressalta a impossibilidade de uma mulher ter autoridade sobre homens, obtendo todas as oportunidades de - sendo todas as coisas em tudo idênticas - enxergar-se preterida pelos homens em prol de uma posição de autoridade ou ser relegada a ocupações subordinadas, de assistente.

Outras quatro colaboradoras afirmam perceber disparidade de gênero na universidade.

*Eu acho que não só no ambiente acadêmico, é cultural, mesmo sem querer os homens são machistas, às vezes o que o homem está falando é mais*

*ouvido do que o que a mulher quer dizer. É uma cultura da nossa sociedade. A gente percebe que tem, mas são tantas coisinhas que não consigo apontar uma atitude específica nesse caso (PROFESSORA 3).*

*“Às vezes por características da profissão ou do tipo de atividades desenvolvidas. É notório que existe uma diferença grande no ingresso de homens e mulheres em determinados cursos” (PROFESSOR 8).*

*“Em níveis de hierarquia” (PROFESSOR 1).*

O teórico Bourdieu (2012) acrescenta notas úteis para desenvolvermos essas discussões.

A definição de um cargo, sobretudo de autoridade, inclui todo tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas: se tantas posições dificilmente são ocupadas por mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens cuja virilidade mesma se construiu como oposta às mulheres tais como elas são hoje. Para chegar realmente a conseguir uma posição, uma mulher teria que possuir não só o que é explicitamente exigido pela descrição do cargo, como também todo um conjunto de atributos que os ocupantes masculinos atribuem usualmente ao cargo, uma estatura física, uma voz ou aptidões como a agressividade, a segurança, a "distância em relação ao papel", a autoridade dita natural, etc, para as quais os homens foram preparados e treinados tacitamente enquanto homens (BOURDIEU, 2012, p. 78).

A nossa sociedade ainda reflete o patriarcado, por mais que em muitos âmbitos ela vem sendo transgredida, há fortes indícios e marcas dessa cultura da supremacia masculina, e partindo dessa premissa de hegemonia, os homens garantem seus privilégios em quase todos os espaços sociais. Espaços marcados pela segregação, por espontânea atribuição de papéis e divisão sexual do trabalho, que definem o campo de atuação do sujeito, baseando-se em características tipificadas masculinas ou femininas, ou estabelecer-se-á de forma antagônica? Seriam as funções e carreiras responsáveis por moldar as características individuais; independente do sentido de definição? Um fato imutável é que a dinâmica desse sistema (androcêntrico) sempre valoriza e hierarquiza tudo aquilo que abarca as masculinidades, reconhecendo e legitimando a superioridade do homem.

Muitas vezes, nem toda qualificação e desempenho são capazes de sobressair diante da soberania masculina. Bourdieu pondera que mesmo as mulheres graduadas estão postas aos preceitos da sociedade patriarcal, cujas funções que convém a elas são meros prolongamentos das funções domésticas. Assim, é congruente findar essa problemática com um trecho do autor.

[...] as diplomadas encontraram sua principal oferta de trabalho nas profissões intermediárias de nível médio (quadros administrativos de nível médio, técnicos, membros do corpo médico e social etc), mas continuam vendo-se praticamente excluídas dos cargos de autoridade e de responsabilidade, sobretudo na economia, nas finanças e na política (BOURDIEU, 2012, p. 108).

Os coordenadores que se voluntariaram a participar da pesquisa, foram submetidos a uma questão para encerrar o roteiro de entrevista, foram interpelados sobre qual a percepção, como coordenador e docente, em relação ao percurso acadêmico das mulheres que ingressam e concluem a graduação nos cursos de agrárias da UFLA.

No decorrer das entrevistas, observei uma valorização maior - por parte desses docentes voluntários - da eficiência e dedicação do aluno independente do sexo, do que de características inerentes aos estereótipos. As exposições referentes à última indagação proposta, também ficaram amparadas no valor que conferem ao (des)empenho do estudante.

*“Para mim existe as duas versões, mulher e homem focado e desfocado, isso é uma característica pessoal que independe do sexo”* (PROFESSORA 5)

*“Na minha área (nutrição de bovinos leiteiros) o percurso é definido pela competência da pessoa, não pelo sexo. Casos de sucesso e insucesso ambos os sexos”* (PROFESSOR 6).

Alguns coordenadores consideram que, no geral, as mulheres destacam e se sobressaem em alguns quesitos.

*“Têm desempenho acima dos homens por serem mais focadas”* (PROFESSOR 1).

*De maneira geral as meninas são mais dedicadas, não só meus alunos do núcleo, mas os alunos da graduação em geral, eu tenho menos problemas com as meninas, no geral as notas delas são mais altas, acho que elas são mais responsáveis quanto às disciplinas, enfim* (PROFESSORA 3).

*Quando fiz agronomia, éramos muito poucas mulheres. Mas todas estamos muito bem profissionalmente. Hoje atuo no programa de Engenharia de Alimentos e aqui vejo que a grande maioria dos alunos é do sexo feminino. Elas se saem muito bem, conseguem bons estágios e estão competindo igualmente com os meninos no mercado de trabalho* (PROFESSORA 7, grifo meu).

*“Percebo que elas são capazes de desenvolver praticamente tudo, como mencionado, algumas atividades elas desenvolvem melhor do que os homens, por exemplo, gestão de recursos humanos”* (PROFESSOR 8, grifo meu).

*“As mulheres são mais responsáveis, até porque o curso de engenharia agrícola tem mais homem, então acho que elas querem cumprir seu papel”* (PROFESSORA 4, grifo meu).

O fato das mulheres sofrerem com a discriminação de gênero dentro do ambiente acadêmico e sucessivamente no mercado profissional, pode impulsioná-las para um grau de dedicação/ empenho superior, com vistas a se destacar, tornando esse destaque um diferencial quando colocadas frente aos colegas do sexo masculino, ao pleitear alguma vaga ou oportunidade de trabalho das quais os homens têm maior valor. A imagem que os estudantes e outras pessoas fazem de si e de suas competências é estigmatizada pelos estereótipos de gênero. Além disso, na definição da futura profissão, as pessoas são orientadas por uma representação internalizada da divisão sexual do trabalho, mostram-se constrangidas.

Nas falas acima, alguns trechos foram postos em negrito. A partir da análise destes, visualizei de maneira nítida a divisão sexual do trabalho, onde as mulheres estão associadas com maior representação em algumas áreas, notoriamente essas esferas são as ditas “extensões do ambiente doméstico”, como a Engenharia de Alimentos que direta ou indiretamente é responsável pelo desenvolvimento, preparação e cuidado do alimento. Em contrapartida, na Engenharia Agrícola predomina o oposto, por ser um reduto duplamente masculino. Refiro-me, nesse sentido ao fato de, além de contemplar a engenharia/exatas, ser também vinculado à parte de máquinas e mecanização agrícola, e como exposto por Bourdieu (2012) em seu livro “[...] confere ao homem o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas” (BOURDIEU, 2012, p. 113).

A tradicional divisão social de tarefas inscrita na objetividade das categorias de sexo, que estruturam vigorosamente o coletivo, são responsáveis por culminar nos indivíduos à interiorização (in)consciente dos papéis sociais de sexo e sua (re)produção naturalizada, sempre conduzindo a ideia opressiva de inferioridade e submissão das mulheres pelos homens.

Em suma, através da experiência de uma ordem social "sexualmente" ordenada e das chamadas à ordem explícitas que lhes são dirigidas por seus pais, seus professores e seus colegas, e dotadas de princípios de visão que elas próprias adquiriram em experiências de mundo semelhantes, as meninas incorporam, sob forma de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é e a prever, de certo modo, o próprio destino, recusando as posições ou as carreiras de que estão sistematicamente excluídas e encaminhando-se para as que lhes são sistematicamente destinadas. A constância dos *habitus* que daí

resulta é, assim, um dos fatores mais importantes da relativa constância da estrutura da divisão sexual de trabalho: pelo fato de serem estes princípios transmitidos, essencialmente, corpo a corpo, aquém da consciência e do discurso, eles escapam, em grande parte, às tomadas de controle consciente e, simultaneamente, às transformações ou às correções (BOURDIEU, 2012, p. 114).

### **5.3 Categoria 3 – grupo de alunas e grupo de professores/as**

Para facilitar a interpretação e compreensão das informações relativas às condições de acesso, atuação/desempenho e permanência nos cursos e grupos institucionais da área das agrárias da UFLA, a análise dos dados fornecidos pelos colaboradores foi dada a partir da disposição entre questões correspondentes ao domínio pessoal e questões alusivas ao contexto acadêmico e profissional, que serão colocadas na sequência.

#### **5.3.1 Estímulo pessoal despertado em prol da colaboração e participação na pesquisa**

A primeira indagação proposta pelo questionário foi arbitrária em ambos os roteiros, relacionada ao estímulo em participar da pesquisa. Foram obtidas 17 respostas pelo questionário com as alunas (categoria 1) somadas a todas as - oito - respostas do roteiro com os professores (categoria 2). Desse total, sete estavam relacionadas em torno da pertinência e importância do assunto ou interesse pelo tema de estudo.

*“O tema”* (ALUNA 1).

*“A relevância acerca do assunto”* (ALUNA 13).

*“Interesse pelo tema”* (ALUNA 14).

*“Muito interessante o assunto”* (ALUNA15).

*“Sua importância”* (PROFESSOR 1).

*“Sei da importância desse tipo de pesquisa e gosto de colaborar quando posso”* (PROFESSORA 7).

Outros cinco respondentes trouxeram afirmações que concernem ao teor da pesquisa e sua visibilidade, como pude observar por meio da transcrição de algumas falas.

*“O tema se tratar sobre a representatividade feminina, que ainda é negligenciado em pleno século 21”* (ALUNA 5).

*“Dar visibilidade à importância da mulher no agronegócio”* (ALUNA12).

*“Eu acho que é importante a gente, o curso de agrárias é naturalmente machista, tem a cultura do patriarcado, eu acho legal a participação da mulher nesse sentido, fiquei curiosa pelos resultados que a pesquisadora ia obter com esse trabalho”* (PROFESSORA 3).

É válido mencionar que somente uma aluna se posicionou de maneira destoante e divergente das demais, quando questionada sobre sua motivação em participar da pesquisa.

*“Demonstrar o erro que existe nessa ideia de cultura patriarcal e uma sistematização da dificuldade de representativa feminina. Essa ideia é puramente ilusória e errada” (ALUNA 17).*

No trecho exposto acima, é possível perceber uma objeção quando comparado com demais discursos. Esse fato pode estar associado à naturalização dos papéis sociais de sexo, onde até mesmo algumas mulheres rejeitam a existência do patriarcado, introduzindo e aceitando a ideia de serem coadjuvantes na esfera social e pública.

Outros 12 colaboradores demonstraram interesse em participar sem intencionalidade relativa exclusivamente à temática, e/ou puramente com a intenção de cooperar.

*“Comentários de uma professora” (ALUNA 6).*

*“Ajudar nos resultados da pesquisa” (ALUNA 7).*

*“Colaboração” (ALUNA 10).*

*“Contribuir para a pesquisa e por ser zootecnista” (PROFESSORA 2).*

*“Colaborar mesmo” (PROFESSORA 4).*

*“Nada em específico além de cumprir o papel dentro da universidade, houve a motivação do convite e o aceite em participar” (PROFESSOR 8).*

No momento que o professor oito justifica sua motivação quanto à participação na pesquisa, dizendo “Nada em específico além de cumprir o papel dentro da universidade [...]” (PROFESSOR 8), se faz importante um resgate sobre o significado e contribuições desse dever/competência dentro das universidades e o papel do ensino superior. Nessa conjectura, sugiro as contribuições de Barreto (2014, p. 9).

O Programa Nacional de Direitos Humanos (2004) declara que à educação superior compete a promoção de reflexões e debates sobre a situação dos direitos humanos no Brasil. Sustenta que a universidade, em sua atribuição constitucional nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, deve oferecer à sociedade profissionais e acadêmicos/as sensibilizados/as para uma atuação cidadã, comprometida com o fortalecimento dos direitos e das liberdades fundamentais. Entre os princípios que norteiam a contribuição da educação superior na área de direitos humanos, é possível destacar os que estabelecem a importância de sua atuação em uma sociedade particularmente caracterizada por desigualdades como gênero, raça e renda, que pautam a histórica exclusão social da sua população. No rastro da discussão sobre a importância do ensino de nível superior para o desenvolvimento científico e tecnológico, mas também para a ampliação da noção de cidadania, é oportuno salientar o papel das pesquisadoras e acadêmicas na disseminação do debate sobre gênero no Brasil

Percebi que uma parcela direciona seus argumentos e disposição em participar do estudo, relacionando-os à relevância do debate no tocante a questões de gênero, envolvendo, sobretudo a constatação e a valorização do papel social da mulher, como também o reconhecimento do seu espaço. O crescente interesse e curiosidade em favor da temática desperta, principalmente as mulheres, para a busca incessante em prol de conhecimento sobre toda a trajetória histórica de luta, que fez e ainda faz parte, das relações sociais em que estão contidas. Neste sentido, Kalsing (2008) traz oportunas considerações a respeito da importância do conceito de gênero para a apreensão dos fenômenos sociais que envolvem os sexos.

[...]o conceito de gênero pode ser um importante ferramental analítico em vista de sua complexidade para compreender não somente as relações entre os sexos nas sociedades contemporâneas, mas também as relações de poder, de um modo geral, presentes nas mais variadas esferas do mundo social (KALSING, 2008, p. 2).

Os colaboradores foram submetidos a perguntas comuns nos dois roteiros, referentes ao âmbito acadêmico e ao mercado profissional.

### **5.3.2 Percepções relativas ao âmbito acadêmico e/ou profissional e suas interfaces com o gênero**

Com o propósito de refletir sobre o que Nogueira (2012) retrata acerca da preferência pelos cursos de graduação como escolha racional ou disposição incorporada, é apropriado retomar sua ponderação a respeito.

Por mais que as decisões sobre a escolha dos estudos superiores possam parecer relativamente autônomas, baseadas em preferências e interesses de natureza idiossincrática, os dados agregados mostram, de forma clara e recorrente, as bases sociais desse processo decisório (NOGUEIRA, 2012, p. 4).

Reforçando essa linha de ideias, Góis (2008) destaca a presença de condutas e investimentos proporcionados pelo núcleo familiar na educação/escolarização dos dependentes que, mesmo de maneira inconsciente, influem no meio acadêmico dos filhos. De acordo com o autor, a família age como agente condutor “do conhecimento e dos hábitos que podem levar um indivíduo a desenvolver maior competência acadêmica e a seguir uma trajetória mais linear em direção à universidade” (GÓIS, 2008, p. 754).

Neste sentido, é coerente realçar – não somente – a inter-relação entre a origem familiar e social das estudantes e as opções elegidas por elas, mas também a conexão mantida

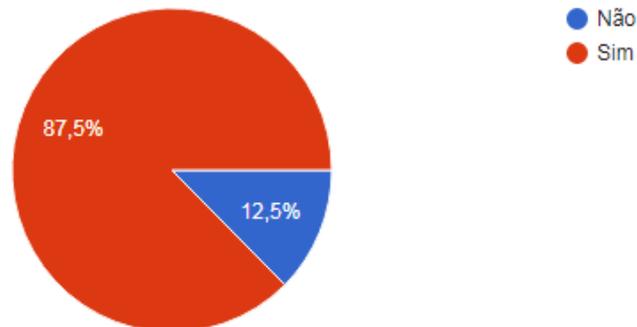
entre a situação socioeconômica, gênero e a origem étnica na definição da carreira profissional.

Em regra, os indivíduos já se candidatam aos diversos vestibulares em função do seu perfil socioeconômico (renda, nível de formação e tipo de ocupação dos pais; da situação de trabalho no momento da inscrição e da pretensão ou não de trabalhar durante o curso); do seu perfil acadêmico (tipo de escola anteriormente frequentada pública ou privada, profissionalizante ou geral; do fato de ter frequentado ou não cursinho preparatório; nível de desempenho acadêmico) e de variáveis ditas pessoais (estado civil, sexo e idade) (NOGUEIRA, 2012, p. 4).

Frente a essas noções, ambos os grupos (categoria 1 e 2) foram questionados sobre a influência da formação/profissão dos pais/familiares na escolha profissional dos filhos/jovens. O grupo de alunas (categoria 1) respondeu majoritariamente que acredita não haver influência; enquanto o grupo de professores(as), predominantemente, diverge da concepção das discentes. A diante, disponibilizo os gráficos 17 e 18, que apresentam as respostas relativas a essa indagação.

Gráfico 17 – Proporção de professores(as) que considera a formação/profissão dos familiares como variável que interfere na escolha da carreira dos jovens.

8 respostas



Fonte: Da autora (2020).

O percentual de 87,5% reúne sete professoras (es) que, ao contrário da maioria das alunas, admite a influência da formação/profissão dos familiares na escolha da carreira dos jovens. Na sequência, evidenciamos como se instaura essa influência.

*“Com a vivência, acaba influenciando”* (PROFESSORA 2).

*“Eu não tive influência, mas acredito que a criança cresce ouvindo as conversas, enfim, no ciclo social dos pais. Não são todos os casos, mas acho que influencia, pois a criança cresce com uma tendência”* (PROFESSORA 3).

Incluídos nesse aspecto, outros fatores responsáveis por impulsionar as decisões dos vestibulandos em relação as suas carreiras, existem elementos de caráter estrutural mais amplo - exemplificando: o nível de escolaridade e a formação dos pais; o capital cultural - que condicionam essas “escolhas”. Segundo Nogueira (2012, p. 11), “[...] os atores não escolhem a partir do conjunto de alternativas objetivamente oferecidas pelo sistema de ensino, mas a partir do campo das possibilidades efetivamente reconhecidas como tais no interior de um dado meio social”.

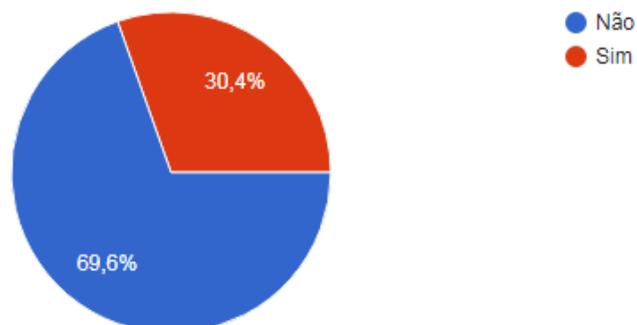
*“Já existem oportunidades em casa e a pessoa passa a conhecer algo da profissão antes de ter a formação profissional”* (PROFESSOR 6).

*“Se há pessoas próximas que fazem algum curso e sempre falam bem dele, são empolgadas com o que estudam, gostam da universidade, certamente exercerão influência sobre alguém”* (PROFESSORA 7).

Corroborando com esse pensamento, podemos citar Bourdieu (1998), precursor do desenvolvimento central dessa tese. Conforme o teórico, as ambições educacionais se determinam de acordo com as possibilidades objetivas colocadas aos indivíduos de cada classe social. Nessa lógica, os atores desejariam o provável, descartando o impossível. “Seguindo uma perspectiva teórica mais ou menos próxima a de Bourdieu, várias pesquisas apontam esse processo de delimitação do horizonte de escolha em função da posição (classe, raça, gênero) e da experiência social dos atores” (NOGUEIRA, 2012, p. 11).

Gráfico 18 – Proporção de alunas que considera a formação/profissão dos pais como variável que interfere nas decisões pessoais da sua carreira profissional.

23 respostas



Fonte: Da autora (2020).

Das 23 discentes que cooperaram com o estudo, 69,6%, ou seja, 16 delas, afirmaram que a profissão dos pais não influenciou/influencia na sua opção pelo curso superior. Grande

número dessas respostas fundamentou alegando que os pais não trabalham ou não exercem função semelhante à escolhida por elas.

*“A área deles não tem relação com a minha”* (ALUNA 4).

*“Meus pais trabalham em empregos totalmente urbanos”* (ALUNA 6).

*“Porque nenhum dos dois mexeu com roça durante a vida”* (ALUNA 11).

*“Porque não trabalham nesse meio”* (ALUNA 20).

*“Não me identifico com a área de atuação”* (ALUNA 22).

Em contrapartida, sete participantes, acreditam que as profissões dos pais intervêm nas suas decisões por determinadas graduações. Em sua maioria, justificam que, por conviverem em meio à dinâmica de trabalho dos pais, priorizaram seguir na mesma direção.

*“Por gostar do agronegócio”* (ALUNA 8).

*“Pela convivência no meio rural”* (ALUNA 13).

*“Indicação dos meus pais. Toda a família é de agrônomos (primos e tios). Familiaridade superficial com laticínios (fechou quando tinha 5 anos). Meu pai é professor da UFPA, da agronomia”* (ALUNA 14).

*“Desde pequena, estou inserida no mundo das agrárias, é uma paixão que cresceu comigo”* (ALUNA 16).

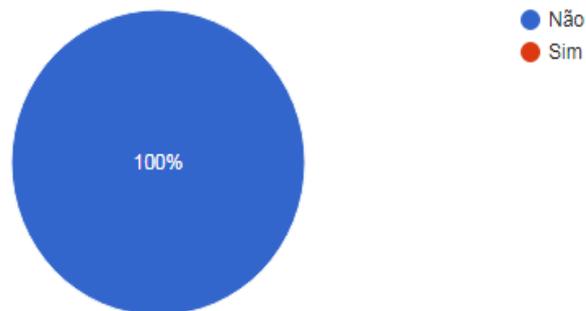
Especificamente, uma resposta foi peculiar, pois a aluna diz que ao se defrontar com a conjuntura difícil de trabalho vivenciada pela mãe, se sentira desperta e estimulada a seguir um rumo diferente, observando a recorrência da luta materna em prol de reconhecimento, a discente pondera, *“Pois vendo a dinâmica de trabalho da minha mãe na área da saúde, e a sua constante batalha por valorização da profissão, eu decidi que não queria trabalhar na área de saúde”* (ALUNA 12).

Historicamente, as áreas que são de predomínio feminino são a de Ciências Humanas, principalmente os cursos de Letras e Pedagogia, e as Ciências Biológicas, com ênfase em profissões relacionadas à saúde, como enfermagem, atividades tradicionalmente relacionadas ao cuidado e menos valorizadas financeiramente (CABRAL; BAZZO, 2005; BRUSCHINI, 2007 *apud* BARROS, 2016, p. 17).

Com um escopo mais específico na questão de gênero, a fim de analisar as interdependências ou conexões “camufladas” entre algumas variáveis, por exemplo: Preferência por orientação x Sexo, os grupos de colaboradores(as) foram interrogados, se julgam que os professores(as) em geral, agem com favoritismo em orientar/trabalhar com alunos(as) do mesmo sexo. A seguir, apresento os dados em dois gráficos (19 e 20) distintos, de acordo com o grupo de colaboradores(as).

Gráfico 19 – Proporção de coordenadores versus julgamento quanto à preferência geral dos docentes em orientar/trabalhar com alunos do mesmo sexo que ele.

8 respostas



Fonte: Da autora (2020).

Houve consenso na resposta, quando todos os coordenadores(as) acreditam que, em geral, os professores(as) não têm predileção em orientar/trabalhar com alunos(as) do mesmo sexo que eles. Alguns amparam seus argumentos na prioridade ofertada aos alunos(as) que mostram dedicação, competência e responsabilidade no exercício do trabalho estabelecido, ou seja, demonstram características inerentes ao comportamento pró ativo e ao comprometimento, crendo que, nesse caso, o sexo do aluno é indiferente.

*“O que importa é o interesse, comprometimento do aluno”* (PROFESSORA 2).

*“Sexo é indiferente. O que vale é a competência”* (PROFESSOR 6).

*Porque para o sucesso nas atividades de orientação dependemos muito de características como dedicação e desempenho acadêmico, e elas não têm relação com o sexo do aluno. Considero que as características necessárias para o sucesso na orientação não dependem de características relacionadas ao sexo* (PROFESSOR 8).

Outros(as) professores(as) tomaram como parâmetro a sua atuação e/ou relataram nunca ter reparado ou percebido a ocorrência de caso análogo.

*“Nunca parei para observar”* (PROFESSORA 4).

*“No meu caso não. E, sinceramente, nunca reparei isto”* (PROFESSORA 7).

A partir da apreciação das falas de alguns colaboradores, é oportuno suscitar as alusões realizadas por Hirata e Kergoat (2007) sobre o princípio da separação, que se refere ao fato de haver trabalho de/para homem e trabalho de/para mulher, tornando-se responsável por demarcar afazeres conforme o sexo e designando papéis específicos de acordo com determinadas particularidades (físicas/estereótipos).

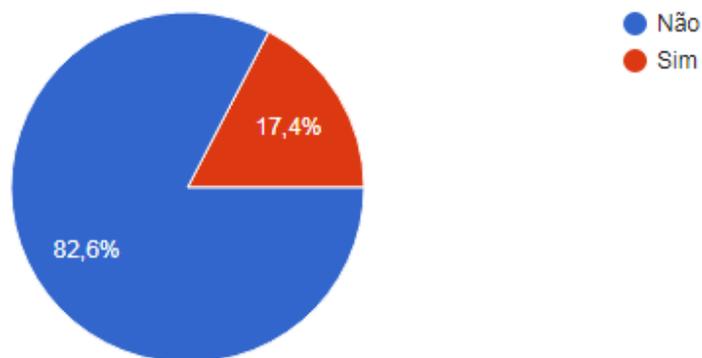
“Tem orientados de ambos os sexos, algumas funções são mais destinadas dependendo do sexo, mas a questão de preferência por trabalhar com pessoas do mesmo sexo, eu acho que não” (PROFESSORA 3).

“Não sei responder, eu vejo que assim como eu, meus colegas trabalham com homens e mulheres, existe a preferência por linhas de pesquisa por mulheres e por homens. É o que eu vejo desde a minha formação” (PROFESSORA 5).

Quanto às respostas das discentes, apesar da maioria ter sido negativa, estas não foram unânimes, se deram de maneira mais distribuída, como mostra o gráfico seguinte.

Gráfico 20 – Proporção de graduandas versus julgamento quanto à preferência geral dos docentes em orientar/trabalhar com alunos do mesmo sexo que ele.

23 respostas



Fonte: Da autora (2020).

Dos voluntários/as, 82,6% das estudantes, não percebem preferência no que tange à orientação/trabalho dos professores(as), e esclarecem que não presenciaram ou passaram por circunstâncias dessa natureza; que desconhecem professores com esse comportamento e não percebem a ocorrência de situações desse gênero.

“Nunca presenciei/soube de algo do tipo em meu departamento” (ALUNA 4).

“Não existe essa preferência nos professores que eu conheço” (ALUNA 5).

“Todos os professores que tive a oportunidade de ser orientada não pude perceber essa preferência” (ALUNA 10).

“Nunca senti ou presenciei isso” (ALUNA 11).

“Não vejo, nem nunca presenciei esse tipo de conduta no meio acadêmico” (ALUNA 12).

Algumas ainda, julgam que os(as) docentes consideram indiferente o sexo das/os alunas(os), na hora de selecioná-las(los) para desenvolver trabalhos conjuntamente.

*“Indiferente”* (ALUNA 3; ALUNA 19).

Surgiram outras respostas negativas em relação a essa conduta de predileção, porém, com teor argumentativo mais complexo. Uma resposta em particular, envolve aspectos no tocante à credibilidade que - com o passar do tempo - as alunas transmitem, evidenciando sua capacidade (aqui especificamente, analisando a fala da discente, acredito referir-se à capacidade técnica e intelectual) e fazendo com que os professores(as) reconheçam-na, desconsiderando como critério prioritário a questão do sexo. Os estudos produzidos por Carvalho (2007) retratam que as discentes mencionam que a todo momento devem mostrar e garantir seus conhecimentos e aptidões da área, com a intenção de se auto afirmar como capazes e qualificadas perante os rapazes.

*“Alguns podem ter preferência sim, mas depois que você mostra do que é capaz, eles abaixam a cabeça, e graças a deus é uma minoria, na maior parte das pessoas que já trabalhei não tive problema por ser menina”* (ALUNA 7).

Na fala anterior, notadamente no trecho em que diz “[...] **na maior parte das pessoas que já trabalhei não tive problema por ser menina**” (grifo meu), timidamente, a estudante declara nas entrelinhas, que já vivenciou ocasiões de desconforto oriundas de discriminação de gênero.

Outro discurso despontou envolvendo a divisão sexual do trabalho no cenário acadêmico, responsável por fixar - velada e intrinsecamente - a histórica naturalização dos papéis sociais, perpetuando o conformismo frente a essas condições e sua tradicional reprodução.

*“Não, pois engenharia de alimentos é um curso quase totalmente feminino”* (ALUNA 14).

Assegura Motta (p. 70, 2018) que “Desde a infância as meninas são estimuladas aos temas de alimentação e do cuidado e os meninos ao manuseio de ferramentas e máquinas. Os estereótipos que permeiam o processo de socialização e educação afirmam a sub-representatividade das mulheres”. Complementando essa noção, Hirata e Kergoat (2007) reiteram que, a socialização do núcleo familiar, escolar e profissional converte em um conjunto de socializações acessórias para a reprodução das relações sociais. Logo, a multiplicação das disparidades de gênero, idealizada e estruturada socialmente e historicamente, percorreriam os limites acadêmicos.

Ao passo que 17,4% garante que há favoritismo na opção por aqueles alunos do mesmo sexo que o professor(a). Serão expostas algumas falas para análise do conteúdo.

*“É o que mais vejo”* (ALUNA 15).

*“Porque já vi não aceitarem sexo oposto”* (ALUNA 20).

*“Eu nunca tive problemas com isso, mas sei de professores homens que tratam muito mal as orientadas”* (ALUNA 22).

Saffioti (1987) aborda em sua bibliografia a lógica explícita de que, em nossa sociedade, homens e mulheres não ocupam posições igualitárias. As identidades sociais são concebidas por meio da concessão de diferentes papéis a serem realizados pelas distintas classes de sexo, cabendo à sociedade determinar o espaço de atuação do homem e da mulher.

É recorrente nos depararmos com a discriminação de gênero no espaço profissional, mas, constantemente o caminho que direciona ao mercado de trabalho também é marcado e sofre com os reflexos dessas condutas que perduram historicamente em nossa sociedade. Essas atitudes dividem; separam e distanciam os indivíduos no coletivo, colocando os sexos em dois extremos discrepantes, mas mantendo sempre o homem em detrimento da mulher, mormente naqueles redutos cuja sua perspicácia e dominação são superiores e absolutos.

Persiste um estigma quando as estudantes demandam por estágios e projetos e, independente da sua eficiência e atuação acadêmica, muitos empregadores lançam mão de contratá-las e inclinam-se a eleger, preferencialmente, pessoas do sexo masculino (CARVALHO, 2007). Diante disso, Carvalho (2007) e Lombardi (2006), reforçam declarando que inúmeras mulheres se apossam de particularidades e posturas tidas como masculinas, seja no meio acadêmico ou no mercado profissional, por reputarem que essa é uma alternativa em favor de conquistar mais respeito, como também um mecanismo facilitador da sua inserção e ascensão no mercado.

Uma fala se estabeleceu com sentido positivo, frente às atitudes e critérios de preferência por sexo, relativa à escolha dos professores(as) quando elegem seus orientandos(as).

*“Se sentem mais confortáveis, mais empáticos”* (ALUNA 23).

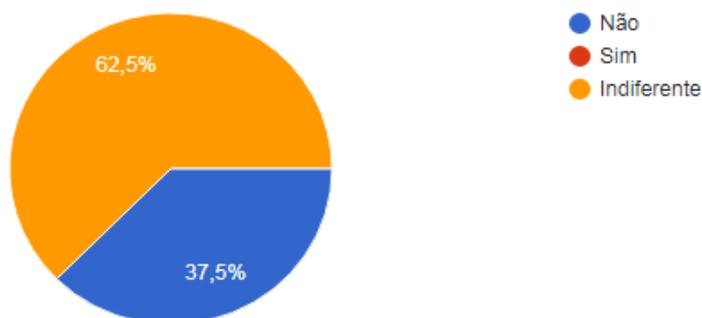
Nessa locução, claramente nota-se que a aluna menciona a prioridade da escolha dos docentes em compartilhar atividades com estudantes do mesmo sexo, ao quesito empatia; denotando um caráter de identificação, afinidade e sintonia na relação aluno – professor e aluna – professora.

Atrelado ao mesmo domínio e conteúdo, os colaboradores foram confrontados quanto a sua preferência pessoal, de forma incisiva. Questionei aos sujeitos se atribuem mais facilidade em trabalhar com pessoas do mesmo sexo, e como explicam suas considerações.

Concederam-se três alternativas para que os colaboradores assinalassem. Adiante, será exibido o gráfico 21, de respostas do grupo de professores.

Gráfico 21 – Proporção de docentes versus ponderação a respeito da facilidade em trabalhar com pessoas do mesmo sexo.

8 respostas



Fonte: Da autora (2020).

Nenhum respondente atribui maior facilidade na rotina de atividades profissionais em decorrência do sexo. Cinco colaboradores acreditam que é indiferente a relação entre o sexo e a facilidade em executar trabalho em equipe/conjunto.

*“Não faço diferença”* (PROFESSORA 2).

*“O que importa é a afinidade e a colaboração entre os dois, independente do sexo”* (PROFESSORA 7).

*“A resposta é praticamente a mesma, não interfere, não considero que o sexo da pessoa implique na variação de características que afetem a facilidade de trabalhar com meus colegas e/ou alunos”* (PROFESSOR 8).

Via de regra, as respostas condizem com os dados levantados na questão anterior, que buscou apreender a percepção dos participantes, quanto aos aspectos prioritários pelos docentes no momento da escolha de suas parcerias profissionais com os acadêmicos. No último trecho supracitado, observa-se essa concordância e coerência ao se desdobrar as respostas, pois, praticamente todos os professores(as) associam características relacionadas a eficiência, esforço e pró atividade - como dedicação; comprometimento - ao desempenho das funções, logo, julgam indiferente ou que o sexo não implica/determina a facilidade no processo de trabalho.

Examinando as falas, a de uma professora chama a atenção, ao dizer que não considerava mais fácil trabalhar com pessoas do mesmo sexo.

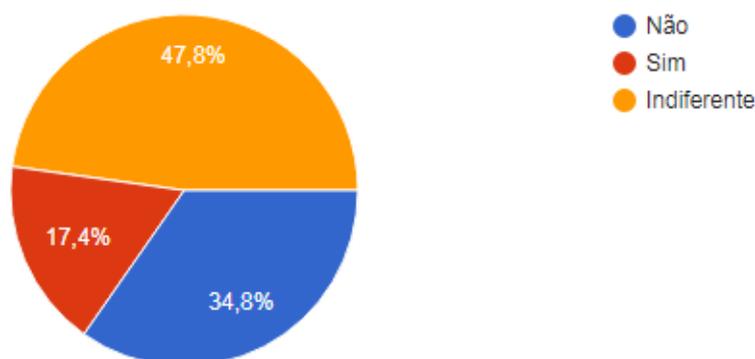
*“Falando abertamente, antes eu considerava que era mais fácil trabalhar com homens, mulher é mais ‘crica’” (PROFESSORA 4).*

Na justificativa utilizada pela professora, ela fez uso do termo “crica” com o propósito de denominar as mulheres, conferindo-lhes um sentido de mais “encrenqueiras”, quando comparadas aos homens. Nesse discurso, a professora se refere à capacidade de lidar, cotidianamente, com os diferentes sexos, e conclui por meio das suas experiências, que sua atuação é mais eficaz com indivíduos do sexo oposto.

O mesmo questionamento foi direcionado às graduandas. Sucessivamente, tem-se o gráfico 22 contendo as alternativas indicadas, bem como suas considerações sobre o conteúdo abordado na pergunta.

Gráfico 22 – Proporção de estudantes versus ponderação a respeito da facilidade em trabalhar com pessoas do mesmo sexo.

23 respostas



Fonte: Da autora (2020).

Foi preponderante o número de discentes que considera indiferente a questão da facilidade em trabalhar com a mesma categoria de sexo, somando 11 respondentes nessa alternativa. Um(a)s relataram que, em suas experiências com docentes do sexo contrário, não tiveram problema; outras não constatam diferenças ou não consideram um parâmetro relevante.

*“Não vejo diferença” (ALUNA 8).*

*“Tive três orientadores do sexo masculino, sempre foi tudo tranquilo” (ALUNA 10).*

*“Dentro da UFLA nunca senti essa diferença, sempre me dei bem com ambos os sexos” (ALUNA 11).*

*“Não considero relevante” (ALUNA 13).*

*“Isso independe do sexo. Existem inúmeros fatores que determinam se eu terei sucesso ou não trabalhando com alguém. E sexo é o mais insignificante deles”* (ALUNA 17).

Múltiplos elementos são capazes de definir ou não, o desempenho e o progresso profissional e, segundo a fala da aluna, o sexo é a dimensão mais irrelevante dentre tamanha variedade. Nessa conjuntura, Saffioti (1987) traz algumas contribuições quando diz que o desenvolvimento de habilidades requer oportunidades de acesso e participação em todos os espaços, públicos e privados, para o incentivo de potencialidades inerentes aos sujeitos; assim, a igualdade de oportunidades supõe o compartilhamento de responsabilidades entre homens e mulheres.

Dentre as diversas alegações, uma aluna usou o termo gênero ao invés de sexo, no momento de expor suas contribuições.

*“Tenho uma boa relação com pessoas independente do gênero”* (ALUNA 12).

Especialmente nessa acepção, é interessante remeter sobre o uso generalizado ou quase exclusivo do termo (SAFFIOTI, 2004; 2009). Enriquecendo ainda mais as discussões sobre o assunto, em concordância com a autora Joan Scott (1995), o emprego da categoria gênero rejeita visível e claramente razões biológicas. É imprescindível realçar as teorias em torno dessa conceituação, a fim de minimizar quaisquer confusões no uso do vocábulo em prejuízo de outros termos, “[...] gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 21). Robustecendo a temática, Kalsing (2008) resume o gênero na compreensão do termo como forma de se referir às “construções culturais”, à instituição integralmente social de ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres, ou sobre suas identidades subjetivas.

Mais uma premissa revalida e mostra claramente a divisão sexual do trabalho no ambiente educacional, configurando posições e articulando-as nos espaços ditos apropriados a cada categoria de sexo.

*“Tanto faz. Minhas experiências sempre foram iguais. E acredito que os professores estão acostumados, já que basicamente todos os alunos de alimentos são mulheres”* (ALUNA 14).

A formação profissional, na carreira de engenharia de alimentos, é interpretada socialmente como uma “escolha” aceita e tradicional para seu sexo. Há uma identificação tão

generalista e sobressalente da profissão com o feminino, que as mulheres naturalizam esta associação.

Sucessivamente, oito alunas assinalaram a opção negativa, inferindo a compreensão de que consideram mais difícil trabalhar com pessoas do mesmo sexo. Entretanto, algumas justificativas sugerem contradições, quando elas concebem esse fato como indiferente, por exemplo, o que supostamente insinua má interpretação.

*“Não vejo diferença”* (ALUNA 1).

*“Tanto faz para mim”* (ALUNA 3).

*“Sinto a mesma simpatia por ambos”* (ALUNA 15).

Algumas alunas têm o mesmo posicionamento dos professores a respeito, e concluem que independente do sexo da pessoa, o que determina o bom desempenho e a harmonia no ambiente de trabalho são particularidades inerentes aos sujeitos, que fazem parte do perfil da pessoa.

*“Não tenho problemas para trabalhar com ambos os sexos, não é o sexo, é o perfil da pessoa que dita essas questões de trabalho em equipe”* (ALUNA 4).

*“É tudo questão de saber conversar e respeito mútuo”* (ALUNA 19).

*“Porque cada um tem algo a oferecer, temos que saber absorver o que cada um tem a nos ensinar”* (ALUNA 21).

Há uma resposta em que a aluna reputa no profissionalismo dos docentes ao trabalhar com pessoas do sexo oposto e, portanto, não julga que tenha problemas/dificuldades nesse sentido. Porém, faz uma ressalva da eventual ocorrência de comentários de cunho machista durante as aulas, todavia estas são situações excepcionais.

*“Acredito que no meu curso a maioria dos professores são bem profissionais nesse quesito de trabalhar com alunos de sexo diferente deles. Um caso ou outro acontece de ter piada um pouco machista durante as aulas. Mas isso acontece raramente.”* (ALUNA 2).

As autoras Pinto e Amorim (2015, p. 10) contribuem a esse respeito, “piadas desse tipo mostram como nossa cultura é machista e não reconhece o sucesso intelectual das mulheres, sobretudo num campo de conhecimento masculino”. Todas essas reflexões mostram artifícios que passam despercebidos, mas que deixam seus vestígios. Devemos nos atentar a essas condições, apesar da ampliação de ingressantes e concluintes do sexo feminino nas agrárias, tais posturas machistas em vez de reproduzidas e naturalizadas devem ser contestadas, pois, como retratado por Pinto e Amorim (2005), “o mero aumento da

presença de mulheres em campos masculinos não é suficiente para mudar a prévia cultura gendrada e as práticas homossociais” (PINTO; AMORIM, 2015, p. 14).

Dando sequência às análises, quatro colaboradoras disseram achar mais fácil trabalhar com pessoas do mesmo sexo. Basicamente, as justificativas envolvem a questão da empatia, que, no caso de compartilhar as tarefas com sujeitos do mesmo sexo se torna mais intensa, pelo fato de, provavelmente, dividir as mesmas batalhas e experiências, propiciando um melhor entendimento das situações.

*“Porque os professores entendem pelo que passamos”* (ALUNA 6).

*“Porque ela provavelmente passou pelas mesmas dificuldades que eu quanto a isso”* (ALUNA 9).

Algumas argumentações se estabeleceram a respeito de comentários e atitudes ofensivas e desrespeitosas que, conseqüentemente, podem afetar a atuação profissional das alunas e inibir ou “castrar” o desempenho, através das condutas intimidadoras de orientadores do sexo oposto. Estes elementos são prejudiciais e nocivos à estima das estudantes e resultam em grandes desconfortos relativos inclusive a assédio.

*“Porque muitas das vezes existe pessoas que não sabem separar situações ou que não têm respeito”* (ALUNA 18).

*“Eu ficaria menos inibida se trabalhasse com uma professora do que com um professor, por medo dele ser grosso/estupido, por falar algo depreciativo e eu não poder retrucar”* (ALUNA 23).

Na fala acima, fica óbvio a manifestação de medo, na condição da aluna ser mulher e subordinada à liderança e supervisão de um homem, além de exprimir uma impressão incontestável de impotência que, certamente é consequência da posição histórica de subjugação da mulher e, nesse caso, submetida à autoridade de um homem empregador/docente-orientador.

Se tratando de opiniões pessoais acerca do mercado de trabalho ou área de atuação profissional, os dois grupos participantes foram submetidos a uma pergunta dissertativa sobre quais características consideram ideais para um profissional da área de agrárias. Majoritariamente, os colaboradores afirmam sobre a importância de atributos relacionados a eficiência e competências ocupacionais/profissionais. De maneira geral, nenhum respondente vinculou características estereotípicas.

*“Interessado, proativo, comprometido”* (PROFESSORA 2).

*“Conhecimento técnico, não tem como a gente não ter; a questão da ética, honestidade, quando a pessoa ela tem um olhar multidisciplinar (a pessoa tem que estar ligada em todos os aspectos) - visão holística” (PROFESSORA 3).*

*“Eu prezo muito a responsabilidade, a pessoa se portar como adulto e responsabilizar-se pelos atos, proatividade, organização, iniciativa. Responsabilidade engloba tudo isso. Capacidade de trabalhar em equipe, relacionamento” (PROFESSORA 4).*

*“Ser competente, ser responsável, ser compromissado com os resultados da empresa, não ter preguiça e ter bom relacionamento com pessoas (capacidade de trabalho em equipe)” (PROFESSOR 6).*

*Penso que na conjuntura atual, habilidades atitudinais (determinação, ética, caráter, persistência) são mais valorizadas em detrimento de habilidades técnicas. As empresas têm entendido que a maioria das contratações ocorrem por habilidades técnicas, mas a maioria das demissões ocorrem por habilidades não técnicas, algumas delas podem ser desenvolvidas (melhoradas) no ambiente acadêmico, não simplesmente despejar conteúdo no aluno, mas estimular que os egressos sejam "cura para as dores" que o mercado possui. No núcleo, estamos investindo em atividades de desenvolvimento pessoal do aluno, para que possa compreender melhor o valor daquilo que ele faz (PROFESSOR 8).*

*“objetividade, raciocínio lógico e crítico” (PROFESSOR 1).*

No discurso precedente, fica visível a interiorização de atributos tidos como masculinos considerados como ideais para o profissional do ramo das agrárias, que por sua vez, também é considerado um setor masculino. A fala reproduzida é de um professor do sexo masculino, que de maneira involuntária e, presumivelmente, sem pretensões de estabelecer qualquer tipo de associação, externaliza; mostrando-nos como o binarismo entre masculino e feminino está embutido na nossa cultura e, mais ainda, como as masculinidades se tornam referência numa sociedade androcêntrica. A título de exemplificação dessas propriedades “inatas” aos homens, tem-se uma apuração feita por Motta (2018), dizendo que, “[...] a matemática estaria no campo das ciências *hard*, destinado aos homens, por ser uma área que exige **dos atributos de raciocínio que somente os homens possuem.**” (MOTTA, 2018, p. 32, grifo meu).

O grupo de alunas que participaram da pesquisa, dispôs de respostas semelhantes a do grupo de docentes. Concentrando a noção do profissional ideal da sua área, em características inerentes a habilidades, eficiência, capacidade de lidar em equipe,

conhecimento técnico, como outros fatores que independem do sexo e de estereótipos de gênero.

*“Ser uma pessoa acima de tudo humana, que saiba trabalhar em equipe e consiga entregar os resultados. Independentemente se for homem, mulher ou o que seja”* (ALUNA 2).

*“Alguém que tenha proatividade, saiba resolver problemas e ter uma boa comunicação”* (ALUNA 5).

*“Ser competente e responsável”* (ALUNA 19).

*“Liderança, competitividade, ser extrovertido e comunicativo, ser menos perfeccionista e mais executor (para a indústria). Ser curioso, organizado, didático, possuir boa redação e hábitos de leitura (para pesquisa/ensino)”* (ALUNA 14).

*“Ser tecnicamente preparado. Ético. Respeitar as diferenças para lidar com pessoas de diferentes níveis de instrução. Compreender bem processos de gestão. Procurar sempre se informar sobre as inovações ligadas ao agro”* (ALUNA 12).

*Ser uma pessoa responsável, racional e que saiba diferenciar as coisas, que tenha maturidade nas escolhas e que não olhe estereótipos. Que tenha consciência do que está fazendo e que faça do jeito certo para que não afete o meio ambiente e ainda assim maximize a produtividade do produtor* (ALUNA 7).

Especialmente duas respostas chamam a atenção devido ao teor exposto nas falas.

*“Saber lidar com essa discriminação que muitos produtores podem vim a ter”* (ALUNA 9).

Quando a aluna se refere a “essa discriminação”, qual seja, a de gênero, manifesta certa aproximação e identificação com o contexto, aparentando ser um ocorrido contumaz e cotidiano em sua vivência.

*“Ser um profissional dinâmico e comunicativo não fazendo diferença de ninguém, e no caso de nós mulheres nunca deixar que façam inferiores!!”* (ALUNA 15).

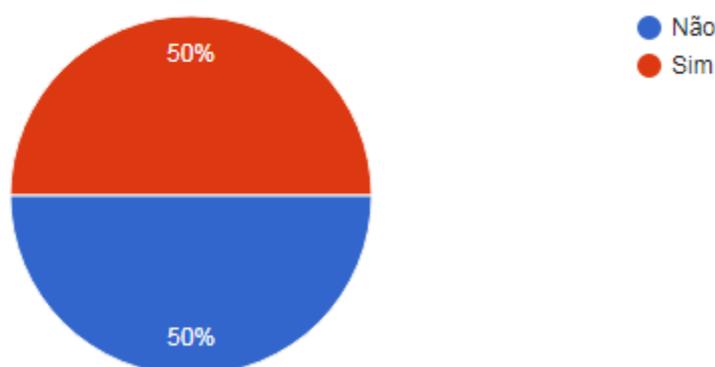
A discente 15 inicia sua fala dizendo que uma das características/perfil ideais para um profissional da sua área compete à impessoalidade, ou seja, não fazer distinção de ninguém, no sentido/condição de inferioridade ou superioridade. Haja vista, é perceptível que o discurso exprime ao fim de sua locução, uma entonação de recomendação e/ou conselho (observa-se, inclusive, pela pontuação que termina a frase como exclamação) para as demais mulheres que, provavelmente, se deparam frente a situações das quais estão posicionadas nesse *status* da hierarquia social e profissional.

Rememorando o diálogo sobre a ideologia da inferioridade feminina em relação ao homem, Saffioti (1987) diz que, é tão intensa que as próprias mulheres incutem tal concepção de subalternidade e sujeição, admitindo-se essa ideia mesmo quando detém produtividade superior e desenvolvimento maior, comparadas aos homens. Essa ideologia da convicção na inferioridade da mulher não tem qualquer apoio ou respaldo científico.

Continuando a discussão nessa perspectiva da “natural” hierarquização de papéis sociais de sexo e submissão da mulher à virilidade e masculinidade do homem, despontam inúmeras implicações ligadas a processos discriminatórios, cuja forma mais agravada pode repercutir em assédio ou mesmo em violência. Nesse panorama que fixei outra questão do roteiro para com os/as entrevistados/as. Estes últimos foram questionados se já presenciaram e/ou vivenciaram alguma experiência marcante envolvendo professor(a) e/ou aluno(a) da sua área, em relação a discriminação de gênero ou assédio no ambiente acadêmico; para os casos positivos, interrogou-se ou interrogamos como ocorreu e quais mecanismos utilizaram para solucionar ou amenizá-los. Adiante seguem os gráficos 23 e 24, com explanações para debate e análise das informações.

Gráfico 23 – Porcentagem de docentes que presenciou e/ou vivenciou alguma prática de discriminação de gênero e/ou assédio.

8 respostas



Fonte: Da autora (2020).

A proporção de respostas foi equivalente, quatro professores responderam que já presenciaram e/ou sofreram alguma experiência desse cunho, enquanto outras quatro disseram não ter vivido algo do tipo.

*“Eu já tive cantada de professor enquanto aluna, a minha primeira entrevista de trabalho para o cargo que eu fui, nunca tinham entrevistado mulher e também não contratavam mulher. Em estágio eu também já fui cantada” (PROFESSORA 4).*

Eventos e situações de assédio são frequentes no ambiente universitário e abarcam variados conteúdos que representam constrangimento e insegurança, sobretudo em graduações tradicionalmente representadas por homens, como é o caso das agrárias. No caso específico da UFLA, as mulheres ingressam em maioria nos cursos desse âmbito, porém seu protagonismo ainda é ofuscado e deteriorado pela discriminação de gênero que as impede de ter maior dinamismo maior no trabalho. Piadas machistas, comentários indevidos e preferência na escolha para executar determinadas funções, são só alguns dos fatos rotineiros que ocorrem nesses contextos.

Carvalho (2007) demonstra outro estigma em seu trabalho, o fato da sexualidade ser atrelada às conquistas na carreira. Esse acontecimento se daria no caso das mulheres, por serem mulheres e sua “feminilidade” ter sido “usufruída” como um recurso.

As mulheres que optam por áreas tradicionalmente masculinas encontram barreiras com os futuros colegas do sexo masculino que já possuem uma imagem inferiorizada da atuação da mulher na área, com os possíveis clientes e chefes, que mostram relutância em dar espaço para que elas adquiram experiência enquanto estagiárias ou voluntárias, e no próprio ambiente de trabalho que não é adequado e nem busca se adaptar para que mulheres o frequentem. Esse contexto impacta diretamente as escolhas e projetos futuros das estudantes de graduação e naturaliza um tipo ideal de profissional associado a características que são historicamente reconhecidas como masculinas (BARROS, 2016, p. 19).

*“Quando estudava, uma professora preferia claramente os meninos. As notas deles, mesmo que você respondesse igual, eram maiores” (PROFESSORA 7).*

A fala da professora 7 expõe uma conjuntura incomum, em uma proporção descendente - de forma vertical, de cima para baixo - todavia, o assédio se estabeleceu contrário ao habitual, o agressor ou a parte que cometia o ato era professora do sexo feminino, e as vítimas eram alunos do sexo masculino. Nos trabalhos desenvolvidos por Carvalho (2007) e Pinto e Amorim (2015), os autores identificam que, no espaço acadêmico, é visível uma coerção por parte dos colegas do sexo masculino, destacando os comentários machistas de professores e, acima de tudo, situações de assédio por parte destes.

Outro discurso se deu em torno de especificidades próprias da “natureza” e “essência” feminina. A título de exemplo, tem-se as implicações da maternidade na atuação feminina, tanto na esfera acadêmica, quanto no mercado profissional de trabalho. Nesses casos, muitos associam o declínio do empenho e o desempenho da mulher com as circunstâncias que envolvem o fato de ela ser mãe. Por vezes, esse evento se torna um obstáculo para o progresso e a inserção da mulher.

*Eu enxergo como assédio, por exemplo, selecionar pesquisadora (mulheres) para atuar na pós-graduação questionando sobre a possibilidade de ter filhos ou não, alguns relacionam o declínio do desempenho da mulher no ambiente acadêmico com o fato dela engravidar e posteriormente ter filho. O contrário também ocorre, muitas mulheres usam a desculpa de ter filho para não aceitar determinadas funções/atividades (PROFESSORA 5).*

Um dos fatores apontados para a reprodução dessa desigualdade estaria relacionado ao fato de que os homens conseguiriam um espaço para a sua vida profissional em face de sua vida privada, enquanto as mulheres, geralmente, não fariam tal distinção com frequência, principalmente, as casadas e com filhos, que têm que cumprir com os afazeres de casa e da família (MOTTA, 2018, p. 17 e 18).

Interessante que na fala acima, da professora, a docente também foi capaz de visualizar, por outra perspectiva, o mesmo contexto. Nesse domínio, a mulher pode passar de indivíduo discriminado a sujeito que manipula uma situação em favor de determinadas vantagens e/ou benefícios, aproveitando-se das peculiaridades femininas.

*Tomei nota de uma situação de assédio, por parte de determinado aluno que divulgou conteúdo inadequado relativos a outra pessoa, e o caso veio a tona no ambiente acadêmico. A bolsa do aluno, que cometeu atitude de assédio, foi suspensa, bem como o aluno foi expulso do núcleo.*

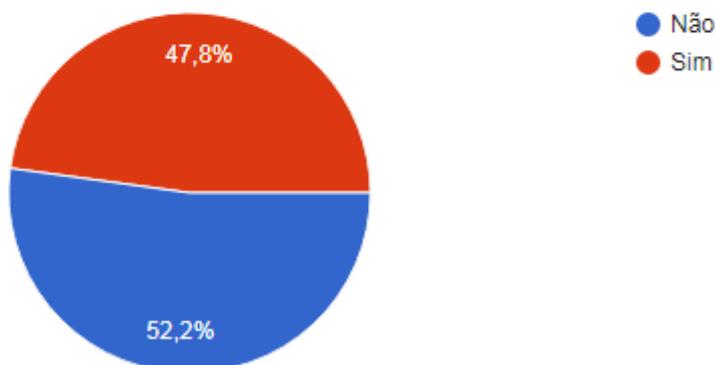
*Tomei nota também de uma acusação de assédio por parte de uma aluna em relação a outro aluno, não posso afirmar nada sobre essa situação, não tiveram testemunhas e o acusado afirma ter sido consensual (PROFESSOR 8).*

A resposta do professor 8, abrange situações de assédio sexual paritário - de forma horizontal - no meio acadêmico, trata-se de comportamentos de natureza sexual indesejáveis e não consentidos que fazem o alvo se sentir desconfortável, ou seja, toda forma de abordagem verbal ou física, com a intenção de obter vantagens sexuais.

A seguir, será apresentado o gráfico e as falas das discentes que responderam à mesma questão.

Gráfico 24 – Porcentagem de docentes que presenciou e/ou vivenciou alguma prática de discriminação de gênero e/ou assédio.

23 respostas



Fonte: Da autora (2020).

As discentes que enfrentaram ou presenciaram discriminação de gênero na universidade são minoria, representadas por 47,8%, o mesmo que 11 alunas. Os relatos se mantiveram, em grande parte, a respeito de piadas e insinuações machistas.

*“Confrontei o professor que falou frases machistas” (ALUNA 4).*

*“Tem sempre aquele escroto que faz piadinhas né?! Só ignoro msm e sigo minha vida, já ouvi histórias de alunas q foram assediadas com professores mas nunca aconteceu comigo” (ALUNA 7).*

*“Piadas machistas durante aulas/palestras. Nunca me pronuncio a respeito” (ALUNA 22).*

*Era a única menina em uma turma de 10 pessoas em uma aula e o professor fez uma piada muito machista. Na hora eu nem liguei porque a gente acaba condicionando os ouvidos a não escutar o que não precisa, mas depois ele percebeu que eu estava na frente dele e era a única prestando participando da aula e me pediu desculpas (ALUNA 11).*

*Ocorreu dentro da sala de aula, cheguei atrasada e fui me justificar com o professor que estava no trabalho, ele disse bem alto pra todos ouvirem, deveria ter ficado lá, lugar de mulher é dentro de casa fazendo comida e cuidando do marido, não tem direito de estudar! Foi muito constrangedor e a sala estava cheia de mulheres e ninguém falou nada, todos abaixaram a cabeça, e no final não passei na disciplina por não ter aceitado aquela posição de um professor de tão alto nível intelectual (ALUNA 15).*

Apesar da inserção das mulheres no espaço público estar se ampliando gradativamente, o campo de atuação ainda é restrito, concentrando-se em determinado setor de atividade por suas características reproduzidas culturalmente. Em contrapartida, para determinadas posições e carreiras, ainda são valorizadas características atribuídas aos homens, à masculinidade.

Os estereótipos atribuídos aos gêneros moldam o significado concedido às ocupações e carreiras, uma vez que é comum e “natural” a aceção de que há profissões mais afeitas às mulheres e outras “propriamente” masculinas. Conseqüentemente, o gênero interfere no valor social conferido aos papéis e cargos no mercado de trabalho, atuando do mesmo modo na universidade que, por sua vez, marginalizando as mulheres e feminilidades em funções que são extensões diretas do trabalho doméstico, promovendo e elegendo a participação masculina em prejuízo da inclusão das mulheres aptas ao exercício de carreiras distintas àquelas afeitas a suas características e estereótipos.

*“Um professor que avalia homens e mulheres de forma diferente com a justificativa que mulher não serve pra ser zootecnista” (ALUNA 20).*

O enunciado exposto pela aluna 15 traz à tona como a divisão sexual do trabalho é preponderante, segundo Hirata e Kergoat (2007), esta é compreendida e caracterizada pela distribuição diferenciada, desigual e hierárquica, de homens e mulheres nos postos trabalhistas. As mulheres estão fortemente ligadas às responsabilidades do espaço privado/doméstico, ao cuidado da casa e da família; ou obedecem à imposição dos papéis que requerem paciência, docilidade, meticulosidade, cujo trabalho continua invisibilizado e desvalorizado. Particularidades estas, estimuladas na socialização do “feminino”.

Desse modo, poder-se-ia dizer que a divisão sexual do trabalho se estabelece em todas as sociedades, mudando no tempo e espaço, considerada um aspecto da divisão social das tarefas laborais, onde a dimensão opressão-dominação está significativamente contida. Não obstante, muitos autores que debatem sobre a temática afirmam em total consonância que, o pilar da opressão feminina é histórico e não biológico; produto do sistema cultural que esculpe os corpos e consciências para a vida no coletivo. Assim, a inconstância nos movimentos de masculinização e feminilização coexiste com a reprodução da divisão sexual do trabalho. Os limites se movem, porém a divisão do trabalho permanece, e as mulheres continuam a ocupar trabalhos periféricos e acessórios, configurando a problemática da divisão sexual – assimétrica – do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007). As estudiosas ainda reiteram que:

A socialização familiar, a educação escolar, a formação na empresa, esse conjunto de modalidades diferenciadas de socialização se combinam para a reprodução sempre renovada das relações sociais. As razões dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/ gênero (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 607).

Tanto o sistema educacional como a própria cultura, são provenientes de uma socialização androcêntrica, que hierarquiza o masculino sobre o feminino, estruturando violência e dominação (inclusive, simbólicas) perduráveis, ao passo em que são reproduzidas espontaneamente na própria dinâmica de ensino. Assim, permanece o desafio de transformar as práticas, até mesmo dentro das instituições de ensino superior, no sentido de valorizar conhecimentos e de romper preconceitos na concessão das mesmas oportunidades para as categorias de sexo (BOURDIEU, 2012).

A partir de uma sociedade que enxerga as relações através de uma ótica “falocrática” que refletem posicionamentos patriarcais, surgem brechas para os assédios (morais e sexuais) e, posteriormente, para a violência na práxis.

*“Professores que tratam com assédio, chamam alunas para sair e professor que assediava um aluno também” (ALUNA 5).*

*“Em sala de aula um professor abraçou a aluna falando algumas coisas. No momento fiquei em choque, sem reação. Mas para evitar isso tento não ficar sozinha com o mesmo e não deixa pessoas sozinhas com ele” (ALUNA 18).*

*“Já presenciei. Professor que trata “com carinho” suas orientadas, elogiando-as, fazendo carinho no rosto, dando risada a toa na aula.... Infelizmente, não consegui fazer muita coisa a não ser falar com a coordenação do curso, porém não tinha provas, e eles não iam ouvir apenas uma aluna que reclamou” (ALUNA 23).*

A questão do assédio é bastante delicada. Abala, sobretudo, o psíquico do sujeito que sofreu com esse tipo de violência; desenvolvendo em casos mais agravados, estresse pós-traumático, pela dificuldade em se recuperar após vivenciar e/ou testemunhar uma situação assustadora ou que lhe causou impacto e comoção. Por vezes, as instituições não encarregam-se de providências, nem mesmo tomam nota dessas ocorrências regularmente invisibilizadas por omissão e ausência de denúncias aos órgãos responsáveis. Portanto, “geralmente fica encoberto, pois as mulheres sentem vergonha ou não têm coragem de denunciar o agressor, que geralmente é alguém próximo. (BRASIL, 2013 citado por PINTO; AMORIM, 2015, p. 10)”.

Esse contexto complexo, repressivo e opressivo que circunda o cotidiano de muitas discentes, é propício a desencorajá-las na luta por carreiras acadêmicas, ou mesmo desestimular a se manterem atuantes nas áreas de maior prestígio e domínio dos homens; culminando para o abandono do curso e, quiçá, dos seus sonhos.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados no trabalho não foram utilizados com o propósito de estabelecer quaisquer generalizações. No entanto, indicam, em vários aspectos, que as mulheres que buscam inserção nos estudos de nível superior, lutam não só contra o crivo da discriminação social por serem mulheres; mas também lidam com recursos que potencializam a discriminação em que estão sujeitadas, sobretudo quando ousam explorar redutos cuja dominação é masculina, como é o caso estudado nesta pesquisa. Obviamente as condições socioculturais, às quais as mulheres foram submetidas, demonstram que a situação, ainda hoje, é problemática e cheia de vestígios discriminatórios, impactando em suas relações pessoais e profissionais ao longo de suas vidas.

Para a confecção deste trabalho, escolhemos o recorte das agrárias, tendo em vista que os primeiros cursos fundados pela instituição compõem esta área e além da universidade ser referência, é tradicionalmente reconhecida pelo pioneirismo na disseminação do conhecimento da agricultura e da pecuária. Conforme apontam outros estudos (MOTTA, 2018; BARROS, 2016), as agrárias formam um campo predominantemente masculino que, de forma instigante, vem se provando o contrário no lócus desta pesquisa.

Dentre as finalidades deste estudo, procuramos principalmente entender por que, ao contrário do que se pode supor em termos de uma discriminação estatística, alguns indivíduos optam por transgredir as barreiras de gênero na escolha do curso superior. Quais fatores justificariam as escolhas “dissonantes” das mulheres por cursos preponderantemente masculinos, resultando assim, na percepção e compreensão da atuação feminina - mulheres como protagonistas ou coadjuvantes - nesse cenário? Como esses sujeitos desenvolvem suas trajetórias acadêmicas e quais são os impedimentos e as dificuldades desde o ingresso até a conclusão do curso?

Nesse contexto, Nogueira (2012) traz contribuições pertinentes sobre as escolhas por cursos, em sua dinâmica intrínseca e extrínseca. O autor afirma que, de um lado há o sujeito que escolhe de acordo com suas predileções; interesses e anseios; além de um agrupamento mais ou menos evidente de elementos e representações sobre o sistema acadêmico, os inúmeros cursos e o mercado de trabalho. Em contrapartida, compreende-se que a opção desse indivíduo se condiciona também ao seu trajeto e história passada, bem como a sua condição e posição atual nos arranjos sociais. Como fora observado por meio de estudos, a escolha pela área da graduação se relaciona a diversos fatores como: a conjuntura socioeconômica; o percurso escolar; a faixa etária; o gênero e, por vezes, até a raça.

Em razão dos estudos indicarem que existe uma acentuada correspondência entre a posição/trajeto de vida dos candidatos e o curso superior selecionado; a incitação se torna o entendimento de como se constrói socialmente essa correlação. Ademais, como os sujeitos realizam opções apropriadas ao que se espera para aqueles que compartilham de suas características (gênero, grupo étnico)? Inclusive em situações nas quais os indivíduos optam por cursos improváveis para sujeitos com o seu perfil, torna-se capaz de se contestar como decidiram por tal escolha. Significa perceber de que maneira essas opções “destoadas” são determinadas pelas influências obtidas recentemente ou ao decorrer da trajetória longínqua dessas pessoas (NOGUEIRA, 2012).

Ao analisar a atuação das discentes no processo de formação acadêmica nas ciências agrárias, constatamos a segregação e a hierarquização institucional dentro da própria área, fator que pode ser reflexo da divisão sexual do trabalho que influencia fortemente as decisões individuais quanto à categoria de sexo. É perceptível determinadas preferências por cursos específicos das agrárias. Das três graduações analisadas, a presença maciça de mulheres concentra-se no curso de Engenharia de Alimentos, que confirma o fato dos estereótipos sociais perpassarem os estereótipos profissionais, explicando e justificando as desigualdades de gênero que permeiam o ambiente acadêmico e a esfera estudada.

Assim, o conceito de *habitus* trazido por Bourdieu, ao passo que explica a transgressão das estruturas sociais históricas, ao mesmo tempo, legitima o rompimento parcial dessas estruturas, pois a cultura patriarcal está tão incutida, que é impossível desconsiderá-la inteiramente nos processos de escolha, sua imposição e reprodução encontram-se intensamente naturalizadas e arraigadas, que as ações se guiam - discreta e essencialmente - na direção androcêntrica. Por isso, mesmo que as mulheres estejam representadas nos ambientes de dominação masculina, elas ainda encontram maneiras de segregar-se ou serem segregadas nesses espaços.

Neste sentido, as estudantes, ou mesmo, o curso constroem “especialidades” mais adequadas para seu sexo. Uma circunstância interessante, é que apesar das mulheres ingressarem nas agrárias pelo fato de terem amortecido estereótipos tradicionais de gênero, elas se enquadram em subcampos da área, que poderiam se encaixar numa concepção mais tradicional do que é “ser feminino”. Sucintamente, as mulheres preferem se introduzir em atividades que julgam mais compatíveis ao seu desempenho; seja pela crença na habilidade própria como um dom ou vocação feminina, seja pelo conformismo em assumir as funções tidas como extensão do ambiente doméstico.

Frente às informações obtidas por meio dos dados da pesquisa, ficou evidente que ainda pairam obstáculos acerca do gênero na fase de formação profissional; quando algumas mulheres constatarem empecilhos a partir da fixação da lógica tradicional entre o masculino e o feminino no interior das áreas. Empecilhos estes que concernem à limitação de oportunidades acadêmicas, que por vezes privilegiam os homens em detrimento das mulheres. Podemos perceber através de diversas falas a existência de certa resistência à atuação feminina que, apesar de não negar explicitamente a participação das mulheres, utiliza-se de artifícios capazes de subestimar e menosprezar sua desenvoltura e desempenho em campo, marginalizando-as de muitos ofícios e responsabilidades. Visualizar os elementos estruturais, culturais e sociais que reproduzem as assimetrias nos espaços ocupados por homens e mulheres, constitui um desafio imenso. Esses mecanismos se estabelecem muitas vezes de forma gradual e invisível.

As limitações encontradas durante o curso do trabalho implicaram na demasiada resistência por parte dos indivíduos em falar abertamente a respeito da temática, sobretudo os professores/as entrevistados. Contudo, almejamos que essa pesquisa favoreça para que a instituição; seus programas de estágio e atividades extracurriculares se atentem às dinâmicas de gênero, de modo que não comprometam a qualidade das graduações e nem coloque em xeque a igualdade de oportunidades acadêmicas, que possam viabilizar o acesso e a inserção mais equiparados ao futuro mercado de trabalho. Cientificamente, desejamos que o estudo sirva de aporte teórico no desdobramento de futuras pesquisas, mais detalhadas ou com um prisma distinto, em torno do assunto. Como sugestão: inversão de papéis sociais de sexo no meio acadêmico - estudo das mulheres em carreiras “masculinas” e homens em carreiras “femininas”; estudo qualitativo sobre a compreensão da trajetória profissional docente das professoras da área de agrárias - barreiras e potencialidades decorrentes do sexo; protagonismo das estudantes no ensino superior - análise da representação feminina em postos de chefia dos grupos institucionais universitários.

Por fim, observamos que a partir de um processo histórico social vagaroso - todavia progressivo - de ampliação dos espaços participativos e democráticos para as mulheres, novas práticas de gênero incluem o ambiente universitário. Essas alterações vêm interferindo e modificando o sistema de disposições duráveis dos atores que o compõem. Portanto, recentes e mais igualitárias, perspectivas de gênero são gestadas no interior do campo acadêmico e das agrárias, como também no mundo do trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Cláudio. M.; OLIVEIRA, Maria. C. S. L. Contribuições de Bourdieu ao tema do desenvolvimento adolescente em contexto institucional socioeducativo. **Pesquisas e Práticas Psicossociais – PPP**, São João Del Rei-MG, jul./dez. 2014.

BARRETO, Andreia. **A mulher no ensino superior**: distribuição e representatividade. *Cadernos do GEA*, Rio de Janeiro-RJ, n. 6, jul./dez. 2014.

BARROS, Layra G. **Divisão Sexual do Trabalho nas Carreiras Agrárias na Graduação da Universidade Federal de Viçosa**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - MG, 2016.

BARROSO, Carmen L. de M.; MELLO, Guiomar N. de. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo-SP, n.15, p.47-77, dez. 1975. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1813/1786>> Acesso em: 10 abr. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2001. 322 p.

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira, Fim de Século, 2003, 288 p.

\_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo-SP: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a Teoria da Ação. 9. ed., Rio de Janeiro-RJ: Papyrus, 2008. 224p.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. 11. ed., Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2012. 160p.

BRITO, Valéria da G. P; VON PINHO, Édila V. de R. **Ufla 100 anos transformando sonhos em realidade**. 1. ed., Lavras-MG: UFLA. 2008. 370p.

CABRAL, Carla G.; BAZZO, Walter A. “**As mulheres nas escolas de engenharia brasileiras: história, educação e futuro**”. *Revista de Ensino de Engenharia*, v. 24, n.1, p. 3 9, 2005.

CAPELLE, Mônica C. A; MELO, Marlene C. O. L; BRITO, Mozar J. Relações de poder segundo Bourdieu e Foucault: Uma proposta de articulação teórica para a análise das organizações. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras-MG, v. 7, n. 3, p. 356-369, 2005.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2005.

- CARVALHO, Marília. G. **“Gênero e Tecnologia: estudantes de engenharia e o mercado de trabalho”**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil França, São Paulo e Rio de Janeiro: Anais do Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil França, v. 1, p. 1-12, 2007.
- GARCIA, Liliana B. R. A ideologia e o poder disciplinar como formas de dominação. **Trans/Form/Ação**, Instituto de geociências e Ciências exatas, Rio Claro-SP, p.53-59, 1988.
- GIL, Antônio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed., São Paulo: Atlas, 2008, p. 27-158.
- GÓIS, João B. H. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis-SC, v.16, n. 3, p. 743-768, set./dez. 2008.
- HIRATA, Helena. Novas Tecnologias, qualificação e divisão sexual do trabalho, IN: Hirata H. **Nova Divisão sexual do trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. PA 221 -231
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- KALSING, Vera. S. S. Notas sobre o conceito de Gênero: uma breve incursão sobre a vertente pós-estruturalista. **Revista Científica FAIS**. Revista Institucional da Faculdade de Sorriso. Sorriso-MT, Ano II, n. 2, p. 109-126, jul./dez. 2008.
- \_\_\_\_\_. Mulheres no ensino superior. Lavras-MG, mar. 2019. **Portal UFLA**. Disponível em: < <https://ufla.br/noticias/pesquisa/12728-aumento-de-mulheres-no-ensino-superior-e-analisado-por-pesquisa-da-ufla>> Acesso em: 10 abr. 2019.
- LOMBARDI, Maria. R. **“Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional”**. Cadernos de Pesquisa, v.36, n. 127, p. 173-202, jan./abr. 2006.
- LOURO, Guacira. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed., Petrópolis-RJ: Vozes, 1997a. 179 p.
- LOURO, Guacira. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997b. p. 443-481.
- MOTTA, Janayna. A. **Mecanismos de reprodução das assimetrias de gênero no campo acadêmico: a formação universitária e a atuação profissional no centro de ciências agrárias da universidade federal de Viçosa – Mg**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2018.
- NOGUEIRA, Claudio. M. Escolha racional ou disposições incorporadas: diferentes referenciais teóricos na análise sociológica do processo de escolha dos estudos superiores. **Revista Estudos de Sociologia**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. v. 2, n. 18, 2012.

OLIVEIRA, Dâmiany. P. et al. **Mulher nas Ciências Agrárias: uma realidade crescente**. XIX Congresso de Pós Graduação da UFLA. Lavras-MG, set./out. 2010.

PAULILO, Maria. I. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje** - nº 28/1987. Disponível em: <<http://naf.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2018.

PEREIRA, M. E. et al. (Org.). **Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2007. Disponível em: <[http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero\\_diversidade\\_escola\\_2009.pdf](http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf)>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PINTO, Érica Jaqueline. S.; AMORIM, Valquíria. G. de. **“Gênero e Educação Superior: um estudo sobre as mulheres na física”**. 37ª Reunião Nacional da ANPEd, UFSC Florianópolis - SC, out. de 2015.

RICOLDI, Arlene; ARTES, Amélia. Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. **Ex æquo**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo-SP, n. 33, p. 149-161, 2016.

RODRIGUES, A. C. **A Escola Superior de Agricultura de Lavras/ESAL e a Universidade Federal de Lavras/UFLA: a trajetória de uma transformação**. 2013. 201 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SABAT, Ruth. **Entre signos e imagens: gênero e sexualidade na pedagogia da mídia**. 1999a. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS.

SABAT, Ruth. Quando a publicidade ensina sobre gênero e sexualidade. In: SILVA, Luiz Heron da (org.). **Século XXI. Qual conhecimento? Qual currículo?** Petrópolis: Editora Vozes, 1999b, p. 244-61.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Ontogênese e filogênese do gênero: Ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres. **Série Estudos e Ensaios**. Ciências Sociais. FLACSO – Brasil, jun. 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. (Coleção Brasil Urgente), 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987, 134 p.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Gênero e Educação, Porto Alegre: v. 20, n. 2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SETTON, Maria da. G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. Universidade de São Paulo, nº 20, mai./ago. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SILVA, T. Tomaz. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, 2007.

Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742007000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742007000300004&script=sci_abstract&tlng=pt)> Acesso em: 12 abr. 2019.

VEIGA, José E. da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de pesquisa na administração**. São Paulo: Atlas, 2005. 287p.

## APÊNDICE A – Carta Convite Coordenadores de Núcleo

Prezado (a) Senhor (a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de mestrado, da Universidade Federal de Lavras, intitulada “**A cultura patriarcal e a representatividade feminina: Um estudo sobre a inserção das mulheres em cursos de Agrárias de uma Universidade do Sul de Minas Gerais.**” de forma totalmente voluntária.

O estudo tem como finalidade investigar como se dão os processos de naturalização dos espaços de poder masculinos e como interferem na inserção e atuação acadêmica das mulheres nos cursos de agrárias da UFLA.

Para o alcance do objetivo propõe-se especificamente: examinar o histórico de ingresso feminino nas graduações em Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos e Zootecnia, evidenciando em quais destes cursos tais mulheres encontram-se em maior/menor representação quantitativa; verificar o que as orientou (motivações) na escolha desses cursos; identificar os desafios (incluindo atitudes discriminatórias ou assédio relacionados ao gênero) enfrentados por elas no âmbito do ensino, pesquisa, extensão; averiguar e apresentar as estratégias mobilizadas por essas universitárias em prol da atuação acadêmica e posterior acesso ao mercado de trabalho.

Para a concretização do estudo, buscamos como sujeitos de pesquisa, alunas ingressantes nos cursos citados, localizadas por meio da participação em núcleos de pesquisa-extensão / empresas jr. / Pet's; coordenadores dos núcleos e coordenadores desses cursos de graduação. A partir de um levantamento realizado sobre todos os núcleos que compõem os cursos determinados, chegamos aos coordenadores bem como aos seus respectivos endereços eletrônicos.

Estabelecemos o contato inicial com intuito de levantar algumas informações, como:

- Quantos participantes fazem parte do núcleo coordenado por você?
- Quantas mulheres estão inseridas no núcleo? Seria possível disponibilizar o contato (endereço eletrônico e/ou outro) das alunas que são graduandas dos cursos de Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos, Zootecnia.
- Quando ocorrem as reuniões do grupo?

Após aprovação pelo Comitê de Ética da UFLA retornaremos o contato, caso aceitem participar da pesquisa, para agendarmos um encontro para uma breve entrevista.

Atenciosamente,

Flávia Caroline Alves de Paula

**APÊNDICE B – Formulário Coordenadores**

**A CULTURA PATRIARCAL E A REPRESENTATIVIDADE FEMININA:** Um estudo sobre a inserção das mulheres em cursos de Agrárias de uma Universidade do sul de Minas Gerais

**Sexo:** ( ) F ( ) M

1. O que motivou a sua participação na pesquisa?

---

---

2. Você coordena qual tipo de grupo na universidade?

- ( ) Núcleo de pesquisa  
( ) Núcleo de extensão  
( ) PET  
( ) Empresa Júnior

3. Qual a sua formação acadêmica?

---

4. O que orientou você na sua escolha profissional?

---

---

5. Você considera que a formação-profissão dos familiares influencia na escolha da carreira profissional dos jovens?

( ) Sim ( ) Não

Em caso afirmativo, como?

---

---

6. Quais critérios você utiliza para selecionar seus/suas orientados/as?

- ( ) Afinidade  
( ) Desempenho no curso  
( ) Linha de pesquisa  
( ) Características estereotípicas adequadas ao desempenho das funções  
( ) Outro: \_\_\_\_\_

7. Você atribui / identifica algum tipo de relação entre o sexo (masculino/feminino) e as atividades acadêmicas desempenhadas pelos graduandos de agrárias?

( ) Sim ( ) Não

Explique:

---

---

8. Dependendo das atividades acadêmicas, você designa somente homens ou somente mulheres?

Sim, por quê?

---

---

Não, por quê?

---

---

9. Você considera que os professores, em geral, têm preferência por orientar e/ou trabalhar com alunos do mesmo sexo que ele?

Sim. Por quê? \_\_\_\_\_

Não. Por quê? \_\_\_\_\_

10. Você considera que é mais fácil trabalhar com alunos e professores do mesmo sexo que você?

Sim, por quê? \_\_\_\_\_

Não, por quê? \_\_\_\_\_

Indiferente, por quê? \_\_\_\_\_

11. Você percebe desigualdade de gênero no ambiente acadêmico?

Sim  Não

Em caso afirmativo, de que modo se estabelece?

---

---

12. Já presenciou / vivenciou alguma experiência marcante envolvendo algum professor(a) e/ou aluno(a) da sua área, em relação a discriminação de gênero ou algum tipo de assédio no ambiente acadêmico?

Sim  Não

Como ocorreu?

---

---

13. Para você, quais são as características ideais de um profissional da sua área?

---

---

14. Qual a sua percepção, como coordenador e docente, em relação ao percurso acadêmico das mulheres que ingressam e concluem a graduação nos cursos de agrárias da UFLA?

---

---

Esse espaço é reservado para falar sobre algo que eu não tenha questionado.

---

---

Obrigada pela colaboração!

**APÊNDICE C – Formulário Alunas Graduação**

**A CULTURA PATRIARCAL E A REPRESENTATIVIDADE FEMININA:** Um estudo sobre a inserção das mulheres em cursos de Agrárias de uma Universidade do sul de Minas Gerais

1. O que motivou a sua participação na pesquisa?

---

---

2. Qual a sua cidade e estado de origem?

---

3. Qual seu curso na universidade?

( ) Eng. Agrícola ( ) Eng. de Alimentos ( ) Zootecnia

4. Em qual ano você ingressou na UFLA?

---

5. Com qual idade você ingressou no ensino superior?

- ( ) Antes dos 18 anos.  
( ) Entre 18 e 20 anos.  
( ) Entre 20 e 25 anos.  
( ) Entre 25 e 30 anos  
( ) Após os 30 anos.

6. Qual a profissão dos seus pais?

Mãe: \_\_\_\_\_

Pai: \_\_\_\_\_

7. Seus pais mantêm algum vínculo com o setor rural?

( ) Sim ( ) Não

Em caso afirmativo, qual?

---

8. Qual seu principal estímulo para o ingresso no ensino superior?

---

---

9. O que te motivou na escolha do curso de graduação?

---

---

10. Você interrompeu em algum momento o seu período acadêmico?

( ) Sim ( ) Não

Em caso afirmativo, por:

( ) Casamento

- Filhos
- Trabalho
- Intercâmbio
- Saúde (ansiedade, depressão, falta de motivação)
- Outro: \_\_\_\_\_

11. Você já mudou de curso ou pensa em mudar?

- Sim, já mudei de curso
- Sim, penso em mudar de curso
- Não

Em caso afirmativo, de qual curso mudou/ para qual pensa em mudar? Por quê?

---



---

12. Você considera que a formação-profissão dos seus pais influenciou/influencia na escolha da sua carreira profissional?

- Sim  Não

Como ou por quê?

---



---

13. Você participa de projetos acadêmicos?

- Sim  Não

Caso positivo, qual?

- Projeto de Pesquisa
- Projeto de extensão
- Outro: \_\_\_\_\_

14. O que orientou você na escolha do núcleo/PET/empresa jr. em que participa?

- Oportunidade de bolsa
- Afinidade pela temática
- Oportunidade de trabalho de campo
- Por considerar que você possui características favoráveis ao exercício das atividades
- Por identificação com o/a coordenador/a do projeto
- Outro: \_\_\_\_\_

15. Você considera que os professores têm preferência por orientar e/ou trabalhar com alunos do mesmo sexo que ele?

- Sim. Por quê? \_\_\_\_\_

- Não. Por quê? \_\_\_\_\_

16. Você considera que é mais fácil trabalhar com alunos e/ou professores do mesmo sexo que você?

- Sim. Por quê? \_\_\_\_\_

- Não. Por quê? \_\_\_\_\_

- Indiferente. Por quê? \_\_\_\_\_

17. O coordenador do seu projeto/núcleo/PET/empresa jr. é do sexo:

( ) Feminino ( ) Masculino

18. Você já tentou se inserir em algum projeto/núcleo/PET/empresa jr. e não conseguiu?

( ) Sim ( ) Não

Caso positivo, a que você atribui o insucesso?

---

---

19. Você enfrenta algum tipo de dificuldade ou desafio para atuar e permanecer no curso?

( ) Sim ( ) Não

Caso positivo, qual/is?

---

---

20. Em relação aos seus colegas de curso, matriculados no mesmo período e do sexo oposto, como você considera o seu desempenho?

( ) Inferior ( ) Igual ( ) Superior

Por quê?

---

---

21. Você já presenciou e/ou vivenciou alguma experiência marcante envolvendo professor(a) e/ou aluno(a) da sua área, em relação a discriminação de gênero ou algum tipo de assédio no ambiente acadêmico?

( ) Sim ( ) Não

Em caso afirmativo, como ocorreu e quais artifícios você utilizou para superar ou minimizá-los?

---

---

22. Em sua opinião, quais as perspectivas em relação ao mercado de trabalho, para um profissional da sua área?

---

---

23. Quais mecanismos você utiliza, na condição de universitária, que possam favorecer sua entrada no mercado de trabalho na área escolhida para atuar?

---

---

24. Para você, quais são as características ideais de um profissional da sua área?

---

---

Muito obrigada pela colaboração!

## **ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)**

Prezado(a) Senhor(a), você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa de forma totalmente voluntária da Universidade Federal de Lavras. Antes de concordar, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa: sigilo; privacidade; e acesso aos resultados.

**I - Título do trabalho experimental: A cultura patriarcal e a representatividade feminina:** Um estudo sobre a inserção das mulheres em cursos de Agrárias de uma Universidade do Sul de Minas Gerais.

**Pesquisador(es) responsável(is):** Flávia Caroline Alves de Paula; Vera Simone Schaefer Kalsing.

**Cargo/Função:** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão - discente / Professora do Departamento de Ciências Humanas - orientadora.

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal de Lavras/ Departamento de Administração e Economia; Universidade Federal de Lavras/Departamento de Ciências Humanas.

**Telefone para contato:** (35) 991244370/ (35) 991249656

**Local da coleta de dados:** Universidade Federal de Lavras - UFLA

### **II – OBJETIVOS**

Investigar como se dão os processos de naturalização dos espaços de poder masculinos e como interferem na inserção e atuação acadêmica das mulheres nos cursos de agrárias da UFLA.

Busca-se especificamente: examinar o histórico de ingresso feminino nas graduações em Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos e Zootecnia, evidenciando em quais destes cursos tais mulheres encontram-se em maior/menor representação quantitativa; verificar o que as orientou (motivações) na escolha desses cursos; identificar os desafios (incluindo atitudes discriminatórias ou assédio relacionados ao gênero) enfrentados por elas no âmbito do ensino, pesquisa, extensão; averiguar e apresentar as estratégias mobilizadas por essas universitárias em prol da atuação acadêmica e posterior acesso ao mercado de trabalho.

### **III – JUSTIFICATIVA**

Frente aos debates promovidos pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão em torno das teorias sobre desenvolvimento, compreende-se que a estabilidade ambiental está entrelaçada ao equilíbrio social e econômico, e que o desenvolvimento não pode ser utilizado como justificativa para a promoção da liberdade de determinados grupos em detrimento da opressão de outros. Neste sentido, a sustentabilidade não concerne apenas a fatores ambientais, mas, sobretudo à igualdade de acesso e de oportunidades.

### **IV – PROCEDIMENTOS DA PESQUISA**

#### **AMOSTRA**

Por meio de pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Raça (GEPGR), obteve-se junto à Pró-Reitoria de Graduação (PRG) dados quantitativos referentes aos ingressantes em cursos de graduação da UFLA entre os anos de 2013 e 2017. Restringe-se para este estudo, às matrículas nas graduações de agrárias. Utiliza-se o material quantitativo para orientar a seleção de apenas três cursos, sendo Engenharia Agrícola, Engenharia de Alimentos e Zootecnia - **de acordo com critérios pertinentes para a pesquisa** - como: a

proporção de mulheres matriculadas em relação à de homens e a tradição dos cursos. População de análise: mulheres matriculadas especificamente nesses três cursos e que fazem parte de grupos representativos: núcleos de pesquisa, estudos e extensão; PET'S; empresas juniores, além dos respectivos coordenadores desses grupos. Opta-se pela divulgação da pesquisa através do envio de mensagens eletrônicas. Desta forma, a amostra será constituída pelos sujeitos de pesquisa que se interessarem em participar voluntariamente, classificando-se como não probabilística por conveniência.

## EXAMES

Como instrumento de coleta de dados, será utilizada uma entrevista semiestruturada entre os coordenadores dos núcleos e as discentes inseridas nos grupos antepostos que se mostrarem disponíveis, a fim de levantar informações que concernem o âmbito pessoal e a aspectos de domínio da carreira acadêmica. Como os colaboradores se reúnem no local de desenvolvimento da pesquisa, julga-se que não haverá a necessidade de ressarcimento de gastos, visto que o lócus da pesquisa conta com transporte interno gratuito à comunidade universitária. Por esse motivo, usar-se-á para a realização das entrevistas, as dependências onde são realizadas as reuniões dos grupos representativos e aqueles estabelecimentos onde estão fixadas as salas das coordenações.

## V – RISCOS ESPERADOS

Acredita-se que a abordagem a ser feita via convite eletrônico não cause incômodo aos colaboradores. Nesta aproximação preliminar, os sujeitos de pesquisa terão total liberdade para demonstrar interesse ou não em participar do estudo.

No momento da coleta de dados, é provável que questionamentos/projeções analíticas a serem aludidas durante a entrevista - **que em sua maioria busca evidenciar estratégias e desafios enfrentados para acessar e permanecer no espaço acadêmico** - lhes traga algum desconforto, pois podem remeter a possíveis vivências de dificuldades institucionais relacionadas, sobretudo, a questões de gênero; além de ser rememoradas experiências e sentimentos nem sempre positivos. Os riscos poderão envolver a saúde psíquica dos sujeitos através de desconfortos emocionais ao se recordar de possíveis situações marcantes e traumáticas. Portanto, a avaliação de risco desta pesquisa é considerada BAIXA. O entrevistado poderá interromper a fala e/ou a entrevista em caso de alta emoção, estresse ou outro sentimento que incorra na necessária pausa.

Quando da publicação dos resultados, espera-se não haver desconfortos para os participantes, uma vez que seus nomes não serão divulgados e nenhuma informação prestada será publicada de forma que possa comprometê-los ou permitir a identificação das falas transcritas.

## VI – BENEFÍCIOS

Considerando a formação acadêmica como perspectiva de ascensão social e conseqüentemente de maior participação em sociedade e, compreendendo por meio dos estudos que as mulheres encontram-se em maior representatividade em profissões que não lhes asseguram melhores condições de vida, pois são consideradas inferiores quando comparadas àquelas desempenhadas por homens, pretende-se mediante o estudo, promover a ampliação do debate acerca das questões gênero; bem como uma possibilidade de dar voz a elas e a sua trajetória acadêmica, de modo que também possam refletir sobre a relação da sua história individual às histórias coletivas. Dessa forma, ao observar esse vínculo, o sujeito(a) colaborador(a) poderá resignificar a sua trajetória e, inclusive, reconstruí-la a fim de superar as dificuldades. Ademais, a comunidade acadêmica poderá se beneficiar com as possíveis contribuições e conclusões geradas pela pesquisa, no que concerne à sugestão de estratégias

e/ou intervenções por parte dos atores envolvidos no âmbito universitário, com objetivo de minimizar consequências das desigualdades de gênero.

Espera-se ainda que, a realização da pesquisa promova entre os acadêmicos a compreensão de como as mulheres lidam com fatores sociais e econômicos que contribuem não só para que estas últimas estejam entre os estratos mais inferiores, como também para que não participem ativamente das decisões em nossa sociedade.

#### **VII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA**

A pesquisa será suspensa ou encerrada, em qualquer momento de sua realização, caso seja observado riscos significativos aos participantes, previstos ou não, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A pesquisa será encerrada ao final da coleta de dados.

#### **VIII – CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO**

Após convenientemente esclarecida pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa. Lavras, novembro de 2019.

---

Nome (legível) / RG

---

Assinatura

**ATENÇÃO!** Por sua participação, você: não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; será ressarcido de despesas que ocorrerem (tais como gastos com transporte, que serão pagos pelos pesquisadores aos participantes ao início dos procedimentos); será indenizado em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e terá o direito de desistir a qualquer momento, retirando o consentimento, sem nenhuma penalidade e sem perder quaisquer benefícios. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-5182.

**Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com a pesquisadora responsável e a outra será fornecida a você.**

*No caso de qualquer emergência entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis no Departamento de Administração e Economia ou no Departamento de Ciências Humanas. Telefones de contato: (35) 991244370.*